



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TADEU BALIZA DE SOUZA JÚNIOR

**“PEDRA QUE BRILHA” EM UMA REGIÃO SERTANEJA:
INSTITUCIONALIZAÇÃO, PODER E SOCIEDADE (1850-1888)**



FEIRA DE SANTANA

2015

TADEU BALIZA DE SOUZA JÚNIOR

**“PEDRA QUE BRILHA” EM UMA REGIÃO SERTANEJA:
INSTITUCIONALIZAÇÃO, PODER E SOCIEDADE (1850-1888)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof. Dr.^a Elciene Rizzato Azevedo

FEIRA DE SANTANA

2015

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

S719p Souza Júnior, Tadeu Baliza de
“Pedra que Brilha” em uma região sertaneja: institucionalização, poder e sociedade (1850-1888) / Tadeu Baliza de Souza Júnior. – Feira de Santana, 2015.
142 f. : il.

Orientadora: Elciene Rizzato Azevedo.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

1. História social – Poder (Ciências Sociais) - Itaberaba – Ba.
2. História regional – Itaberaba - Ba. 3. História agrária – Sertões - Itaberaba – Ba. 4. Agropecuária - Trabalhadores. I. Azevedo, Elciene Rizzato, orient.
II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 316.344(814.22) (09)

**“PEDRA QUE BRILHA” EM UMA REGIÃO SERTANEJA:
INSTITUCIONALIZAÇÃO, PODER E SOCIEDADE (1850-1888)**

Data de avaliação: 27 de agosto de 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.^a Elciene Rizzato Azevedo
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Prof. Dr. Erivaldo Fagundes Neves
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Prof. Dr. Jackson André da Silva Ferreira
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

SUPLENTE

Prof.^a Dr.^a Kátia Lorena Novais Almeida
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

AGRADECIMENTOS

Nesta dissertação eu contei com a ajuda de muitas pessoas e instituições. Agradeço à CAPES pela concessão de uma bolsa de mestrado; à UEFS, sobretudo, ao Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, que tenho vínculo desde o dia 20 de novembro de 2008. Agradeço aos professores e funcionários do PGH (Programa de Pós-Graduação em História) da UEFS, em especial a pessoa de Julival, um profissional assaz dedicado e eficiente em suas tarefas. Aos colegas e funcionários da turma de mestrado, mormente a Djalma, que nas nossas conversas, sinalizou onde poderia encontrar mais fontes sobre a Região de Itaberaba, por ter trabalhado no APB. Foi pouco o meu contato com a turma, por causa das viagens de Feira de Santana para Itaberaba, mas as disciplinas que cursei, foram suficientes para eu perceber a qualidade da turma.

Meus agradecimentos especiais para minha orientadora, professora Elciene. A orientação do trabalho começou com a professora Sharyse Piroupo, mas ela não pôde finalizá-la. Desde a graduação, a professora Elciene vem contribuindo com minhas pesquisas, ela ministrou as disciplinas Pesquisa I, Pesquisa II e TCC I, ajudando tanto na minha formação, quanto na dos meus colegas de turma.

Meus agradecimentos mais que especial para o professor Eivaldo Fagundes Neves, desde que fiz a disciplina História da Bahia, ainda no terceiro semestre, eu venho aprendendo muito com ele sobre os “Sertões da Bahia”. Fui também bolsista do Programa PROBIC – UEFS, que desdobrou numa monografia de final de curso, orientada pelo professor Eivaldo. Obrigado pela sua boa vontade, pelos empréstimos de livros, sugestões, críticas às pesquisas, paciência e competência de ajudar-me.

Meu muito obrigado aos amigos da turma 2008.1 do curso de Licenciatura em História da UEFS: Anderson, Rafael Dantas, Jairo Paranhos, Marcos Roberto, Ítalo, Rafael Barbosa, Romeu, Fabrício, Joelma, Lina e Ane, pelos bons momentos na graduação e permanência dos encontros durante a escrita da dissertação. Agradeço aos funcionários dos arquivos, sobretudo Ana e Eliana no AFDHL, e a Paulo no APMI. Entre os familiares de Boa Vista do Tupim e de Itaberaba, sempre com muita hospitalidade, tenho profundos agradecimentos pelas hospedagens, a meu primo Fernando, sua esposa Eliene e seu filho Fábio, além de morarem perto dos arquivos, me senti completamente em casa, pelo conforto e pelo variado cardápio da ímpar culinária sertaneja. Assim, mais uma vez, muito obrigado!!

Agradeço aos parentes e amigos que sempre acreditaram em mim, em especial aos

meus pais, o senhor Tadeu Baliza e dona Valda, figuras sertanejas centrais que caminharam comigo durante todo o percurso. Com eles aprendi a “paixão” pelos sertões, desde criança, ouvindo discos de vinil, principalmente músicas de seu Luiz Gonzaga. Meus pais também narram histórias de vaqueiros, quando moravam em Boa Vista do Tupim, inclusive dos meus saudosos avôs materno e paterno. Antes de mudarmos para Feira de Santana, meu pai também aprendeu o ofício de vaqueiro, depois passou a administrar fazendas, mas não seguiu a carreira, aposentou-se como metalúrgico. Meu avô materno, o senhor Edézio, junto com meu tio Elísio, já tocaram boiadas nas décadas de 1960 e 1970, de Boa Vista do Tupim para Feira de Santana. Segundo meu tio, eram 15 dias na estrada, nove dias para vir e seis para voltar. Minha mãe comenta que era muito bonita a saída dos vaqueiros, com chulas e aboios, para depois seguirem viagem.

Um agradecimento especial também aos meus irmãos Ana Rita, Djalma, Sílvia e Sílvio, e aos meus sobrinhos Douglas e Matheus, pelo apoio durante essa jornada de estudo. Meus agradecimentos mais que especial ao meu sobrinho Matheus, formado em Geografia, me tirou muito do sufoco, além de me apresentar alguns conceitos da Geografia, me indicou mapas. Desse modo, meu povo: muito, mas muito obrigado!!

RESUMO:

Este trabalho pretende historicizar a Região de Itaberaba, perseguindo peculiaridades de famílias que ocuparam a região, sobretudo, a dos Mascarenhas, desde que chegaram aos Sertões da “Pedra que Brilha” e criaram mecanismos de perpetuação no poder. O estudo também revela os principais trabalhadores da agropecuária: lavradores e vaqueiros, escravizados ou não, com amostragem de algumas características de seus modos de vida. A associação da História Agrária, da História Regional e Local e da História Social, possibilitou uma melhor análise do conjunto documental selecionado: registros de terras, livros de notas dos tabeliães, inventários, correspondências, processos de pagamentos, registros contábeis, livro de nascimentos, lista de cidadãos. Sendo Mascarenhas o sobrenome que mais se repete nas fontes, destacam-se como os principais proprietários na região da tríade sertaneja: terra, gado, escravos. Foram compulsados nos inventários 24 escravos que pertenciam à família Mascarenhas, mormente ligados as atividades agropecuaristas e aos serviços domésticos.

Palavras chaves: Sertões da Bahia, Região de Itaberaba, os Mascarenhas, Tríade Sertaneja, Lavradores, Vaqueiros.

ABSTRACT:

This paper aims to historicize the region of Itaberaba, chasing peculiarities of families who occupied the region, especially, of Mascarenhas, since they arrived to the Sertões “Stone that shines” and created perpetuation mechanisms in power. The study also reveals the main workers of agriculture: farmers and vaqueiros, ensaied or not, sampling some features of their way of life. The association of Agrarian History, Regional and Local History and Social History, enabled better analysis of the selected set of documents: land records, notes of notaries books, inventory, correspondence, payment procedures, accounting records, book of births, list of citizens. The Mascarenhas being surname that more is repeated in the sources, they stood out as the main owners in the region sertaneja of triad: land, cattle, slaves. They examine carefully in inventories 24 slaves who belonged to Mascarenhas Family, especially the ranchers and domestic services related activities.

Palavras chaves: Hinterland of Bahia, Itaberaba Region, The Mascarenhas, Triad Sertaneja, Farmers, Vaqueiros.

LISTA DE ABREVIATURAS

AFDHL – Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza.

APB – Arquivo Público da Bahia.

APMI – Arquivo Público Municipal de Itaberaba.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Mapa – Território de Identidade do Paraguaçu (2006).....	29
FIGURA 2 – Mapa dos Vales do Paraguaçu e do Jacuípe (1850-1877).....	32
FIGURA 3 – Mapa – Caminhos do gado e pastagens (1850-1889).....	34
FIGURA 4 – Mapa – Terras da principais famílias (início do século XVIII).....	46
FIGURA 5 – Mapa da Região entre os rio Jacuípe e Paraguaçu (século XVI).....	55
FIGURA 6 – Mapa da Região Central da Bahia (século XIX).....	58
FIGURA 7 – Mapa da Região Central da Bahia (século XIX).....	59
TABELA I – Quantitativo de inventariantes e inventariados (1850-1888).....	72
TABELA II – Quantitativo das idades dos cidadãos: faixas etárias de 5 em 5 anos (1878)..	102
TABELA III – Quantitativo do estado civil dos cidadãos (1878).....	102
TABELA IV – Ocupações dos cidadãos (1878).....	103
TABELA V – Quantitativo de cidadãos: separados por rendas (1878).....	103
TABELA VI – Cor dos pais e das mães da crianças (1878).....	107
TABELA VII – Ocupações dos pais das crianças (1878).....	107
TABELA VIII – Cotas da quarta distribuição do Fundo de Emancipação (1883).....	122

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I	
FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO DE ITABERABA.....	28
1. A “PEDRA QUE BRILHA”:	
PECULIARIDADES REGIONAIS	28
2. A COMUNIDADE SERTANEJA DE JOÃO AMARO:	
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	38
3. ITABERABA: DA ORIGEM ÀS MUDANÇAS DE TOPÔNIMOS.....	45
CAPÍTULO II	
TERRA DOS MASCARENHAS.....	61
1. OS POTENTADOS LOCAIS.....	61
2. A FORÇA DE UM SOBRENOME REGIONAL: OS MASCARENHAS....	70
3. DONOS DA TRÍADE SERTANEJA.....	78
CAPÍTULO III	
TERRA DA AGROPECUÁRIA.....	91
1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL REGIONAL.....	91

2. “PEDRA QUE BRILHA”:

ENTRE OS LAVRADORES E OS VAQUEIROS..... 100

3. EM TERRAS DE MASCARENHAS,

QUEM TINHA UM OLHO ERA REI..... 114

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 126

ANEXOS 1..... 128

ANEXOS 2..... 131

FONTES..... 138

BIBLIOGRAFIA..... 139

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo a historiografia baiana debruçou-se sobre a história de Salvador e Recôncavo, enquanto a história dos sertões ficou relegada a segundo plano. Sendo os expoentes, Kátia Mattoso¹ e João José Reis,² ligados as temáticas da escravidão e Luiz Henrique Dias Tavares³ mais dedicado à Conspiração dos Alfaiates e História da Independência da Bahia. Sobre os sertões coloniais, além das facetas específicas, encontravam somente referências fragmentadas em compêndios de história do Brasil e da Bahia.⁴ A propósito do século XIX, quase não se encontravam estudos das comunidades sertanejas, ou quando estudadas foram apontadas como lugares de selvagerias e das faltas de leis, do mandonismo, da desordem, dos ignorantes, e dependente da vibrante economia do litoral e do recôncavo. O território sertanejo também foi muitas vezes descrito como ambiente da seca, levando em consideração somente os aspectos geográficos, perdendo de vista os aspectos sociais e culturais.

A extensão do ensino superior ao interior da Bahia⁵ proporcionou a formação de novos pesquisadores, estimulou pesquisas históricas de suas respectivas regiões e, conseqüentemente, fontes e arquivos finalmente receberam tratamento adequado, democratizando o seu acesso.⁶ Novas abordagens sobre aspectos sociais e culturais, mormente com o apoio dos recursos da História Regional e Local⁷ e da utilização da História Agrária⁸ e

¹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982; MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

² REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. 2. ed. rev. e ampl. (1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986). São Paulo: Companhia das Letras, 2003; REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

³ TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11. ed. ver. e ampl. São Paulo: EDUNESP; Salvador: EDUFBA, 2009.

⁴ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Perspectivas historiográficas baianas: esboço preliminar de recentes e tendências hodiernas da escrita da História da Bahia*: In: OLIVEIRA, A. M. C. dos; REIS, I. C. do (Org.). *História Regional e Local: discussões e práticas*. Salvador: Quarteto, 2010, p. 97.

⁵ Os cursos de História espalhados pelo interior da Bahia: UESC, UEFS, UNEB, UESB, estimularam pesquisadores a estudarem suas respectivas regiões.

⁶ NEVES, Erivaldo Fagundes, *Perspectivas historiográficas baianas...*, op. cit., p. 102.

⁷ NEVES, Erivaldo Fagundes. *História Regional e Local: fragmentação e recomposição da história na modernidade*. Feira de Santana, Ba, Salvador, Ba, 2002; NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade*

a outros referenciais metodológicos novos revelaram um universo peculiar em muitos aspectos, autônomo em relação ao litoral e ao Recôncavo.

Pelo fato de ter existido especificidades em determinadas regiões baianas, constituindo-se grandes diferenças em relação aos grupos sociais que ocuparam os diversos territórios da Bahia, talvez o mais acertado seria falar em “Bahias”, ou “Sertões da Bahia”, pois se trata de um vasto território e as regiões se destacaram em diversas atividades econômicas, sociais, culturais e políticas; às vezes, algumas dessas atividades foram desenvolvidas simultaneamente em mais de uma região, como é o caso da labuta dos vaqueiros com a criação de gado, que se espalharam em praticamente todos os territórios sertanejos. Devido a repetição dessas atividades econômicas nas diversas regiões, foi atribuída uma identidade ligada a pecuária, uma identificação do boi com o sertão.⁹ Criou-se a imagem do sertão como lugar do vaqueiro e do gado. Mas existiram atividades que somente sobressaíram em uma determinada região, sem correspondências em outras.

Mesmo com a divisão geográfica e político-administrativa, os territórios nunca ficaram isolados, as pessoas articularam conexões inter-regionais. O problema de se atribuir identidades estáticas às regiões é que uma homogeneização dificulta a percepção das mudanças no decorrer dos anos, mais que isso, dificulta o entendimento das lógicas que os próprios sujeitos atribuíram as suas trajetórias. As identidades estereotipadas de algumas regiões sertanejas revelam, muitas vezes, experiências históricas complexas e originais.

Os exemplos são inúmeros. O Recôncavo e o litoral são famosos por sua monocultura de cana de açúcar e suas casas grandes e senzalas, ainda que essa organização existira também nos sertões. A Região de Paulo Afonso, caracteriza-se como fornecedora de energia elétrica para a Região Nordeste.¹⁰ Outrossim, como lugar no início do século XX, de atividades empresariais do coronel e empreendedor Delmiro Golveia no lado alagoano; ou mesmo antigo

sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). 2. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

⁸ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII-XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.

⁹ A identidade é definida historicamente, e não biologicamente, pois o sujeito assume identidades diferentes em diversos momentos, identidades que não são unificadas ao redor do “eu” coerente. Os sertanejos não escaparam dessas mudanças. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 13. A identidade é uma construção social que sempre acontece no quadro de uma relação dialógica com o outro. CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 9. É problemática a atribuição de uma identidade sertaneja ou de qualquer outra identidade. Cada território tem especificidades e grupos sociais diferentes. Às vezes, grupos sociais de categorias subalternizadas, como os vaqueiros e os lavradores, agiram em uma região diferente da outra.

¹⁰ MORENO, Ricardo; SILVA, Vanessa Magalhães da. *Ontem e Hoje: passado e presente dialogando com as águas do São Francisco*. In: Bahia. Secretaria da Cultura. *Panorama Cultural da Bahia*. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; Secretaria da Cultura, 2012.

território de circulação de cangaceiros, destacando-se o casal Lampião e Maria Bonita. A Região de Irecê, chamada de “capital do feijão”, devido à grande produção desse cereal.¹¹

A Região de Canudos¹² tem o estigma da guerra civil no final do século XIX, do Exército Brasileiro contra o líder messiânico Antônio Conselheiro e seus seguidores. A Chapada Diamantina,¹³ outro vasto território, se destaca pelas belezas naturais e lugar do turismo, além de ter sido no início do século XX reduto do poderoso coronel Horácio de Mattos. A Região de Feira de Santana¹⁴ sempre foi reconhecida como lugar das feiras livres. Considerada como um importante entroncamento rodoviário, que se deve ao passado glorioso da pecuária. A Região de Juazeiro,¹⁵ assim como outras, banhadas pelo “velho Chico”, famigerados espaços da pecuária. Percebe-se, assim, inúmeras identidades regionais, mas a criação de gado é a atividade econômica que mais se repete nos diversos estudos.

Apesar de não existir um estudo específico sobre os lavradores em territórios baianos, eles estiveram presentes em todas as partes. Entretanto, a preocupação da historiografia, até mesmo da tradicional, foi com a pecuária. Foram encontrados vaqueiros, até mesmo no Recôncavo Baiano, onde predominava a atividade açucareira. O jesuíta André João Antonil,¹⁶ no início do século XVIII, como um testemunho de sua época, escreveu um trabalho sobre a realidade econômica brasileira, dando ênfase à produção de açúcar, de tabaco, a criação de gado e a mineração. Ele se reporta resumidamente ao Sertão da Bahia, mas o suficiente para demonstrar em seus roteiros a relevância da mineração e da pecuária para a comunicação dos sertões com outras regiões do Brasil.

Capistrano de Abreu,¹⁷ foi o pioneiro na investigação histórica dos sertões com instrumental analítico da história. Em um estudo do início do século XX, inclusive denomina um dos capítulos de *O Sertão*, o autor ressalta a importância da pecuária para o aparecimento dos núcleos populacionais sertanejos, dando ênfase ao gado como abridor de estradas.

¹¹ MORENO, Ricardo; SILVA, Vanessa Magalhães da, op. cit., 2012.

¹² DANTAS, Roberto Nunes. *Sobre os Sertões de Canudos: História, Educação, Cultura e Religiosidade*. In: Bahia. Secretaria da Cultura. *Panorama Cultural da Bahia*. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; Secretaria da Cultura, 2012.

¹³ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Modos de pensar, sentir e agir: expressões culturais da Chapada Diamantina*. In: Bahia. Secretaria da Cultura. *Panorama Cultural da Bahia*. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; Secretaria da Cultura, 2012.

¹⁴ ARAS, Lina Maria Brandão de. *Sertão em múltiplos sertões*. In: Bahia. Secretaria da Cultura. *Panorama Cultural da Bahia*. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; Secretaria da Cultura, 2012.

¹⁵ idem, ibidem, 2012.

¹⁶ ANTONIL, André João Andreoni (Giovanni Antônio Andreoni). *Cultura e Opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1982. 1 ed. 1711.

¹⁷ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: ed. Itatiaia, São Paulo, Publifolha, 2000, 1. ed. 1907.

Capistrano valorizou os vaqueiros, mas passa a impressão de igualá-los ao gado criado por eles, numa espécie de “humanização” do gado ou “animalização” das pessoas.

Um estudo contemporâneo ao de Capistrano de Abreu, elaborado sete anos mais tarde, ainda impregnado pelo viés positivista, é o de Basílio de Magalhães.¹⁸ Nele há um capítulo intitulado *Os criadores de gado*, que supervalorizou os aspectos econômicos no desenvolvimento da pecuária, além de enfatizar a importância dos grandes criadores de gado (os principais fazendeiros dos sertões), em detrimento de quem de fato criaram as reses. Nem o vaqueiro nem o boiadeiro são destaques na obra de Basílio de Magalhães.

No estudo de Urbino Vianna,¹⁹ produzido na década de 1930, o vaqueiro aparece como uma figura simbólica. Seria um tipo humano aventureiro, que seguiu pelo sertão com a criação de gado. Urbino Vianna trata os vaqueiros como heróis, e não como deveria tratá-los, como importantes trabalhadores sertanejos, escravizados ou não. Assim também como os boiadeiros, os tropeiros, os garimpeiros, os lavradores foram importantes trabalhadores sertanejos.

Entre os trabalhos citados o que mais silencia no que alude aos sujeitos históricos trabalhadores (vaqueiros, boiadeiros, tropeiros, garimpeiros, lavradores) dos Sertões da Bahia é o de Basílio de Magalhães: eles não são mencionados. A despeito do cronista Antonil não elencar as profissões, ele se refere a grupos indígenas. Ainda se reporta a cor da pele das pessoas (brancos, mulatos, negros). Não obstante, decerto não foram os fazendeiros que efetuaram as atividades econômicas, pelo contrário, eles dependeram da mão de obra desses trabalhadores sertanejos. Capistrano de Abreu e Urbino Vianna valorizaram os vaqueiros: o primeiro cometeu alguns equívocos (comparando os animais como se fossem pessoas, ou vice-versa); o segundo cometeu exageros (conceituou os vaqueiros como heróis).

Numa época em que escreveram: Antonil, Capistrano de Abreu, Basílio de Magalhães, Urbino Vianna, no início do século XVIII, no caso do trabalho de Antonil, e no início do século XX, os outros estudos, consideravelmente distantes em relação a época atual, mesmo sem aprofundamentos, eles já se preocupavam com as comunidades sertanejas. Por isso, essas leituras, instigaram a possibilidade de recortar uma região dos Sertões da Bahia, Itaberaba, região muito pouco estudada, e assim procurar dar densidade histórica para as experiências de seus habitantes.

¹⁸ MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. 4. Ed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, Brasília: INL, 1978, 1 ed. 1914.

¹⁹ VIANNA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas baianos*. São Paulo: Comp. ed. Nacional, 1 ed., 1935.

Algumas regiões da Bahia oitocentista foram comparadas com a Região de Itaberaba, com o objetivo de identificar diferenças e semelhanças inter-regionais. Utilizou-se os trabalhos de Joana Medrado, de Erivaldo Fagundes Neves, de Maria de Fátima Novaes Pires, de Jackson André da Silva Henrique, de Luiz Cleber Moraes Freire e de Walter Fraga Filho. Ainda assim, com a comparação desses estudos ficam perceptíveis as diferenças regionais em relação a reprodução das práticas escravistas na agropecuária.

Malgrado ser sobre a Região de Jeremoabo,²⁰ há um estudo sobre os vaqueiros.²¹ Joana Medrado os situam nas relações sociais com fazendeiros, no período de 1880 a 1900. Teve como fonte quatro conjuntos documentais: os inventários *post-mortem*; os processos criminais; uma parte da correspondência enviada e recebida pelo barão de Jeremoabo, personagem central na região no período estudado; os textos e entrevistas que aludem ao folclore do “boi encantado”, um dos temas mais pujantes nas zonas de pecuária nordestinas.

O estudo caracteriza a figura do vaqueiro e identifica os seus contatos: verticais com fazendeiros; verticais e horizontais com seus pares; verticais pelo fato de que alguns vaqueiros sobressaíam em relação aos sujeitos históricos de categorias subalternas; e horizontais com os indivíduos das mesmas condições sociais. Desse modo, aborda um universo carregado de acordos, tensões, lutas por sobrevivências e constante busca de prestígio social.

Houve casos em que os vaqueiros escondiam suas identidades e se passaram por lavradores, pois naquele momento era menos reputável a função de vaqueiro. E em outras ocasiões as pessoas assumiam ambos os papéis. A identificação como lavrador aparecia significando maior autonomia, enquanto a de vaqueiro evidenciava a existência de laços de dependência. Entretanto, as identidades não foram fixas, podendo um mesmo indivíduo ser vaqueiro e também lavrador ou comerciante. Assim como em outras comunidades sertanejas, no período pós-Abolição, a Região de Jeremoabo passava pela construção de valores, tão caros aos grupos sociais da região, como dignidade, honra, liberdade e orgulho profissional.

O trabalho de Erivaldo Fagundes Neves²² é uma história socioeconômica de Caetité entre os anos de 1808 e 1888, situada numa famosa região sobre os estudos dos Sertões da

²⁰ Jeremoabo é uma antiga e tradicional região de pecuária localizada no extremo nordeste baiano. Em 1876, a comarca de Jeremoabo englobava o povoado de Tapera e as vilas de Jeremoabo e Bom Conselho que, por sua vez, se subdividiam nas paróquias de São João Batista de Jeremoabo, Nossa Senhora da Glória do Curral dos Bois, Nossa Senhora do Patrocínio do Coité. Seus limites tocavam o Rio São Francisco no último trecho baiano ao norte, no atual município de Paulo Afonso, avistando, portanto, as famosas cataratas. MEDRADO, Joana. *Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no Sertão da Bahia*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2012, p. 43.

²¹ MEDRADO, Joana. *Terra de vaqueiros...*

²² NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

Bahia, o denominado Alto Sertão da Bahia.²³ Ele utilizou vasto acervo documental como inventários *post-mortem*, testamentos, cartas de alforrias, escritura de compra e venda de escravos e processos-crimes, além de fontes impressas de natureza diversa.

Analisa sujeitos em estados de escravização e de liberdade, enfocando suas redes de solidariedades e conflitos. Nesse estudo encontram-se profissionais sertanejos: pessoas livres; escravos diversos, inclusive vaqueiros e lavradores (agricultores); e até uma mulher que se vendeu como escrava para sobreviver numa grande seca. Neves ressalta que aconteceu na região uma espécie de “servidão consentida”, na qual pessoas se submeteram ao trabalho sem pagamento, em troca de comida e o mínimo que cobrisse o corpo.

O trabalho de Fátima Novais, Alto Sertão da Bahia,²⁴ focaliza o período de 1860 a 1920. A autora, consultou inventários, processos criminais, documentos cartoriais, sobretudo, livros de notas dos tabeliães, e livros de razão de fazendeiros. O estudo aborda as peculiaridades da escravidão sertaneja na economia regional, especialmente em Caetité e Rio de Contas, de 1860 a 1888. Expõe indícios dos modos de vida, como resistências e estratégias de sobrevivência, de cidadãos escravizados e alforriados sertanejos, e pontua as suas relações com senhores e patrões.

Pires aborda o incremento do comércio interprovincial de escravos, a partir da década de 1870 e evidencia como a Abolição refletiu nas trajetórias das pessoas de Caetité e Rio de Contas. Houvera mudanças nos cenários socioeconômicos que causaram impactos na vida dos moradores em condições diversas. Aparecem no trabalho, com suas negociações e conflitos, os profissionais sertanejos: vaqueiros, lavradores, lavadeiras, costureiras, parentes e companheiros, alguns de início escravizados e, depois alforriados nas décadas finais do século XIX.

Outro estudo sobre o sertão da Bahia no século XIX,²⁵ de Jackson André da Silva Ferreira, enfoca a vila de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu na Chapada Diamantina, ou melhor a região do Morro do Chapéu.²⁶ Esse estudo utilizou uma gama

²³ Define-se o Alto Sertão da Bahia como uma região que se estende ao sul, por parte do atual Estado de Minas e, ao norte, à Chapada Diamantina, abrange o território angulado pelos rios Verde e São Francisco, onde se estende a Serra Geral, extensão da cordilheira do Espinhaço, inclusive os vales das Rãs, Santana, Santa Rita, Santo Onofre e Paramirim, da bacia sanfranciscana, e São João, do Antônio, Gavião e Brumado, tributários do Rio de Contas. NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura Fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005, p. 19-20.

²⁴ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico internacional e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1888)*. São Paulo: Annablume, 2009.

²⁵ FERREIRA, Jackson André da Silva. *Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)*. 2014. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

²⁶ Além das comunidades sertanejas de Lençóis e de Jacobina, Morro do Chapéu fazia fronteira com Xique-Xique, Barra do Rio São Francisco e Monte Alegre.

variada de documentos, como: livros de notas, registros eclesiásticos (batismos, casamentos e óbitos), inventários e processos criminais, para tentar compreender as relações entre senhores e seus dependentes, levando em conta a confiança, a proteção e sentimentos afetivos.

Ferreira aplicou o método da ligação nominativa para entender a gradação de dependência no mundo rural baiano, seguindo as trajetórias do casal Soares da Rocha e de alguns de seus dependentes: escravos, libertos e ex-escravos. O coronel Quintino Soares da Rocha e dona Umbelina Adelaide de Miranda eram proprietários da tríade sertaneja: terra, gado e escravos. Isso os permitiram adquirir centenas de dependentes, escravizados ou não, inclusive trabalhadores da pecuária e da agricultura.

O trabalho de Luiz Cleber Moraes Freire,²⁷ baseia-se em documentos cartoriais, principalmente inventários e testamentos senhoriais, e num amplo diálogo com uma bibliografia voltada para o seu objeto. O estudo corresponde ao período de 1850 a 1888 sobre a Região de Feira de Santana,²⁸ intermediária entre os rios Paraguaçu e Jacuípe, metaforicamente, “nem tanto ao mar nem tanto à terra”, com enfoque na pecuária e nas agriculturas de tabaco, cana de açúcar, algodão e mandioca. Até mesmo exportação desses produtos, mormente do tabaco. Essa pesquisa revela a ocupação econômica e a formação da propriedade em Feira de Santana, analisa a escravidão na agropecuária, diferenciando os cativos por atividades: agricultura, trabalho doméstico, oficiais mecânicos, vaqueiros e outras ocupações.

Walter Fraga Filho,²⁹ que estuda a escravidão no Recôncavo Baiano, lança mão de fontes diversas: inventários *post-mortem*, com um olhar apurado nas matrículas e listas de escravos; processos crimes; correspondências; assentos de batismos; assentos de casamentos e registros cartoriais. Trata-se das experiências sociais de escravos, libertos e senhores;

²⁷ FREIRE, Luiz Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888*. Feira de Santana: UEFS editora, 2011.

²⁸ Desmembrada de Cachoeira, foi instalada a Câmara de “Sant’Anna da Feira” em 1833. Ficou o seu termo formado pelas paróquias de São José das Itaporocas, Santana do Camisão e Santíssimo Coração de Jesus do Pedrão. Na década de 1850, esse termo não englobava mais essa última paróquia, que passou a fazer parte do termo de Nossa Senhora da Purificação dos Campos de Irará. Portanto, a comarca de Feira de Santana se dividiu e passou a compreender, conseqüentemente, a maior parte da área dos atuais municípios de Feira de Santana, Tanquinho, Santa Bárbara, Anguera, Riachão do Jacuípe, Candeal, Ichu, Nova Fátima, Capela do Alto Alegre, Pé de Serra, Gavião, Conceição do Coité, São Domingos, Valente, Retirolândia, Ipirá, Serra Preta e Pintadas. FREIRE, Luiz Cleber Moraes, op. cit., p. 49.

²⁹ Estudou o Recôncavo Baiano, ou melhor, a Região de Cachoeira/São Félix e cercanias, importante via de conexão entre a capital da Província e os sertões da Bahia, seguindo o Rio Paraguaçu. Fraga apresenta uma tabela de ocupações de escravos encontradas entre os anos de 1870 e 1887, onde aparece quatro vaqueiros, numa região que pouco se fala da influência da pecuária nessa época, já que sempre foi associado a esse grupo social o seu envolvimento nos espaços sertanejos. FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

percebendo alianças e conflitos, entre os anos de 1870 e 1910 (corresponde ao período entre as duas décadas que antecederam a Abolição em 1888, e os primeiros 20 anos que se seguiram), sobretudo na Região de Cachoeira e São Félix e adjacências. Trata-se de uma tentativa de acompanhamento de trajetórias de escravos e libertos dos engenhos do Recôncavo da Bahia. Apesar dos outros autores encontrarem grande quantidade de lavradores nas documentações, eles não são o objeto das análises. Mais uma vez os vaqueiros sobressaíram, ainda que os estudos não sejam específicos sobre essa categoria profissional.

Com exceção do estudo de Walter Fraga, que é exclusivamente sobre o Recôncavo Baiano, os outros são sobre territórios sertanejos. Ainda assim, no trabalho de Walter Fraga foram encontrados grupos profissionais também presentes nos sertões: a maioria dos escravos era de lavradores envolvidos nas lavouras, setor que tradicionalmente requeria grande número de cativos. Nos inventários foram encontrados também quatro vaqueiros, numa região, que não era comum na época as práticas do vaquejar.

Foram analisados alguns estudos sobre a Região de Itaberaba. O estudo de Antônio Marcos de Almeida Ribeiro³⁰ trata da conquista do Médio Paraguaçu (Região de Itaberaba). Explorou cartas, provisões régias, decretos, vestígios arqueológicos e iconografia, e estuda os indígenas Maracás, um dos protagonistas dos conflitos, denominados “Guerra dos Bárbaros”, nos sertões da Capitania da Bahia do século XVII. Percebeu as relações entre os sertanistas que avançaram “sertões adentro” e os indígenas que resistiram, num território de conflitos, que depois ficou consolidado como itinerários para as zonas de mineração.

Epitácio Pedreira de Cerqueira³¹ mostra alguns grupos sociais de Itaberaba do passado oitocentista. Apesar da formação de farmacêutico, ele elaborou um trabalho com aplicação de conceitos da Geografia e da História, utilizando como fontes os livros de atas do legislativo municipal de Itaberaba, livro de registro de terras da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Orobó (1856), livros do Tombo I e II do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário do Orobó e as provisões régias. Também dialogou com uma bibliografia especializada, inclusive textos de Capistrano de Abreu³² e de Felisbello Freire.³³

³⁰ RIBEIRO, Antônio Marcos de Almeida. *A conquista do Paraguaçu: o sertão, o tapuia Maracás e a Guerra Justa (1655-1674)*. Monografia – Colegiado de História do Departamento de Educação e Ciências, UNEB, Campus XIII, Itaberaba – BA, 2012.

³¹ CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de. *Pedra que Brilha*. 3 ed. EGBA, Salvador, 2003, p. 73-82.

³² ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial e os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Brasília, Universidade de Brasília, 1982.

³³ FREIRE, Felisbello. *Historia Territorial do Brasil (Bahia, Sergipe e Espírito Santo)*. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1906.

Cerqueira classifica de tipos humanos regionais o que Antônio Gramsci e Gayatri Spivak denominariam de grupos sociais subalternos³⁴ ou o que neste estudo se elege como ocupações sertanejas. Os tipos humanos regionais compunham-se do aguadeiro³⁵ e carregador,³⁶ do garimpeiro, da lavadeira, do pescador, do salta-moita,³⁷ do tropeiro, do vaqueiro e da vendedora. O autor não cita o lavrador. Ele arrisca abalizar relações de trabalho de cada categoria de trabalhadores. Ainda cotejou como os ofícios foram executados no passado, e como eram feitos no momento em que escrevia. Abordou as permanências dessas profissões, ressaltando que algumas atividades foram extintas.

Um estudo de Marcos Sampaio Brandão³⁸ atribui a origem de Itaberaba às fazendas de gado. Ele utilizou uma documentação cartorial como testamentos e inventários; registros dos párocos, a exemplo de registros eclesiásticos de terras; nos arquivos públicos, da Bahia e nos municipais de Cachoeira, de Ipirá e de Itaberaba, pesquisou as provisões reais, utilizou-se de registros fotográficos e entrevistas. Como um geógrafo, Brandão fez um estudo de geografia histórica, reunindo elementos teórico-metodológicos, tanto da Geografia, quanto da História.

O trabalho de Brandão constitui uma análise da gênese da cidade de Itaberaba acontecida no decorrer do século XIX, num contexto que o autor chama de progressão hierárquica (de fazenda, arraial, freguesia, vila e cidade), associa a sua gênese aos criadores

³⁴ Encontra-se o conceito de grupos sociais subalternos em: GRAMSCI, Antonio. 1891-1937. *Caderno 25 (1934): Às margens da história. (História do grupos sociais subalternos)* in: *Cadernos dos Cárceres*, volume 5 – Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 135; SPIVAK, Gayatri Chakravort. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11. Antônio Gramsci argumenta: os grupos sociais subalternos, historicamente sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta. Gramsci aponta a dificuldade de autonomia dos grupos sociais subalternos, por mais que lutaram por espaços, existiu uma forte dependência em relação aos grupos dominantes. No caso da Região de Itaberaba, pela força da agropecuária, os vaqueiros e lavradores em condições subalternizadas, dependiam economicamente dos fazendeiros, donos de terras. Sandra Regina afirma: a autora Gayatri Chakravorty Spivak fez uma crítica à ênfase na autonomia do sujeito subalterno como uma premissa essencialista. Desse modo, remete à preocupação de Spivak em teorizar sobre um sujeito subalterno que não pode ocupar uma categoria monolítica e indiferenciada. É um argumento que ajuda a entender os grupos sociais subalternos da Região de Itaberaba como heterogêneos.

³⁵ O aguadeiro encarregava-se do abastecimento local de água. Os primeiros aguadeiros faziam a distribuição de água em jegue, com cangalha e um duplo conjunto de ferro com arcos adaptados aos cabeçais da mesma e onde dispunham quatro carotes ou barris com duas alças metálicas em cada. Mais tarde surgiu outra variedade de aguadeiro arrastando um grande barril reforçado com aros de pneu por bojo e por trancas nas seções circulares das bases. CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de. *Pedra que Brilha...*, p. 73-74.

³⁶ Melhor conhecido como ganhador, quando foi ativada a linha férrea, e mais servia aos viajantes com seu carro de mão, de madeira, com uma roda maciça formada de pneu, atravessada por um eixo e ligada por dois cocões a duas traves prolongadas em timãos. CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de, op. cit., p. 74.

³⁷ Vaqueiro a pé, conhecido em outras regiões por tangerino, conduzia o gado da fazenda de criação para a feira e o abastecimento à população. CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de, op. cit., p. 77.

³⁸ BRANDÃO, Marcos Sampaio. *Processos socioeconômicos do espaço regional no século XIX e implicações sócio-espaciais na gênese da cidade de Itaberaba – Ba*. Dissertação (Mestrado), UFBA, 2007.

de gado. Comparou a região do Médio Paraguaçu, ou melhor, a Região de Itaberaba, com outras regiões da Bahia de maior crescimento e acúmulo de capital. Constatou que a pecuária se configurara como a principal atividade econômica do sertão, mas não alcançou a mesma importância econômica da lavoura açucareira do Recôncavo Baiano.

Especificamente sobre a Região de Itaberaba oitocentista há dois estudos voltados para a perspectiva histórica, o de João de Deus Costa³⁹ e o de Cléia Dias Guerreiro.⁴⁰ No primeiro, as fontes utilizadas foram cartas e relatórios dos presidentes da província e diretores da instrução pública baiana. Discute a história da instrução pública primária da Província da Bahia e da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Orobó no período de 1870 a 1888. O autor avalia o estado da educação formal (situação de escolas de sexo masculino e sexo feminino, condições de funcionamentos e as pessoas que tiveram ou não direito à educação mantida pela província) da Freguesia Nossa Senhora do Orobó, da capital e do Recôncavo Baiano. Analisou o tipo de política educacional adotada para a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Orobó, comparando-a com a da capital da Província e do Recôncavo. Dos estudos oitocentistas compulsados, é o único que não dá uma atenção especial à reprodução da escravidão, ainda que independente do objeto, quando se estuda o século XIX, a escravidão se evidencia, direta ou indiretamente. Porém, é mais um autor que utilizou o viés comparativo inter-regional.

O segundo estudo é o único encontrado sobre o período de extinção gradual da escravidão (1850-1888) referente à Região de Itaberaba. Utilizou documentos do acervo judiciário da Comarca de Itaberaba, entre eles: cartas de liberdade, testamentos, inventários, ações de liberdade, procurações, escrituras e correspondências. Construiu um trabalho pioneiro sobre a escravidão na Região de Itaberaba no século XIX, analisando os processos de alforrias na Vila de Orobó. Procurou o acompanhamento dos trajetos dos cativos e as mudanças ocorridas nas práticas de alforrias, a partir da Lei do Ventre Livre. Tivera ainda interesse em descobrir como os cativos conseguiram dialogar com a política de domínio senhorial. Vaqueiros e lavradores são citados, mas também não são os objetos da análise.

Assim como a Região de Itaberaba, as regiões comparadas tinham os maiores fluxos comerciais inerentes a agropecuária. Malgrado aparecer alguns vaqueiros nos inventários da

³⁹ COSTA, João de Deus. *A política educacional no final do século XIX: a Vila do Orobó no contexto da construção pública primária (1870-1888)*. Monografia – Colegiado de História do Departamento de Educação e Ciências, UNEB, Campus XIII, Itaberaba – Ba.

⁴⁰ GUERREIRO, Cleia Dias. *“Pelos bons serviços que me tem prestado”*: uma leitura das alforrias em Vila do Orobó (1850-1888). Monografia – Colegiado de História do Departamento de Educação e Ciências, UNEB, Campus XIII, Itaberaba – Ba, 2012.

região de Cachoeira, por não ser uma região sertaneja, era a que menos estava ligada a pecuária, pois, as maiores concentrações de escravos e mão de obras livres, estavam empregadas na lavoura canavieira. Ainda que em menor quantidade, algumas policulturas que também predominavam na região de Cachoeira, igualmente eram produzidas em Itaberaba, como cana de açúcar, fumo e farinha de mandioca. Mas, as lavouras de milho e de feijão predominaram nos Sertões do Orobó e nas outras regiões sertanejas.

Desse modo, havia mais semelhanças que diferenças entre as regiões. O que mais diferenciava Itaberaba das outras regiões, é que a região tinha as menores produções na agricultura e na pecuária, e menores quantidades de trabalhadores escravizados ou não, nessas atividades econômicas. Mas, a região não deixou de participar da produção agropecuária baiana. Essas semelhanças socioeconômicas, foram fundamentais para as redes de comunicações entre as comunidades sertanejas. Inclusive, essas conexões não tiveram somente aspectos positivos, da mesma forma favoreceram a interiorização das práticas escravistas desde os idos coloniais, assolando populações indígenas e negras.

Vale salientar, que o interesse em estudar os Sertões da Bahia começou ainda durante o Curso de Licenciatura em História da UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), por ser oriundo de Boa Vista do Tupim, que pertence a Região de Itaberaba. Ainda na graduação foi desenvolvido um estudo, com o apoio de uma bolsa do PROBIC, com o objetivo de investigar a historiografia sobre o Alto Sertão da Bahia – pesquisa que se desdobrou numa monografia de final de curso intitulada “Registros Históricos, História e Historiografia: um estudo historiográfico sobre o Alto Sertão da Bahia no período colonial”, orientada por Erivaldo Fagundes Neves.

Nessa circunstância, como atividade de pesquisa foi concedida uma bolsa de intercâmbio para a Universidade de Évora, em Portugal, que possibilitou o levantamento de textos da historiografia portuguesa que tratavam do interior brasileiro, enfocando diretamente o sertão baiano. Desse modo, comparar aspectos que permeiam a historiografia brasileira com da historiografia portuguesa, permitiu identificar diferentes olhares sobre os Sertões da Bahia. Diante disso, foi no âmbito das disciplinas aí cursadas, sobretudo, com ênfase a iniciação em “Introdução à Investigação do Período Colonial”, que essa pesquisa foi gestada. Inicialmente com um projeto que tinha o objetivo estudar os intercâmbios comerciais e culturais dos grupos sociais populares da Região de Itaberaba ao longo do século XIX.

O recorte temporal do presente estudo é o período de extinção gradual da escravidão (1850-1888), época que ainda estava evidente nas riquezas a chamada tríade sertaneja: terra, gado, escravos. Portanto, situa-se o ponto de partida entre o momento histórico do surgimento

das Leis de Terras do ano de 1850, altura em que começou o levantamento em nível nacional dos registros de terras e o marco histórico devido à Abolição da Escravatura em 1888. Esse intervalo de tempo permitiu pensar de que forma a sociedade estava se reestruturando em termos de relações de trabalho e das interconexões dessas relações com a posse de terra. O objetivo é de historicizar a Região de Itaberaba desde a sua origem, perseguindo peculiaridades de famílias que ocuparam a região, sobretudo, a dos Mascarenhas, assim como evidenciar os principais trabalhadores da agropecuária: lavradores e vaqueiros, escravizados ou não, com amostragem de alguns aspectos de seus modos de vida.

Os recursos metodológicos da História Agrária e da História Regional e Local e o aporte teórico da História Social ajudaram na construção do presente trabalho. Apesar das dificuldades de interfaces, essas articulações teórico-metodológicas são importantes para fundamentar as interpretações dos textos e das fontes. O mundo sertanejo é desvelado, indubitavelmente, pelo contato com documentos primários, registros históricos e historiográficos sobre a Região de Itaberaba.

Na perspectiva metodológica, a história agrária brasileira,

evoluiu por três etapas distintas: na primeira (ainda limitada à simples descrição de concessões de sesmarias, de propriedades e proprietários como se encontra em Felisbello Freire, Basílio de Magalhães e de atividades agrárias, a exemplo de Luís Amaral ou ultrapassando os limites da narrativa, com a incorporação de postulados sociológicos, como avançou Capistrano de Abreu), produziram-se estudos da ocupação territorial, apropriação da terra e de principais produtos; na segunda, as atenções se voltaram para os fatores jurídico-políticos, com abordagens ideológicas da propriedade fundiária, das instituições do Estado, da sociedade ou do exercício do poder, como se veem nas obras de Nestor Duarte, Passos Guimarães, Nunes Leal, Raymundo Faoro; e, na terceira (caracterizada pela consolidação da pesquisa universitária) a elaboração intelectual identificada como História Agrária ganhou, a partir dos estudos de Flamarion Cardoso, Yedda Linhares, Teixeira da Silva, ou consistência teórica e metodológica, com fundamentação epistemológica da História Econômica e Social.⁴¹

Desse modo, seguindo os preceitos da História Agrária, recomenda-se que se observe “a estrutura e a dinâmica da propriedade territorial”, para que se desenvolva a pesquisa histórica com base em fontes documentais e o emprego de técnicas e métodos mais adequados para o exame delas. Antes da discussão epistemológica, deve-se conhecer a base de dados, e evitar que se substitua a formulação de problemas e a caracterização das fontes pela simples descrição delas.

⁴¹ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio* (um estudo de história regional e local). 2. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008, p. 32-33.

Há uma polêmica que envolve a utilização dos recursos da História Regional e Local. Se “tudo é história”, não seria necessário empregar o termo História Regional e Local e nem qualquer outro. Porém, não há problema nenhum na utilização desta alternativa metodológica, desde que sirva para elucidar estudos sobre grupos sociais em diversos espaços e tempos históricos e alcançar fenômenos não atingíveis por outras metodologias.

A relevância da História Regional e Local está na abordagem desde o cotidiano de pequenos mundos sertanejos até as suas relações com as diversas partes do território nacional. Por isso, a intenção de caracterizar a dinâmica dessas relações sociais, no âmbito interno das comunidades sertanejas e que se ampliam em outros espaços influenciados por fatores políticos, culturais e econômicos, não deve perder de vista a compreensão da constituição do processo de interação dos sertanejos com outras comunidades. Visto que, para diferenciar a cultura tão marcante dos sertões, há que se compará-la com as de outros lugares. Ela se caracteriza pelos fortes laços de parentescos, compadrios e outras relações sociais, inclusive não descartando os conflitos entre os grupos sociais. A História Regional e Local permite avaliar o cotidiano de grupos sociais sertanejos e

consiste numa proposta de estudo de atividades de determinado grupo social historicamente constituído, conectado numa base territorial com vínculos de afinidades, como manifestações culturais, organização comunitária, práticas econômicas, identificando-se suas interações internas e articulações exteriores e mantendo-se a perspectiva da totalidade histórica⁴².

A definição configura os sertões não mais como coadjuvantes da história, inclusive traça o perfil sertanejo como epicentro de trocas culturais, e da execução de atividades econômicas não somente para suprimentos internos, mas como produtores e fornecedores de excedentes, seja da criação de gado ou produção agrícola, como a farinha de mandioca, o milho e o feijão. Alguns dos produtos se destacaram, como a sola (extraída do couro do gado), algodão, tabaco; que escoaram para outras regiões da Bahia e territórios externos em diversas épocas.

Para a História Regional e Local o primeiro referencial de estudos é a formação dos núcleos populacionais, nos contatos com outros grupos sociais, que mostra nos antagonismos, necessidades de novas adaptações, mudanças de comportamentos, e outras práticas. Desse modo, a História Regional e Local é um recurso metodológico ligado aos aspectos das espacialidades e suas redes de comunicações, uma vez que os agrupamentos humanos sempre

⁴² NEVES, Erivaldo Fagundes. *História Regional e Local: fragmentação e recomposição da história da modernidade*. Feira de Santana, Salvador, 2002, p. 45.

estiveram em interações, uns mais lentos, outros mais rápidos devido aos avanços tecnológicos, a depender do tempo e do lugar.

Já a perspectiva da História Social, ajuda a focar a problemática nos grupos sociais e suas relações, sobretudo, o comportamento dos grupos sociais subalternos, no caso desse estudo os vaqueiros e os lavradores. Por isso, devido à falta de um estudo também dessas categorias sociais na Região de Itaberaba, surgiu o interesse pela presente investigação. De acordo com José de D'Assunção Barros, não há limitações com relação ao que pode ser tomado como “fonte” para a História Social. É possível encontrá-las tanto na documentação de origem privada como na documentação oficial.⁴³ Para Reinhart Koselleck, constituem o objeto da História Social,

a investigação das sociedades ou as estruturas constitucionais, assim como as relações entre grupos, camadas e classes; ela investiga as circunstâncias nas quais ocorreram determinados eventos, focalizando as estruturas históricas de médio e longo prazo, bem como as suas alterações. A História Social pode ainda investigar teoremas econômicos, por força das quais se podem questionar os eventos singulares e os desenvolvimentos políticos.⁴⁴

Destarte, a associação da História Agrária, da História Regional e Local e da História Social, possibilitou uma melhor análise do conjunto documental selecionado: registros de terras, livros de notas dos tabeliães, inventários, correspondências, processos de pagamentos, registros contábeis, inventários, livro de nascimentos, lista de cidadãos.⁴⁵ Algumas dessas fontes foram encontradas no APB (Arquivo Público do Estado da Bahia) da cidade de Salvador, mas em sua grande maioria foram coletadas no APMI (Arquivo Público Municipal de Itaberaba) da cidade de Itaberaba. Uma das maiores dificuldades da pesquisa foi o acesso aos inventários, pois foi preciso várias visitas ao Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza, para a juíza chefe da Comarca de Itaberaba liberar o primeiro contato. A despeito do

⁴³ BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. 2 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004, p. 120.

⁴⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006, p. 97.

⁴⁵ APMI. Seção Judiciário. Livros de Notas do Tabelionato nº 2, nº 3, nº 4. Escrituras públicas de compra e venda de terras e de escravos/Série: cartas de liberdade (1853-1890); APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Expedidas e Recebidas, cx. 904-905, (1870-1890). APMI. Seção Judiciário, Livro de Nascimentos (1778); Livro de Batismos (1882). APB. Seção Colonial e Provincial, Correspondências recebidas de juízes de Orobó, maço 2519 (1849-1889); APB. Seção Colonial e Provincial, Registros eclesiásticos de terras, livro 4.792 (1854-1864); APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Processos de Pagamentos, cx. 923, (1871-1890); APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Registros Contábeis, cx. 927, (1878-1890); APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Lista de Cidadãos (1878); Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Série: Inventários (1850-1888).

bom estado de conservação, essa documentação do fórum não estava organizada de forma a facilitar a pesquisa, foi preciso colocá-la em ordem por ano e décadas, para depois iniciar as leituras. Infelizmente, não houve acesso à documentação do Arquivo da Paróquia de Itaberaba, pois o padre responsável, exigiu como condição prévia, uma entrevista, que nunca chegou a se efetivar por inúmeros desencontros.

O estudo está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo trata da formação socioeconômica da Região de Itaberaba, abordando a ocupação regional, que esteve amiúde vinculada à ocupação sertaneja, tendo os registros de terras revelado que as fazendas de gado foram fundamentais para a origem das principais comunidades sertanejas, inclusive João Amaro e Itaberaba.

O segundo capítulo investiga histórias de famílias da Região de Itaberaba e tem nos inventários seu suporte principal. Foi através deles que foi identificada a família da região que mais se destacou economicamente e, conseqüentemente, estabeleceu vínculos de poder, os Mascarenhas. O capítulo mostra a força dessa família, abordando na medida do possível as suas relações sociais com diversos grupos sociais, e como geriram internamente a tríade sertaneja e outros bens. Já o terceiro capítulo trata das características agropecuaristas da Região de Itaberaba, onde se vê nas correspondências que essas atividades influenciaram até a organização social da região, ou vice-versa. O capítulo revela algumas peculiaridades dos modos de vida de trabalhadores sertanejos, sobretudo de lavradores e de vaqueiros, escravizados ou não.

Sendo assim, o presente estudo lança um primeiro olhar para essa região, longe de ser completo, levanta hipóteses e indica possíveis caminhos investigativos na esperança de que essas veredas pouco conhecidas sejam trilhadas e desvendadas por novos estudos.

CAPÍTULO I - FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO DE ITABERABA

(...)Itaberaba, cidade natural,
 É aquarela num belo entardecer.
 Sua pedra⁴⁶ de granito a brilhar
 Para um povo que a faz engrandecer...
 (*Hino de Itaberaba* – Donald Amorim)

1. A “Pedra que Brilha”: peculiaridades regionais

Hoje, o município de Itaberaba limita-se a leste com Ipirá, ao sul, Iaçú, a oeste, Boa Vista do Tupim e ao norte, Rui Barbosa e localiza-se no centro-leste do Estado da Bahia, na encosta da Chapada Diamantina, microrregião 11 – Itaberaba, abrangida quatorze municípios, incluídos no Polígono das Secas (área delimitada pela Lei nº. 1384, de 1951), fazendo o seu território, parte do vale médio do Rio Paraguaçu.⁴⁷ Em dados de 2011, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, Itaberaba pertence ao Território de Identidade Piemonte⁴⁸ do Paraguaçu, juntamente com os seguintes municípios: Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itatim, Macajuba, Miguel Calmon, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Rui Barbosa, Santa Terezinha, Tapiramutá.⁴⁹

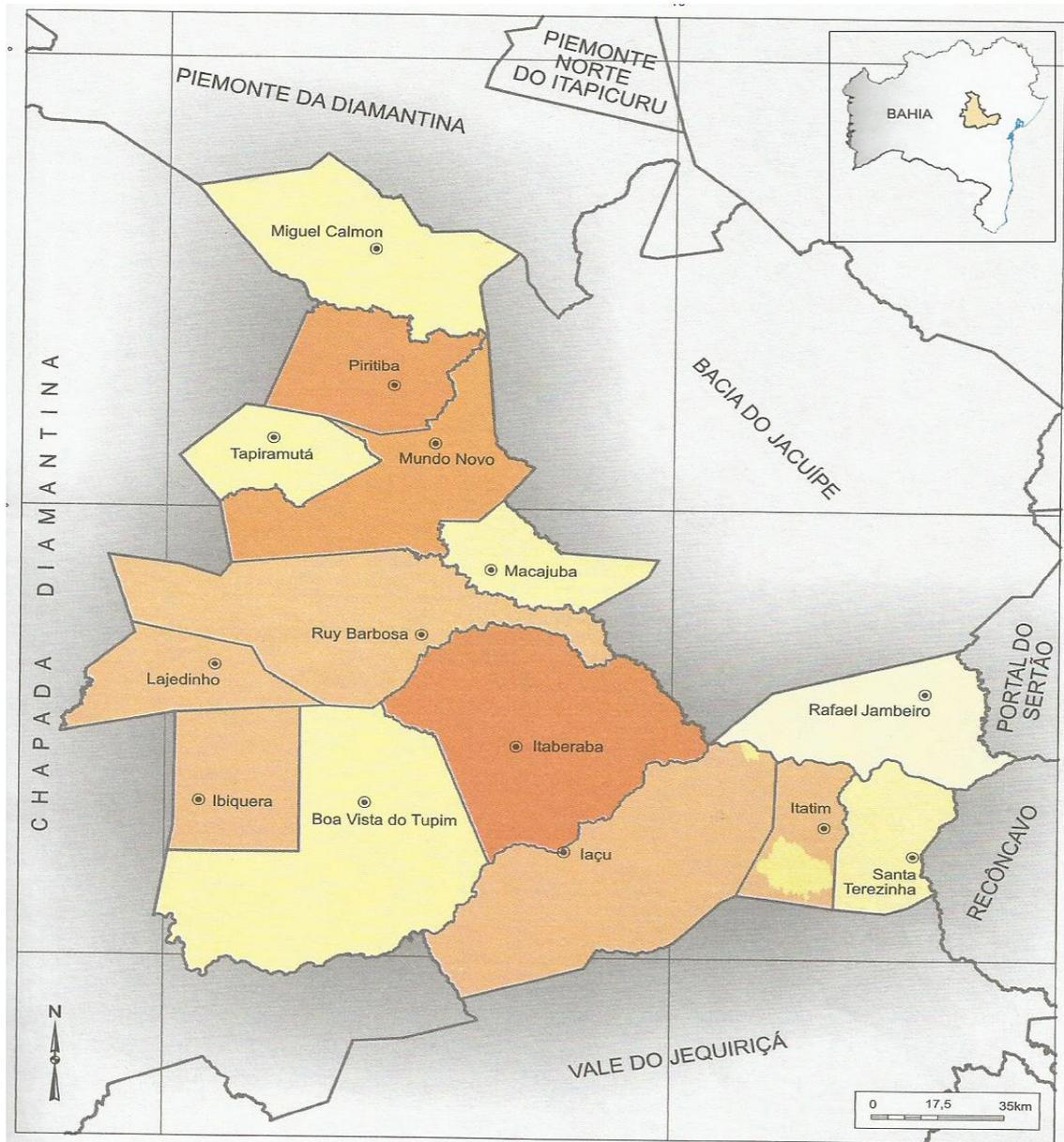
⁴⁶ No hino da cidade de Itaberaba já aparece a marca do topônimo Itaberaba que, significa em tupi-guarani “pedra reluzente” ou “pedra que brilha”.

⁴⁷ CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de. *Pedra que Brilha*. 3 ed. EGBA, Salvador, 2003, p. 25-26.

⁴⁸ Piemontes são regiões entre montanhas e tabuleiros. CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de. *Rio Grande*. Empresa Gráfica da Bahia, Itaberaba, Salvador, 2004, p. 13.

⁴⁹ Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Estatística dos municípios baianos*. SEI, Salvador, v. 16, 272 p.: il, 2011.

FIGURA 1 – Mapa – Território de Identidade do Piemonte do Paraguaçu – Bahia, 2006



Fonte: SEI, (2011, p. 17)

Optou-se por denominar o território de Região de Itaberaba, pois a cidade de Itaberaba foi a comunidade sertaneja⁵⁰ regional que mais se desenvolveu demograficamente. Além disso, há ainda uma dependência econômica de outros municípios da região em relação à “Pedra que Brilha”. Apesar da Figura 1 fazer uma amostragem de 14 municípios, o contato de

⁵⁰ O conceito de comunidade sertaneja foi retirado do livro: NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008. É atribuído ao antigo distrito de Bonito, atual município de Igaporã e a sua inserção regional. O estudo aponta características de uma comunidade do Sertão da Bahia, reconstituindo aspectos do cotidiano comunitário, as suas relações internas, articulações regionais e intercâmbios gerais. Pode-se comparar as suas especificidades com as comunidades sertanejas da Região de Itaberaba.

Itaberaba ao longo dos anos, se fez mais diretamente com Lajedinho, Ruy Barbosa, Macajuba, Ibiquera, Boa Vista do Tupim, Iaçú e Rafael Jambeiro. Os municípios de Miguel Calmon, Piritiba, Tapiramutá e Mundo Novo, tiveram mais contatos com as regiões de Jacobina e Morro do Chapéu. Itatim e Santa Terezinha se comunicavam diretamente com o Recôncavo Baiano. A despeito de Iaçú já ter pertencido ao território de Santa Terezinha. Desse modo, demonstra que os elos das pessoas de certos territórios com outros, configuravam-se através das relações socioeconômicas, políticas e culturais, ainda que fizessem parte de uma mesma região.

Trata-se de um grande território localizado no sertão⁵¹ baiano. Nísia Trindade Lima argumenta que, a região amazônica, a de Mato Grosso, e outras fariam parte do sertão brasileiro, uma vez que sertão não é somente a região semiárida. De acordo com Gilmar Arruda, do sertão quase não se encontravam referenciais de estudos, ou quando estudado foram imputadas identidades pejorativas e estigmatizadas de lugar atrasado e ambiente de arcaísmo social, político e econômico.

Já para Erivaldo Fagundes Neves, a categoria geográfica “sertão” atravessou o Atlântico com as caravelas de Cabral. O escriba da frota, na carta ao rei de Portugal, fez o uso dela para significar o espaço interior contraposto ao litorâneo. Desde então lhe consideram de etimologia obscura e de referências controvertidas ou desconhecidas. Essa obscuridade etimológica resultara da sua polissemia, adquirida com o alargamento territorial brasileiro para o oeste da imaginária linha definida em Tordesilhas. Em todos os países lusófonos designa o “incerto”, o “desconhecido”, o “longínquo”, o “interior”, o “inculto”, numa perspectiva de oposição ao ponto de vista do observador, que se presume no “certo”, no “conhecido” próximo do litoral, num lugar privilegiado, próximo a civilização.

Ainda para Neves, o sentido de “sertão” se expressaria, com maior intensidade, em relação ao Nordeste, na dupla concepção de interior e social de semiárido, de pouca habitualidade, que transcenderia qualquer delimitação precisa. O seu imaginário fora construído por viajantes, missionários e cronistas, mais que oposição a litoral, em contraste com a ideia de região colonial. Por muito tempo, a conotação de deserto e de tudo o que se encontra distante da civilização permeava o pensamento social brasileiro. A noção de

⁵¹ A etimologia de sertão foi estudada pelos autores: LIMA, Nísia Verônica Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, RJ: IUPERJ: Revan, 1999, p. 60; ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sertão recôndito, polissêmico e controvertido*: In: KURY, Lorelai Brilhante. (Org.). *Sertões adentro: viagens nos catingais, século XVI ao XIX*. Estúdio: Andrea Jokobosson Editorial Ltda. Rio de Janeiro – RJ, 2012, p. 15-16 e 22.

distância em relação ao poder público e a projetos modernizadores seria um denominador comum dos seus vários significados que integrariam o mesmo campo semântico de incorporação, progresso, civilização e conquista. Não seria a civilização, nem a barbárie. Essa dupla concepção associou “sertão” a conceito da geografia (semiárido) e da economia (pecuária) e o apresentou numa percepção de sentido espacial (interior) e noutra social (região pouco povoada), todas, categorias geográficas, mas trouxe implícita a noção de ação humana ou concepção de espaço social, historicamente construído, equivalente à ideia de “região”.

A cidade de Itaberaba distancia-se da capital 272 quilômetros. Eleva-se a 265 metros acima do nível do mar, entre as coordenadas geográficas de 12° 31’ 39” de latitude sul e 40° 18’ 25” de longitude oeste. O município tem clima semiárido, com temperatura média anual de 24, 6° C. A pluviosidade anual é de 762, 6 mm, com período chuvoso de novembro a abril.⁵² Significa que de maio a outubro chove menos. Em anos de secas prolongadas o município passa por sérias dificuldades, prejudicando sua economia.

O recorte temporal de estudo que interessa a presente pesquisa, é o período de extinção gradual da escravidão (1850-1888), época na qual ainda estava evidente nas riquezas, o que se chama tríade sertaneja: terra, gado, escravos.⁵³ Sabe-se que algumas pesquisas ignoraram a reprodução do sistema escravista nos sertões baianos, mas os escravos estiveram presentes em diferentes territórios sertanejos, moldando, ou influenciando, as relações de dependência, mesmo entre os homens livres.⁵⁴ Foi frequente a escravidão em todas as atividades econômicas e a Região de Itaberaba não escapou dela, as fontes revelam os modos de vida de alguns cativos, inclusive nas buscas por liberdades.

Nesse período, houve um grande envolvimento das pessoas com atividades agrárias. A região era reconhecida como terra da agropecuária,⁵⁵ parte substancial da economia sertaneja. Desse modo, era essencial possuir terra tanto para criação de gado quanto para a produção da lavoura, e como era uma sociedade dependente de mão de obra escrava, quem tinha mais

⁵² BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Estatística dos municípios baianos*. SEI, Salvador, v. 16, 272 p.: il, 2011, p. 75-76.

⁵³ A posse de terra, gado e escravos: conferia status a quem os possuísse durante o período escravista da nossa história. FREIRE, Luiz Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888*. Feira de Santana: UEFS editora, 2011.

⁵⁴ FERREIRA, Jackson André da Silva. *Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)*. 2014. Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 17.

⁵⁵ Malgrado associação entre a pecuária e a agricultura nas fazendas, Henrique identifica diferenças na forma como ambas as atividades econômicas eram desenvolvidas ou comercializadas, pois o constante vai e vem imposto pela pecuária diferia do sedentarismo requerido pela agricultura. HENRIQUE, Juliana da Silva. *A Feira de Capuame: pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII)*. 2014. Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 139.

de Cachoeira/São Félix (trecho navegável) ou baixo Paraguaçu, até desembocar no mar em Barra do Paraguaçu.

A Região de Itaberaba configurou-se como periférica à região das Lavras Diamantinas. Segundo o memorialista Gonçalo de Athayde Pereira, o boom das migrações para a região das Lavras Diamantinas teve início em 1844 com as descobertas dos diamantes em Mucugê.⁵⁷ Lençóis, na época, pertencia a Mucugê e somente emancipou-se em 1864.⁵⁸ Já a migração para o Morro do Chapéu (vila vizinha de Lençóis) aumentou com o advento da extração mineral, em especial do carbonado exportado para a Europa. Os anos de 1842 a 1860, data da descoberta e exploração dos diamantes em várias áreas da província e em Morro do Chapéu, foram de recuperação da economia baiana depois da depressão do período pós-guerra de independência no Brasil, na Bahia, em especial, e da crise que marcou a Regência.⁵⁹

A figura 2 mostra que os principais núcleos populacionais da Região de Itaberaba, João Amaro e Vila do Orobó, estavam localizados entre a região das Lavras Diamantinas (Santa Isabel do Paraguaçu) e algumas vilas do Recôncavo Baiano. Na verdade, os núcleos populacionais somente receberam o nome de vila na República, na Colônia e no Império eram chamados de arraial. Entretanto, neste estudo denomina-se de núcleo populacional. O que os autores denominam de vila no período colonial eram as sedes municipais. Cidade era um título honorífico das vilas destacadas.

Habitar a Região de Itaberaba era uma alternativa de sobrevivência para quem não conseguia prosperar nas Lavras Diamantinas, também se consolidou como um território articulador e intermediário de contato do Alto Sertão da Bahia e da região de Lençóis, com o Recôncavo Baiano. Destarte, além da localização da região favorecer o itinerário para as localidades de mineração, primeiramente para a região de Rio de Contas e Jacobina e depois para a região de Lençóis, também auxiliou no escoamento do gado e de alguns produtos da lavoura. Apesar de pobre, sem muita opção de trabalho, essa região se configurou como ponto estratégico.

⁵⁷ PEREIRA, Gonçalo de Athayde. *Memória histórica e descritiva do município dos Lençoes* (Lavras Diamantinas): In: ARAÚJO, Delmar Alves de; NEVES, Erivaldo Fagundes; SENNA, Ronaldo de Sales. *Bambúrrios e quimeras* (olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura). UEFS, Feira de Santana, p. 2002, p. 46.

⁵⁸ ARAÚJO, Delmar Alves. *Realidade imaginária e concretude representada: garimpando as trilhas do cotidiano*: In: ARAÚJO, Delmar Alves de; NEVES, Erivaldo Fagundes; SENNA, Ronaldo de Sales. *Bambúrrios e quimeras...*, p. 171.

⁵⁹ FERREIRA, Jackson André da Silva, op. cit., pp. 65-67.

FIGURA 3 – Caminhos do gado e pastagens (1850-1889)



Fonte: PIRES, (2009, p. 109)

Verifica-se nas correspondências⁶⁰ que existia uma rede de comunicação, mormente, com Lençóis e a capital da província. Por ser uma região agropecuarista, o excedente era comercializado, mormente, para a região das Lavras Diamantinas, para o Recôncavo e para Salvador. As pessoas usavam o curso do rio para evitar falta de água durante as secas. Assim, as principais atividades econômicas sertanejas mantinham uma contínua rede de comunicação ao levar mercadoria e gente.

⁶⁰ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Expedidas e Recebidas, cx. 904-905, (1870-1890).

Os estudos de comunidades sertanejas revelam diferenças substanciais nas ocupações dos principais grupos sociais, escravizados ou não: boiadeiros,⁶¹ vaqueiros,⁶² tropeiros,⁶³ garimpeiros,⁶⁴ lavradores.⁶⁵ Algumas pessoas atuaram em mais de uma função, o vaqueiro poderia exercer a função de lavrador e vice-versa. No estudo pioneiro sobre a região de Itaberaba no século XIX, Marcos Brandão cometeu um equívoco ao informar que os tropeiros labutavam com o gado.⁶⁶ Pelo contrário, o responsável pela comercialização do gado era o boiadeiro, nas suas empreitadas articulavam as diversas partes dos territórios brasileiros. Já o

⁶¹ O conceito de boiadeiro é o menos utilizado pelos autores. Alguns não deixam claro a diferença entre o vaqueiro e o boiadeiro ou, como fez Marcos Brandão, confundiu o tropeiro com o boiadeiro. Juliana da Silva Henrique sinaliza que os agentes envolvidos com o comércio dos bovinos – os marchantes – atuavam com eficácia no controle dos transportes das boiadas, devido aos possíveis descaminhos. Só que os marchantes eram os mesmos açougueiros, erroneamente Juliana Henrique aponta os marchantes como se fossem boiadeiros. HENRIQUE, Juliana da Silva. *A Feira de Capuame: pecuária, territorialização e abastecimento* (Bahia, século XVIII). 2014. Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 23. Os boiadeiros eram responsáveis por articular os sertões da Bahia com as áreas litorâneas através da comercialização de gado.

⁶² A figura idealizada do vaqueiro perpassou diversos períodos da história do Brasil, sendo seu “mito de origem” estabelecido no momento da colonização dos sertões. Em narrativas históricas díspares, como as de Capistrano de Abreu, Costa Porto, Eurico Alves Boaventura, Euclides da Cunha, Jozé Norberto Macedo, Renan Soares, Caio Prado Jr., e também em narrativas folclóricas, como em Câmara Cascudo, observa-se a sustentação de uma imagem positiva associada ao vaqueiro. MEDRADO, Joana. *Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no Sertão da Bahia*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2012, p. 126.

⁶³ A mineração estimulou o tropeirismo. O tropeiro, o dono de tropas de muares que percorriam imensas extensões do interior realizando um comércio interno de alimentos e manufaturados, vital na aproximação das vilas e dos lugarejos do sertão com os centros litorâneos. Os tropeiros não se tornaram “heróis” ou “gigantes” da formação territorial do Brasil – como os bandeirantes foram vistos por certos historiadores –, não apresaram índios em investidas sanguinárias, não descobriram metais e pedras preciosas, não colonizaram regiões remotas tangendo boiadas, não exploraram mão de obra indígena na busca de especiarias no meio da floresta, não possuíam escravaria numerosa que produzia açúcar nas terras férteis do interior mais próximo do litoral. No entanto seu papel na integração das áreas sertanejas entre si e destas com os portos marítimos foi extremamente importante. ARAÚJO, Emanuel. *Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais*. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *Revisão do Paraíso: 500 anos e continuamos os mesmos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campos, 2000, pp. 63-63.

⁶⁴ Os primeiros garimpeiros da Chapada Diamantina que eram aventureiros oriundos de diversas partes do Brasil, não formavam a rigor, grupos estratificados em classes. Pertenciam, geralmente, aos segmentos baixos ou médios dos seus locais de origem, havendo, às vezes, uma hierarquia de organização de poder nesses grupos, onde o motor econômico da divisão social por camadas, não se fazia presente de forma realmente manifestada. Muitos desses homens migraram sós. SENNA, Ronaldo de Salles. *Passado projetado e presente anterior: o século XX que foi possível, regionalmente*, traduzir: In: ARAÚJO, Delmar Alves de; NEVES, Erivaldo Fagundes; SENNA, Ronaldo de Sales. *Bambúrrios e quimeras...*, p. 233.

⁶⁵ Na documentação sobre a Bahia colonial e oitocentista, o termo lavrador também é usado para designar qualquer tipo de agricultor, inclusive os produtores de fumo e de mandioca. Por esta razão e para evitar possíveis ambiguidades, Barickman resolveu adjetivar o termo (“lavradores de cana”, “lavradores de fumo”, “lavradores de mandioca”) sempre que o contexto não deixar claro o tipo de lavoura cultivada. Em outros contextos, ele utiliza “lavradores” para se referir, de forma genérica, a agricultores que não eram senhores de engenho, sem especificar o que produziam. BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo (1780-1860)*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003, p. 41.

⁶⁶ BRANDÃO, Marcos Sampaio. *Processos socioeconômicos do espaço regional no século XIX e implicações sócio-espaciais na gênese da cidade de Itaberaba – Ba*. Dissertação (Mestrado), UFBA, 2007.

vaqueiro era o encarregado da criação do gado⁶⁷ e de tanger as boiadas (ver Figura 3 – mapa dos caminhos de gados e das pastagens).

Na verdade, os tropeiros atuavam na comercialização de mercadorias, eles eram fundamentais nos abastecimentos das comunidades. Os lavradores produziam as policulturas e a produção de algumas delas era comprada pelos tropeiros, que a repassava para as comunidades, sobretudo, os víveres essenciais como milho, feijão e farinha de mandioca. Ao lado desses gêneros alimentícios, a carne figura como um dos alimentos que deixaram marcas indeléveis na composição do cotidiano e na espacialidade do Brasil.⁶⁸ Acrescentados a carne e o não citado arroz, menos usado que os demais: eis os alimentos mais utilizados pelas pessoas no Brasil. Verifica-se nas fontes, sobretudo nas missivas,⁶⁹ que a região estudada produzia esses víveres e outros produtos alimentícios. Não se pode comparar os desempenhos da lavoura cafeeira paulista ou dos engenhos do Nordeste aos ritmos das “lavouras de mantimentos” do sertão da Bahia, onde as rotinas eram sem dúvida, bem menos formais.⁷⁰ Ainda assim, faltam estudos mais detalhados sobre as lavouras sertanejas e principalmente sobre o abastecimento alimentar.

Já os garimpeiros eram os principais trabalhadores da mineração, com o auxílio de sodro, enxada, bateia e peneira, tinham a função de extrair das minas metais e pedras preciosas. Não se deve ocultar que esses grupos sociais sertanejos se articulavam, sobretudo, pela condição de pobreza. Não era novidade o contato entre tropeiros e garimpeiros, pois o segundo grupo social dependia dos primeiros que abasteciam as minas.

Os sertanejos encontrados na documentação do século XIX consultada neste trabalho foram diversos: criadores (fazendeiros), artistas, negociantes (comerciantes), donos de terras/proprietários (latifundiários), escrivães, sapateiros, pedreiros, oleiros, vaqueiros, lavradores, domésticas. Há uma ampla presença de trabalhadores, contrariando os estudos sertanejos que apontavam somente as elites locais como protagonistas, mormente os fazendeiros (latifundiários) e os coronéis (líderes locais). Ou mesmo diferente dos repetitivos estudos sobre os cangaceiros, nos quais se destacaram o casal Lampião e Maria Bonita, o líder messiânico Antônio Conselheiro, liderança na Guerra de Canudos, e o padre Cícero de Juazeiro do Norte.

⁶⁷ Denomina-se gado graúdo o vacum, cavalariço, muar e asinino, em oposição ao gado miúdo, como cabras/bodes, ovelhas/carneiros e porcos. FREIRE, Luiz Cleber Moraes, op. cit., p. 69.

⁶⁸ HENRIQUE, Juliana da Silva. *A Feira de Capuame...*, p. 12.

⁶⁹ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Recebidas, cx. 905, (1887).

⁷⁰ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico internacional e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1888)*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 265.

A agropecuária demandava a principal mão de obra da região, tanto para a subsistência como também para produção comercializável. Numa região como a de Itaberaba, de pouca opção no mercado, a figura que tinha especialização como a de vaqueiro era supervalorizada, ou mesmo a pessoa experiente nas lavouras. O prestígio social surgia da experiência de cada indivíduo. Em que pese os estudos sobre os Sertões da Bahia aparecem como unanimidade a relevância dos vaqueiros como trabalhadores sertanejos. Confirma-se nos livros de notas dos tabeliães, a presença desse importante trabalhador na Região de Itaberaba, encontrado, inclusive, como escravo vaqueiro como consta em escritura de compra e venda de 1854: “escravo de nome Binidito, crioulo, ofício de vaquero”.⁷¹

Outra questão, não se encontra nenhum estudo específico sobre os lavradores nem da Região de Itaberaba, nem de outras regiões da Bahia. Ainda que a historiografia brasileira evidencie o protagonismo dos vaqueiros nos territórios sertanejos, o Livro de Nascimentos⁷² de 1878 revela uma quantidade de lavradores muito superior à de vaqueiros, de número ínfimo. Apesar de indícios da origem por causa das fazendas de gado⁷³ e os vaqueiros prevalecerem nessa atividade, havia mais lavradores na região. Ainda que tenha utilizado tipologias documentais diferentes como inventários e testamentos⁷⁴ e analisado o Alto Sertão da Bahia, para Erivaldo Neves a sobrepujança dos lavradores se dá porque a pecuária demandava pouca mão de obra.⁷⁵

Destarte, um único vaqueiro poderia ser responsável por criar uma grande quantidade de reses, ao contrário da agricultura que demandava muita mão de obra, inclusive nos inventários da região é pequeno o número de vaqueiros inventariados. Teodózio, Isidório, Pedro, Alexandre e Fiandres são exemplos de alguns dos vaqueiros da região presentes nos inventários.⁷⁶ Há diferenças pontuais entre a pecuária e a agricultura e também diferenças

⁷¹ APMI. Seção Judiciário. Livros de Notas do Tabelionato nº 2. Escrituras públicas de compra e venda de escravos (1853-1857), p. 10.

⁷² APMI. Seção Judiciário, Livro de Nascimentos (1878).

⁷³ O papel da pecuária na frente de expansão das colônias do Novo Mundo pode ser observado tanto nos domínios ingleses dos Estados Unidos e Jamaica, quanto no interior das colônias espanholas substancialmente ocupadas por fazendas de gado (o processo de montagem requeria poucos recursos). Verifica-se que o processo de ocupação dos sertões da Bahia via fazendas de gado tinha objetivos semelhantes. As primeiras fazendas, de modo geral, foram estabelecidas próximo a rios, córregos e lagoas. HENRIQUE, Juliana da Silva, op. cit., pp. 88 e 122.

⁷⁴ Quem possuía inventários e testamentos eram as famílias mais abastadas. Diferente dos livros de nascimentos pois estavam presentes todos os grupos sociais. Apesar que os grupos sociais sertanejos também foram encontrados nos inventários e testamentos. Essas são as diferenças básicas entre as tipologias documentais.

⁷⁵ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p. 81.

⁷⁶ Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Florentino Pereira Mascarenhas (1867), p. 10.

como os trabalhadores as executavam, ainda que houvesse grande associação entre ambas as atividades.

Antes de debruçar no núcleo populacional que depois virou Itaberaba, é preciso recuar no tempo para entender o processo de ocupação até a institucionalização da cidade, numa região que ao longo dos anos houve mais permanências que rupturas, onde as pessoas desde a gênese regional eram ligadas às atividades agrárias e perdurou durante todo o século XIX. As fazendas de gado se tornaram principais espaços regionais, muitas das comunidades sertanejas surgiram por causa delas, inclusive os principais núcleos populacionais da região: João Amaro e Itaberaba. Vê-se adiante algumas peculiaridades do surgimento de ambos os núcleos populacionais.

2. A comunidade sertaneja de João Amaro: núcleo de formação do território

João Amaro é o núcleo populacional mais remoto da Região de Itaberaba. Entender as peculiaridades territoriais da região e das relações comerciais que ali existiam na formação dessa comunidade sertaneja é um primeiro passo no esboço que, nesse capítulo, pretende-se construir sobre a formação social e econômica da região. Antes das questões territoriais, entretanto, deve-se apresentar quem foi João Amaro Maciel Parente:

paulista, filho do também paulista Estêvão Ribeiro Baião Parente, um sertanista que, em dois anos venceu os tapuias do Orobó (território que depois passou a se chamar Itaberaba), remetendo os prisioneiros as casas fortes criadas em Paraguaçu, Ibirutuca e Piranhas. João Amaro acompanhou seu pai nas campanhas do Nordeste contra os indígenas, onde destruiu tribos indígenas, queimou aldeias e aprisionou muitos indígenas. João Amaro teve como recompensa o posto de coronel e uma grande sesmaria (território que recebeu seu nome) em terras baianas. Abriu uma estrada que ligava várias regiões sertanejas com o litoral, inclusive cortava o rio Paraguaçu, a primeira e maior via que se obteve no sertão baiano, em 1693. Vendeu a sua sesmaria para Manuel de Araújo Aragão e investiu nas riquezas auríferas das Minas Gerais. Em 1703, passou a negociar na região do Rio das Velhas, o gado comprado na Bahia. Em 1708, se confrontou com os emboabas onde os derrotou. Em 1718 fundou um engenho de açúcar no arraial de Guarapiranga. Casou duas vezes e não deixou geração. Enfim, faleceu em 1721, em sua fazenda no arraial de Guarapiranga.⁷⁷

Associa-se a época da conquista e ocupação econômica da região de Itaberaba com a formação do núcleo populacional João Amaro, que surgiu devido às investidas de seu pai e

⁷⁷ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil (séculos XVI, XVII e XVIII)*. Gráfica Siqueira, São Paulo – SP, 1 ed. 1953, pp. 282-284.

dele na região, com matanças dos povos indígenas. João Amaro nunca se emancipou politicamente, ainda hoje é distrito de Iaçú,⁷⁸ que pertence ao Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, ou melhor, como este estudo preferiu chamar pertence à Região de Itaberaba.

João Amaro é a comunidade sertaneja mais antiga que se tem notícias, anterior a Jacobina e Rio de Contas.⁷⁹ Surgiu no final do século XVII. Tornou-se rota obrigatória para os Sertões da Bahia. O núcleo populacional não se desenvolvera, apesar de banhado pelo mais importante rio genuinamente baiano: o Paraguaçu. Ao descrever o caminho da Bahia para as Minas Gerais: Antonil⁸⁰ referiu-se a esse núcleo populacional sertanejo. Partia-se da “Cidade da Bahia” (Salvador), em direção aos Sertões, a primeira parada era em Cachoeira, e depois seguiam até João Amaro, e, posteriormente para Tranqueira, onde haveria a opção de dois caminhos. Desse modo, quando o percurso era o Rio Paraguaçu, João Amaro se tornara parada obrigatória. Seguia-se o rio, guiando-se pelas fazendas de gado que denominou de currais, também como referências das localidades. Capistrano de Abreu também reportou-se ao arraial de João Amaro:

nos anos de 1669, chegou a gente embarcada, cuja condução a câmara do Salvador despendeu mais de dez contos de réis. Eram dois os chefes principais, Bráz Rodriguez de Arzão e Estevão Ribeiro Bayão Parente (pai de João Amaro Maciel Parente). Fizeram de Cachoeira base da operação que duraram anos. Bráz Rodriguez retirou-se depois de tomar, na margem esquerda do Paraguaçu, a aldeia do Camisão. Estevão Ribeiro guerreou, sobretudo na margem direita, onde conquistou a aldeia de Massaracá. Em paga dos serviços foi-lhe dado o senhorio de uma vila chamada João Amaro, nome de seu filho. A vila, depois de vendida com as suas terras a um ricoço da Bahia, extinguiu-se; o epônimo ainda é lembrado nos catingais baianos.⁸¹

Por se tratar de dados minuciosos de caminhos dos Sertões da Bahia, aparecem traços dos roteiros de Antonil no trabalho de Capistrano de Abreu. Ele se orientou em Antonil para compreender como se davam as rotas percorridas pelos sertanistas do litoral para o sertão.

⁷⁸ ARAS, Lina Maria Brandão de. *Sertão em múltiplos sertões*. In: *Panorama Cultural da Bahia*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; Secretaria da Cultura. Salvador: SEI, 2012, p. 126.

⁷⁹ Sobre a edificação e instalação das vilas de Santo Antônio da Jacobina, em 1720, e Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas, em 1724, ambas criadas para dar suporte a atividade mineradora. Ver: NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008, p. 108; FREIRE, Felisbello. *Historia Territorial do Brasil*. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998, 1 ed. 1906, p. 150.

⁸⁰ O jesuíta Antonil denominou a capital Salvador de “Cidade da Bahia”. ANTONIL, André João (Giovanni Antônio Andreoni). *Cultura e opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Editora da USP, São Paulo, 1982. 1 ed. 1711, p. 186.

⁸¹ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial e os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Brasília, Universidade de Brasília, 1982, p. 133.

Inclusive informa que o núcleo populacional de João Amaro: assim passou a se chamar por causa da vitória de Bayão Parente frente aos indígenas da região. Em compensação por esses serviços recebeu aquelas terras pelo regime de sesmarias.⁸² Felisbello Freire, também aborda a fundação de João Amaro:

não era João Amaro homem, que, se satisfizesse com atravessar uma vez o paiz. Fez sua tarefa conscienciosamente explorando-a em todo os sentidos, e limpando-a tão bem de selvagens, que por mais de meio século não se tornou mais a ouvir falar n'elles. Em recompensa de seus serviços recebeu uma sesmaria, e o senhorio de uma villa, que lhe permitiu fundar, e que effectivamente principiou do lado da Bahia com a invocação de Santo Antonio, nome que o povo com razão substituiu o do mesmo fundador. O pagamento desses serviços foi uma donataria, onde foi fundada a villa João Amaro, a qual foi vendida ao coronel Manoel de Araujo Aragão. Foi esta a última bandeira do século XVII.⁸³

Felisbello Freire posiciona-se com uma visão depreciativa em relação aos povos indígenas, como se fossem povos fracos, com a ênfase nas contendas e vitórias do sertanista João Amaro contra os indígenas. No seu dizer prevaleceu o nome da vila João Amaro, pois, o povo, o qual preferiu a homenagem ao sertanista, substituiu o topônimo de Santo Antônio pelo de João Amaro depois que este, tornou-se seu proprietário.

⁸² Instituído no reinado de D. Fernando I (1367-1383), o sistema de “sesmarias” foi um recurso para se distribuir terras e estimular o povoamento de áreas incultas ou conquistadas dos árabes que ocupavam a Península Ibérica, para desenvolver a agricultura e dinamizar a produção de alimentos em Portugal, que sofria escassez de cereais. A lei original das sesmarias é de 26 de julho de 1375. O vocábulo “sesmaria” derivou do termo “sesma”, depois “sesmo”, designativo do foro anual, correspondente a 1/6 do valor estipulado para o terreno, que na origem se cobrava do foreiro ou enfiteuta. Quanto a este – “sesmo” ou “sesma” – procederia do verbo “sesmar”, que adviria de “ad-cestimare” – avaliar, calcular, estimar – exprimindo, “com admirável justeza, a única operação realmente necessária para a construção do sesmo”. Há, entretanto, outras explicações...Com as Capitâneas Hereditárias, D. João III transferiu para o Brasil, em 1534, o regime jurídico de repartição fundiária das sesmarias, para dinamizar a ocupação territorial do contorno litorâneo. Através desse sistema, os capitães donatários receberam, “sem foro nem direito algum”, apenas com o pagamento do dízimo devido à Ordem de Cristo sobre os frutos obtidos, 50 léguas de costa, mas tornavam-se reais proprietários de apenas 20% das terras. Deveriam distribuir sem qualquer ônus, a título de sesmarias, os 80% cujos sesmeiros se obrigariam a cultivá-las no prazo de cinco anos. As terras não aproveitadas no tempo estipulado tornavam-se devolutas, isto é, devolvidas ao senhorio original, à coroa portuguesa. Embora a distribuição de terras fosse de seu livre arbítrio, os contemplados com a donataria não poderiam fazê-la “à própria mulher ou ao filho herdeiro”. Pretendiam-se, assim, evitar a concentração da propriedade fundiária. Não se conhece o volume de títulos nem a dimensão das terras distribuídas no Brasil através do sistema de sesmarias, que perdurou até 17 de junho de 1822, quando o príncipe D. Pedro suspendeu sua aplicação. No início do século XVIII, limitou-se a extensão ao máximo de três léguas e recomendou que as concessões fossem separadas por espaços baldios. Mas não foram respeitadas as delimitações nem a advertência, pois esse estatuto jurídico medieval permitiu a formação de latifúndios durante a colonização lusitana. NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja...*, pp. 63-65.

⁸³ FREIRE, Felisbello. *Historia Territorial do Brazil (Bahia, Sergipe e Espírito Santo)*. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1906, p. 103.

Num primeiro momento, sobre a fundação de João Amaro, no final do século XVII, Freire afirma que o povo substituiu o topônimo Santo Antônio para João Amaro.⁸⁴ Mas, num segundo momento, em dados sobre os anos de 1881, o mesmo autor chama a localidade de Santo Antônio de João Amaro (da mesma forma que Antonil denominou o núcleo populacional, no início do século XVIII⁸⁵), uma junção dos dois topônimos (católico e nome do sertanista). O núcleo populacional de João Amaro foi fundado em 1674, mesmo ano que se iniciou a construção da capela de Santo Antônio, de João Amaro, também por Estevão Ribeiro Baião Parente.⁸⁶ A partir dali surgiram casas e currais na localidade.

Encontra-se num registro eclesiástico de terras⁸⁷ da Freguesia de São João do Paraguaçu, no qual se confirma alguns argumentos dos autores – Antonil, Capistrano de Abreu, Felisbello Freire e Epitácio Pedreira - sobre João Amaro. A fonte é o primeiro registro de terras dos Sertões da Bahia. Entre as similaridades ao comparar os trabalhos com a fonte, trata da venda das terras que pertenciam ao sertanista João Amaro para o coronel Manoel de Araújo Aragão, argumento que consta no estudo de Felisbello Freire, de Epitácio Pedreira e também no *Dicionário de bandeirantes e sertanistas...*

Tanto o senhoriato sertanejo que necessitava da mão de obra quanto os sertanejos que dependiam do trabalho para suprir as necessidades mínimas de sobrevivência, tiveram uma forte interação na relação com a terra na Região de Itaberaba. Como foi facilitado o acesso à terra para o senhoriato, o já citado registro eclesiástico de terras, aponta as vendas da fazenda Araçás ou Andarahy de Baixo, na qual se encontrava o arraial de João Amaro, que tinha as seguintes demarcações:

princiando do sítio dos Araças onde se divide com o Tamanduá abaixo do Rio Paraguassu da outra banda da Vila de João Amaro, seguindo sempre pelo dito Rio acima até a volta da serra grande onde divisa o sítio Catinga Grande, tendo de fundo seis legoas, comessando de cima, e outro lugar já declarado, com todas as suas entradas, salinas e logradores, águas nativas e vertentes.⁸⁸

Essa fonte assinala as negociações dos donos dessas terras ao longo dos anos, passando de geração em geração. É mais uma importante fazenda, onde algumas comunidades

⁸⁴ FREIRE, Felisbello, op. cit., p. 103.

⁸⁵ ANTONIL, André João (Giovanni Antônio Andreoni). *Cultura e opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Editora da USP, São Paulo, 1982. 1 ed. 1711, p. 186.

⁸⁶ CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de. *Rio Grande*. Empresa Gráfica da Bahia, Itaberaba, Salvador, 2004, pp. 25-34.

⁸⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial, livro 4.792 (1854-1864), p. 24-4-reg. 2.

⁸⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial, livro 4.792 (1854-1864), p. 24-4-reg. 2.

sertanejas surgiram por causa das fazendas de gado. Apesar de João Amaro não se desenvolver, a fazenda Andarahy de Baixo ou Araçás está na mais remota origem da Região de Itaberaba e do preservado núcleo populacional João Amaro.

Existiram relações dialéticas entre os administradores das fazendas e os administradores dos núcleos populacionais. As fazendas, com a produção e comercialização de gado, deram suportes à existência dos núcleos populacionais. E por sua vez, os núcleos populacionais forneceram espaços para as vendas dos produtos das fazendas e para sedes que resolviam problemas burocráticos como cartórios, e também forneceram equipamentos que subsidiaram na criação, manutenção e crescimento das fazendas.

O dito registro eclesiástico de terras trata desde a venda da fazenda Araçás ou Andarahy de Baixo em 1707, até o último comprador nos idos de 1848. Essas terras que foram propriedades do sertanista João Amaro em finais do século XVII, tiveram sucessivamente os seguintes donos, relacionados em ordem do primeiro ao quinto dono: João Amaro Maciel Parente, Manoel de Araújo Aragão, Manoel Pinto Cardoso, Francisco José da Rocha e os herdeiros dele.

A primeira negociação foi efetuada em 1707. A fazenda foi vendida pelo capitão mor João Amaro Maciel Parente e sua mulher Dona Antônia Maria de Camargo, ao coronel Manoel de Araújo Aragão. Para Epitácio Pedreira, Manoel de Araújo era filho do senhor de engenhos de Mata e Tararipe, no Recôncavo, e os herdou, em 1732. Foi vereador ao instalar-se a vila de Cachoeira em 1698. Antes dessa compra da vila de João Amaro e de todas as suas dependências e terras, Manoel de Aragão disputou judicialmente com João Amaro o domínio do terreno, tendo decisão contrária da Relação da Bahia, em 1697.⁸⁹ A sentença foi executada pelo Governador Dom João de Alencastro a favor do sertanista João Amaro. Depois das disputas pelas terras, Manoel as adquiriu por compra. Os dados do local onde acontecera a venda e o valor da negociação se perderam nos arquivos. A segunda venda foi realizada em 1758, em Cachoeira, por Dona Anna Barbosa de Brito (viúva do proprietário Manoel de Araújo Aragão) ao morador da fazenda Palma, Freguesia de Outeiro Redondo⁹⁰ (atual São Félix), o senhor Manoel Pinto Cardoso, pelo preço de quinhentos mil réis.

A terceira transação foi concretizada em 1809, na Vila de João Amaro. Albano Pinto Cardoso, como herdeiro do seu pai, o senhor Manoel Pinto Cardoso, transpassou a posse e domínio de suas terras, para o juiz e capitão Francisco José da Rocha, pela importância de

⁸⁹ CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de. *Rio Grande...*, pp. 23-24.

⁹⁰ A Lei de 14 de Maio de 1881, traçou como limites da Freguezia de São Felix e Outeiro Redondo, o Rio Capivary. FREIRE, Felisbello. op. cit., p. 251.

seiscentos mil réis. A quarta e última venda da fazenda, encontrada nessa fonte, aconteceu no ano de 1848, na Vila de Minas do Rio de Contas. Quando o coronel Reginaldo Landolfo, representante da senhora Dona Anna Francisca de Novais Rocha (viúva do sargento mor Francisco de José da Rocha) e de seus filhos, senhores e possuidores da sorte de terras denominada Araçás ou Andarahy de Baixo as declarou no Registro Eclesiástico de terras da freguesia de São João do Paraguaçu e pagou o valor de trezentos e vinte réis referente ao selo número segundo, e cento e sessenta réis referente ao selo número terceiro, num total pago de quatrocentos e oitenta réis.

A labuta nas terras sertanejas não era fácil, verifica-se nas distâncias enfrentadas pelas pessoas entre as diferentes localidades que foi vendida a fazenda Araçás ou Andarahy de Baixo: Vila de Cachoeira, Vila de João Amaro, Vila de Minas do Rio de Contas. Assim sendo, existia conexões entre as diferentes localidades, entre as quais as pessoas passavam dias nas estradas para percorrê-las. Nas condições de latifundiários, os fazendeiros absenteístas⁹¹ poderiam deparar com problemas administrativos e outros nas suas terras, por isso muitos preferiam se fazerem presentes nas propriedades.

Felisbello Freire traz dados sobre João Amaro no século XIX. Para ele, em 1881, “a capella do arraial de Santo Antônio do João Amaro, filial da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Tapera (atual Santa Terezinha), foi elevada à categoria de parochia”.⁹² É consenso para Freire e Eptácio Pedreira que a igreja de Santo Antônio da Conquista, da Vila de João Amaro foi desmembrada da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Tapera em 1881. Ainda para Pedreira, Luís Henrique Dias Tavares, membro do Conselho Estadual de Cultura, apresentou em 2001 uma indicação sugerindo o tombamento da capela de Santo Antônio, em João Amaro, o que motivou a Câmara de Vereadores de Iaçu aprovar, por unanimidade, com votos de congratulações e aplausos ao historiador.⁹³

Ao longo do século XIX João Amaro perdeu a importância socioeconômica, deixou de ser ponto de apoio para ocupação econômica dos Sertões da Bahia, pois foram exploradas

⁹¹ Nem todas as fazendas de gado, tiveram a presença contínua dos seus proprietários. Muitas delas sofreram com o absenteísmo: ausência habitual dos proprietários nas fazendas. Desse modo, as fazendas ficaram sob a tutela de um administrador.

⁹² A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Taperas, foi criada pela lei de 1º de Abril de 1843, com os seguintes limites: partindo da fazenda denominada Angelina, na margem do Paraguassú, da ponta do sul, riacho da povoação acima, até a frente da Serra do Guairerú, entre o arraial da Tapera e a Fazenda da Cruz e daí seguindo pelo rio na Serra Guairerú até o rio Vermelho e por este abaixo até a estrada que vae para a fazenda Palmeirim e desta pela estrada direita até Ribeirão e por este acima até a fazenda dos furados e desta continuando pela estrada até a Palma margem do Paraguassú, e por este à fazenda Angelina, donde partira. FREIRE, Felisbello, op. cit., pp. 238-239 e 251.

⁹³ CERQUEIRA, Eptácio Pedreira de, op. cit., pp. 35-36.

outras rotas sertanejas.⁹⁴ No final da centúria oitocentista (de 1897 em diante), enquanto Itaberaba recebeu o topônimo indígena,⁹⁵ em João Amaro venceu a homenagem ao sertanista.

O elo dos sertanejos com as terras oportunizaram disputas pelas posses, e também indivíduos de outras localidades disputaram as terras sertanejas, como o caso já ilustrado da disputa judicial entre o sertanista João Amaro e o tenente-coronel Manoel de Araújo Aragão pelo Arraial de João Amaro. Elas eram adquiridas pelos senhores de melhores condições financeiras e poderes. Não se pode afirmar que as suas habitações foram luxuosas. Segundo os livros de notas dos tabeliães, inventários e um registro paroquial de terras,⁹⁶ alguns senhores dos principais núcleos populacionais da Região de Itaberaba no século XIX, a Vila do Orobó e a Vila de João Amaro, usufruíram da tríade sertaneja: terra, gado, escravos. Ainda assim, como em outros espaços sertanejos, as suas moradas foram simples. As habitações sertanejas caracterizavam-se pela rusticidade, com o predomínio das construções de “enchimento” ou “taipa”. Nas coberturas, usavam-se palhas de coqueiro ouricuri, a “pindoba”, ou cascas de árvores.⁹⁷

Se os poderosos proprietários de terras não possuíam casas luxuosas, menos as poderiam ter os segmentos sociais subalternos. As habitações eram simples e frágeis em consequência das instabilidades socioeconômicas do sertão, onde não havia nem condições materiais para se edificarem moradias sólidas. Poderia haver o recurso financeiro, mas faltava o recurso material. Também o senhoriato sertanejo estava mais preocupado no investimento em terras, gado e escravos do que no seu próprio conforto. João Amaro, assim como a maioria das localidades sertanejas, foi composta por casas de taipas, as famílias foram criadas nessas circunstâncias, formando grupos consanguíneos, compadrios e muita solidariedade humana, embora houvesse também conflitos interpessoais e entre famílias.

A reconstituição da formação desse núcleo populacional específico da Região de Itaberaba ajuda a entender como a ocupação territorial dessa região esteve intrinsecamente

⁹⁴ HENRIQUE, Juliana da Silva. *A Feira de Capuame...*, pp. 95-97.

⁹⁵ A atuação da Igreja Católica foi decisiva na fundação de muitas vilas distribuídas pelos longínquos sertões, como também na disseminação dos cultos aos inúmeros santos católicos, tendo, inclusive, alguns deles dado nomes aos núcleos populacionais sertanejos. ARAS, Lina Maria Brandão de, op. cit., p. 121. Na Região de Itaberaba, assim como alguns topônimos surgiram por causa dos santos católicos, como é o caso da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Orobó, atual Itaberaba. Outros topônimos têm origens indígenas, como Iaçú e o próprio nome Itaberaba.

⁹⁶ APMI. Seção Judiciário. Livros de Notas do Tabelionato nº 2, nº 3, nº 5, nº 7. Escrituras públicas de compra e venda de terras e de escravos/Série: Cartas de liberdade (1853-1890); Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Série: Inventários (1850-1888); APB. Seção Colonial e Provincial, livro 4.792 (1854-1864), p. 24-4-reg. 2.

⁹⁷ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura Fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005, p. 218.

relacionada às disputas pelas propriedades de terras entre as grandes famílias baianas. A partir do comércio e produção gerados por suas fazendas, as comunidades sertanejas se organizavam, promovendo assim, a ocupação dos sertões. Processo singular que, de certa forma, ilumina o processo a ser descrito a seguir da própria gênese do município de Itaberaba.

3. Itaberaba: da origem às mudanças de topônimos

Os sertões resistiram aos projetos, às imagens e às meras descrições que lhe foram traçadas: classificado como coadjuvante da história, um lugar/ apenas de complementariedade da história litorânea e adjacências. Um sertão supostamente homogeneizado, isolado, e como lugar de ferozes tribos indígenas, que nas visões tradicionalistas, deveria ser conquistado pelos colonizadores.⁹⁸ Pode-se vencer esses olhares ao se debruçar sobre a Região de Itaberaba e analisar aspectos do seu cotidiano social, político, econômico e cultural. A região tem características próprias e identidades socioambientais.

Antes de mais nada, entretanto, deve-se entender os significados do que convencionalmente chamam-se de sertões. Verificam-se problemas na definição dos sertões, de uma região, ou melhor, de qualquer território. Pois demanda uma percepção da não existência de contornos precisos para as regiões, por isso os mapas se tornaram muito relevantes para o estudo. Essas regiões sofreram profundas mudanças em relação às questões territoriais, eclesiásticas, político-administrativas, sociais e culturais. Os Sertões da Bahia também enfrentaram tais mudanças, seja em aspectos simples como mudanças nos topônimos das comunidades, seja em questões mais complexas, como mudanças nos pertencimentos territoriais, oriundas de comunidades que pertenciam a uma região que se integraram a outras.

Para Antonil,

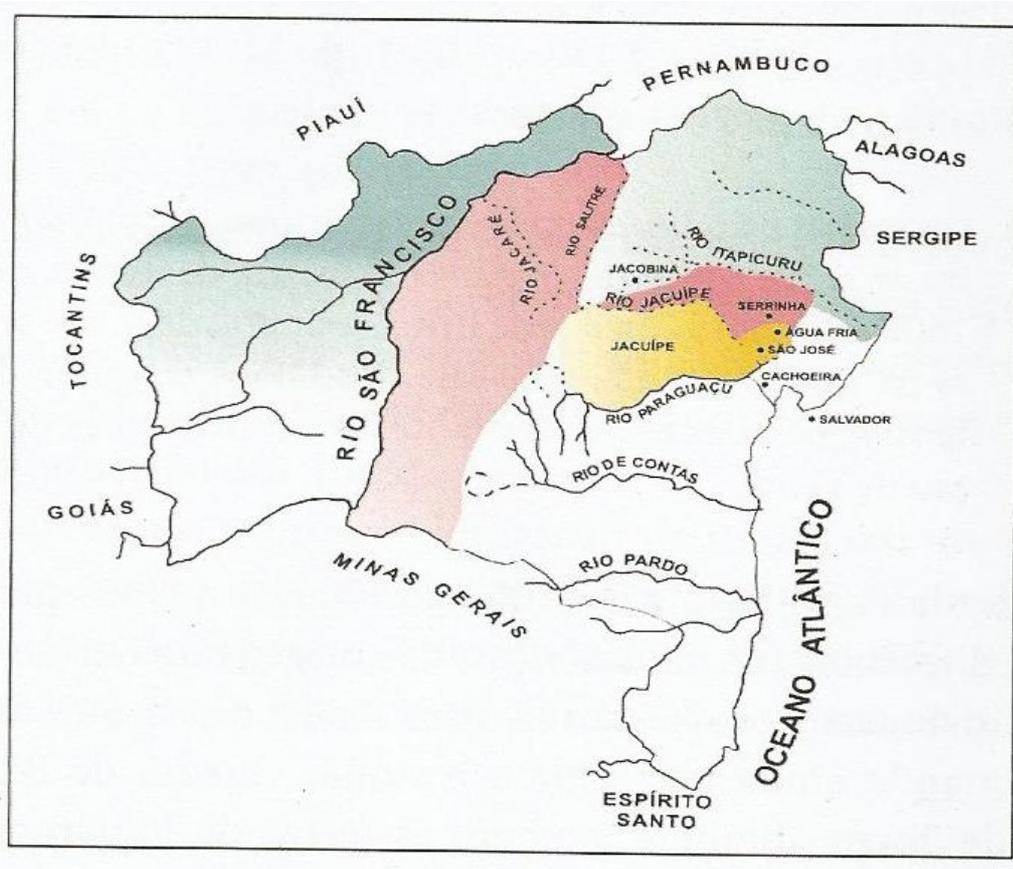
o sertão todo pertencia a duas famílias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto mestre de campo Antônio Guedes de Brito. Porque a casa da Torre tem duzentas e sessenta léguas pelo rio de São Francisco, acima à mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte chega a oitenta léguas. E os herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes possuem desde o morro dos Chapéus até a nascente do rio das Velhas, cento e sessenta léguas. E

⁹⁸ O olhar de Varnhagen sobre a história do Brasil (Francisco Adolfo de Varnhagen escreveu em 1850 a obra: *História Geral do Brasil*) é o olhar do colonizador sobre os indígenas e os negros. O português seria o vencedor que impôs a sua superioridade étnica, cultural e religiosa. A obra *Casa Grande & Senzala* de Gilberto de Mello Freyre, publicado em 1933, é neovarnhageniana, um relogio da colonização portuguesa, justificação da conquista e ocupação portuguesa no Brasil. Freyre até superava Varnhagen no elogio à colonização portuguesa. O relogio do passado de Freyre é uma exaltação, uma idealização. Seria injusto acusar os portugueses de terem manchado com a escravidão a sua obra grandiosa de colonização tropical. REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9. Ed. Ampliada. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 33, 55-56.

nestas terras, parte os donos delas têm currais.⁹⁹

Quando se fala de latifundiários dos Sertões da Bahia, associam-se as posses das famílias de Antônio Guedes de Brito e dos d'Ávilas da Casa da Torre desde a colonização (ver Figura 4). Apesar dessas famílias já terem sido assaz estudadas, é necessário mostrar que ambas conquistaram amplas faixas de terras pelo sertão baiano e de outros territórios, mas não foi um processo contínuo, no qual os sertanistas saíram do litoral passo a passo conquistando as terras, houve um processo de avanços e recuos. Existiram negociações e conflitos.

FIGURA 4 – Mapa – Terras das principais famílias, início do século XVIII



LEGENDA

- Terras de João Peixoto Viegas
- Terras dos Guedes de Brito
- Terras dos Garcia D'Ávila

Fonte: FREIRE, (2011, p. 42)

⁹⁹ Antonil, op. cit., p. 200.

A ocupação territorial dos sertões da Bahia não foi um avanço positivado da civilização luso-brasileira, mas uma trajetória multidirecional, descontínua e irregular. O sertão baiano seria um território que se estenderia pelo

interior da capitania da Bahia, expandindo ao Piauí, do norte das Minas Gerais e das áreas ribeirinhas da banda esquerda do Rio São Francisco. Por outro lado, as expressões interior da Bahia e correlatas indicam tão-somente o espaço interior da capitania da Bahia, sem áreas vizinhas piauiense e mineira.¹⁰⁰

As terras da Região de Itaberaba, mais precisamente entre os rios Piranhas, para o sul, e Capivari, pelo nascente, até a serra do Orobó, pertenceram ao mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito, as quais foram divididas em sítios que se tornaram famosas devido às questões judiciais.¹⁰¹

Entre os poucos trabalhos sobre a região estudada, há tentativas de conceituar o topônimo Itaberaba, descrever os pontos geográficos e a forte presença dos povos indígena. Na época do descobrimento, as terras que hoje integram

o município de Itaberaba (vocábulo tupi-guarani, que significa ‘pedra reluzente’) e que dormiam o sono dos recantos misteriosos, já eram habitadas pelos gentios Maracás, da raça dos tapuias, do grupo linguístico dos Quiriris ou Jês, que em tempos mais recuados viviam no litoral onde foram desalojados pelos Tupinês e/ou Tabajaras, do grupo linguístico Tupi.¹⁰²

Além de indígenas, desde idos coloniais, já havia outros grupos sociais circulando ou sedentarizados na região envolvidos com a pecuária, ou à procura de metais e pedras preciosas, utilizando a beira do rio Paraguaçu como rotas para as regiões de Jacobina, de Rio de Contas e Minas Gerais; ou destacando um ponto do relevo para se situar na região. Tanto os rios, quanto o relevo, consistiram em objetos de observação e registros dos aventureiros dos sertões para se localizar nas suas expedições. Aproveitando esses aspectos favoráveis,

¹⁰⁰ SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do Sertão baiano: 1640-1750*. 2010. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 35.

¹⁰¹ A Serra do Orobó, ficaria a 35 léguas a oeste de Salvador, no extremo norte do atual município de Rui Barbosa. (SANTOS, Márcio Roberto Alves dos, op. cit., p. 154). Inclusive, por causa da proximidade com a serra do Orobó, o antigo topônimo de Rui Barbosa era vila do Orobó Grande, desmembrada de Itaberaba em 1914. (CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de. *Pedra que Brilha*. 3 ed. EGBA, Salvador, 2003, pp. 22). “Orobó” não parece vocábulo tupi, a não ser que se admita por influência dialetal a corrupção do nome “urubu”. (CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de, op. cit., pp. 34, 47-48; SAMPAIO, Theodoro. *Os naturalistas viajantes e a etnografia indígena*. Salvador, Editora Progresso, 1955).

¹⁰² CERQUEIRA, op. cit., p. 33.

muitos desses aventureiros ergueram núcleos populacionais, que mais tarde se tornaram cidades. Itaberaba foi um deles.

A vinte e cinco quilômetros da cidade, encontra-se uma bela pedra de granito que lhe valeu o nome. De forma aguda, eleva-se 220 metros de altura, tendo sua volta a caatinga, vegetação predominante do município e imensos tabuleiros. Na sua estrutura é possível encontrar pinturas rupestres feitas pelos Maracás, o nome pedra de Itibiraba traduz o significado Tupí “Pedra que Brilha”, ao seu redor há três blocos de granito, formando uma trempe e cada uma com alturas diferentes.¹⁰³

A despeito do fragmento tratar mais de detalhes geográficos, há um consenso entre Walter Dias e Epitácio Pedreira quanto ao significado do topônimo (Itibiraba) Itaberaba, que significa “pedra reluzente” ou “pedra que brilha”, uma região que sofreu forte influência indígena, até no topônimo.

Encontra-se no Arquivo Público Municipal de Itaberaba uma monografia de Antônio Dias Andrade¹⁰⁴ (colaborador do Jornal “O Itaberaba”), o qual participou, em 1942, do 6º concurso de Monografias em Itaberaba. Descreve a situação geográfica do município de Itaberaba, inclusive os seus limites em 1942: ao sul, limitava com os Municípios de Santa Therezinha e Maracás; ao poente, com o município de Andarahy; ao norte, com os municípios de Ruy Barbosa e Ipirá, antigo Camisão, e ao leste, também com Ruy Barbosa e Ipirá.¹⁰⁵

Ressalta o Rio Paraguaçu e seus afluentes,¹⁰⁶ nasce no Monte do Ouro na Serra do Cocal e banha os municípios Mucugê, Andarahy, Maracás, Itaberaba, Santa Therezinha, Castro Alves, São Félix, Cachoeira e Maragogipe, percorrendo quinhentos e vinte quilômetros até desembocar no Atlântico, no lugar denominado Barra do Paraguaçu, na baía de Todos os Santos. Um outro rio da região, de nome Santa Isabel, banhava a histórica fazenda de mesmo nome, na qual o poeta Castro Alves escreveu os seus melhores poemas, inclusive o poema denominado “A Cachoeira de Paulo Afonso”.¹⁰⁷ O dono da fazenda Santa Isabel era o

¹⁰³ DIAS, Walter José. *Itaberaba em foco*. Caderno histórico-cultural. Gráfica Joade, março, 2001, p. 44.

¹⁰⁴ APMI. ANDRADE, Antonio Dias. *Monografia do Município de Itaberaba*. Apresentada ao Senhor Presidente do Diretório Municipal Geográfico, 1942.

¹⁰⁵ Permaneceu a escrita original da época.

¹⁰⁶ Principais afluentes do Rio Paraguaçu: Rio Santo Antônio, Rio Palma, Rio Una, Rio Capivary, Rio Tupim, Rio Piranhas, Rio do Peixe, Rio Jacuípe.

¹⁰⁷ Na fazenda Santa Isabel, a dez quilômetros de Itaberaba, quando de volta do Rio de Janeiro, após intervenção cirúrgica motivada por acidente ocorrido em São Paulo em novembro de 1868, descansou, o genial poeta baiano Antônio Frederico de Castro Alves, dos primeiros dias de julho até o primeiro decêndio de setembro de 1870. CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de. *Pedra que Brilha*. 3 ed. EGBA, Salvador, 2003, p. 53.

tenente-coronel Franklin de Meneses Fraga, ele foi o primeiro presidente da Câmara Municipal da Vila do Orobó e também um dos cunhados do poeta Castro Alves.¹⁰⁸

Inclusive, as fazendas eram espaços tanto de criação de gado, como de redes de relações sociais. Configuraram-se como um ambiente de status sociais para os donos e familiares. Não somente a econômica, como também a elite intelectual ocuparam esses espaços. Nem todo indivíduo que pertencia à elite econômica, pertencia à intelectual. Porém, existiram indivíduos que faziam parte de ambas as elites. Independente da condição social, as fazendas eram lugares não somente de trabalho, como também de sociabilidades e lazer.

Por destacar a relevância do meio físico, Antônio Dias abordou os principais pontos geográficos da região. A Serra do Orobó, fora o teatro de guerra dos índios outrora, serra que limita, em grande parte, Itaberaba com Rui Barbosa. Um bloco de granito, mesma pedra denominada “pedra que brilha”, foi descrito pelo historiador Benedito Profeta, como um bloco erguido no seio dos catingais, denominado “Pedra de Itaberaba”, origem do nome da Cidade, em cuja cavidade se encontram inscrições ilegíveis, pinturas rupestres.

Foram muitos os conflitos entre indígenas e sertanistas. Esses conflitos seriam guerras ocorridas nas imediações da Serra do Orobó. As resistências indígenas forçaram as operações militares. Entre 1575 e 1576, operações militares no sertão do Orobó reduziram aproximadamente 20 mil aborígenes ao controle português.¹⁰⁹ Desde o início da colonização, muitos indígenas da região foram capturados para servir como escravizados aos colonizadores, sobretudo, paulistas.

A serra do Orobó virou referência como localização dos sertanistas. Até Gabriel Soares de Sousa andou pela região em 1591. Quando o sertanista voltou da Europa, onde recebeu o título de capitão mor e Governador da Conquista e Descobrimto do Rio São Francisco, organizou uma bandeira de 360 homens, com auxílio do Governador D. Francisco de Sousa. Partindo de sua fazenda, às margens do rio Jaguaribe, alcançou o rio Paraguaçu, do qual seguiu até a zona oriental da serra do Orobó, chegando até Jacobina.¹¹⁰

O primeiro fluxo de ocupação dos sertões baianos pelos agentes do poder lusitano foi o norte do sertão de dentro, seguindo os rios Real, Inhambupe, Itapicuru, Vaza Barris até

¹⁰⁸ Franklin de Meneses Fraga era irmão de Leonídia Fraga, uma das namoradas do poeta Castro Alves e musa inspiradora da poesia “O hóspede”, escrita durante a estadia do poeta na fazenda Santa Isabel. BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 138. Os versos de “O hóspede”, obra prima do lirismo poético brasileiro, escrito em Curalinho (atual Castro Alves), dois meses antes da visita à fazenda Santa Isabel, foi inspirado em Leonídia, a personagem feminina que fala no poema. CERQUEIRA, Eptácio Pedreira de, op. cit., p. 55. Há divergências quanto ao lugar onde foi escrito o poema entre Marcos Brandão e Eptácio Pedreira, mas há convergência que o poema foi inspirado em Leonídia.

¹⁰⁹ AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da cidade de Salvador*. 2ª ed. Bahia, 1969, p. 81.

¹¹⁰ CERQUEIRA, Eptácio Pedreira de. *Pedra que Brilha*, op. cit., p. 36.

chegar ao São Francisco. Mas o fluxo que interessa a essa pesquisa é o segundo, e partiu do interior das Vilas do Recôncavo, na segunda metade do século XVII, no sentido de conter a resistência indígena e os constantes ataques às unidades produtivas (fazendas de gado e engenhos). O curso do Médio Paraguaçu foi um dos primeiros focos da ação das tropas articuladas pelas “jornadas do sertão” para destruir e reprimir duramente a organização dos índios maracás, kiriris, paiaiás, topins e xocós da região.

Desse modo, as guerras no vale do rio Paraguaçu, considerado a “porta do sertão”, tiveram início em 1651, a partir da nomeação de diferentes militares para a empreitada. Dentre eles estavam Gaspar Rodrigues Adorno, Agostinho Pereira, Brás Rodrigues Arzão, Estevão Ribeiro Baião Parente (pai de João Amaro), avançaram pelos sertões de Aporá, Orobó, assaltando aldeias do Camisão e Maracás, margeando o rio Jequiriçá, garantiram com avanços e recuos, o domínio português em mais uma faixa territorial, abrindo e estruturando caminhos em direção ao interior.¹¹¹ Mesmo sem tecnologias para o enfrentamento com os colonizados, os indígenas da região deram muito trabalho à colonização portuguesa.

Durante o processo de abertura da estrada que ligava a vila de Cachoeira a Mata da Serra do Orobó, em 1657, foi recomendado ao sargento-mor Pedro Gomes a construção de uma casa-forte¹¹² na qual deveria permanecer infantaria bastante para destruir as aldeias contrárias que descessem os sertões. Vê-se preocupações remotas com a construção de estradas para ligar a região a outros lugares com mais facilidades, apesar do interesse estritamente econômico.

Stuart Schwartz é um dos autores que analisa o pós-guerra e aposta na dizimação dos povos indígenas. Inclusive defende a ideia de que as graves fomes causadas pelas destruições pelos sertanistas das principais fontes de víveres ajudaram nas mortandades.¹¹³ Em contrapartida a esses estudos que registram a dizimação dos povos indígenas no território brasileiro, ainda no início do século XXI existem indígenas oriundos da região.

Os indígenas de Pedra Branca, área que pertencia ao atual município de Santa Terezinha, localizado também no Piemonte do Paraguaçu (Região de Itaberaba), viveram naquele território até 1844, e os últimos saíram em 1885. Os que deslocaram para Santa Rosa

¹¹¹ HENRIQUE, Juliana da Silva. *A Feira de Capuame: pecuária, territorialização e abastecimento* (Bahia, século XVIII). 2014. Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 92 e 94-95.

¹¹² O regimento que levou o sargento-mor Pedro Gomes abrir a estrada de Cachoeira até o Orobó, mostra que as casas-fortes foram fundamentais enquanto ponto de apoio e consolidação das fronteiras do Império Português. Essas casas fortes eram resistentes, feitas especialmente de pedra, com observatório e quando possível com andar subterrâneo, que funcionava como pontos estratégicos para servir de base para os sertanistas. HENRIQUE, Juliana da Silva, op. cit., p. 125-126.

¹¹³ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. Tradução Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras, 1988, p. 52.

perto de Jequié, no rio de Contas, permaneceram lá de 1854 até 1934, depois seguiram mais para o sul, em São Bento, ficaram até o ano de 1936 e, por último, chegaram ao Posto Indígena Paraguaçu-Caramuru,¹¹⁴ onde permaneceram.

Numa região que em tempos remotos era habitada com exclusividade por populações indígenas e depois passou a ser caminho dos sertanistas com objetivos diversos, no século XVIII também era habitada por populações negras em famosos “quilombos” ou “mocambos”.¹¹⁵ Os sertões (de modo geral) configuravam-se como o espaço privilegiado para a montagem de quilombos.¹¹⁶ Não há datação exata sobre a presença de negros fugidos da condição de escravidão na região, aqui restrita a informação dos quilombos terem sido engendrados no século XVIII.¹¹⁷

Dos quilombos estudados por Pedro Tomás Pedreira, entre os que deram trabalhos ao governo da Colônia estavam os de Orobó (atual Itaberaba), Tupim (atual Boa Vista do Tupim) e Andaraí.¹¹⁸ Epitácio de Pedreira afirma que o quilombo do Orobó foi o primeiro e o mais importante de quantos existiram na Bahia. Ainda completa, os quilombos mais temidos foram os do Orobó e o de Andaraí, iniciados em datas desconhecidas, posteriores ao quilombo dos Palmares.¹¹⁹ De acordo com Kátia Lorena Almeida, o quilombo de Andaraí era maior que o do Orobó, e um distante do outro cerca de uma légua. Segundo o capitão Severino Pereira, que também é citado adiante por Pedro Tomás, os negros fugidos estavam ali estabelecidos há mais de sessenta ou oitenta anos.

Uma denúncia de 1775, citava um mocambo de negros fugidos no sertão de Andaraí, inicialmente combatido pelo capitão-do-mato Antônio Pereira, acompanhado de Francisco de Souza e outros homens. Francisco de Souza intitulando-se senhor das terras do mocambo, vendeu um pedaço ao padre Manoel Pereira Pimentel. O padre descobriu que fora enganado, pois o capitão Clemente Moreira, disse-lhe que pretendia cobrar as rendas das ditas terras. Segundo o padre Pimentel, Francisco de Souza mantinha relações com os negros fugidos do mocambo de Andaraí, mas o padre só denunciou o mocambo porque fora prejudicado em seus interesses. Após a

¹¹⁴ CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de. *Rio Grande...*, p. 28.

¹¹⁵ O Conselho Ultramarino, em 1740, definiu como “quilombos” ou “mocambos”, toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões. Eles eram aldeamentos ou conglomerados de casebres cobertos de palha ou folha de palmeiras, situados nos meios de árvores e das matas. Para sua manutenção, “os quilombolas” (ou “calhambolas” – habitantes dos “quilombos”) faziam roças e plantações onde cultivavam a mandioca, o aipim, o milho, o feijão e demais gêneros para a sua subsistência, bem como tinham suas criações de animais domésticos. PEDREIRA, Pedro Tomás. *Os quilombos brasileiros*. Prefeitura Municipal de Salvador, 1973, p. 7-15.

¹¹⁶ HENRIQUE, Juliana da Silva, op. cit., p. 123.

¹¹⁷ Brandão, Marcos Sampaio, op. cit., p. 95.

¹¹⁸ PEDREIRA, Pedro Tomás. *Os quilombos brasileiros...*, p. 79.

¹¹⁹ CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de, *Pedra que Brilha*, op. cit., p. 44-45.

denúncia do padre, o mocambo ainda resistiu pouco mais de duas décadas, ou porque não fora combatido pelas autoridades naquele momento, ou porque resistiu às investidas. O padre morreu sem ver o mocambo destruído, mais de vinte anos após a denúncia.¹²⁰

Almeida ainda informa, que os quilombos de Andaraí e do Orobó, eram situados a cerca de trinta ou quarenta léguas da vila de Cachoeira e aproximadamente trinta léguas da vila de Rio de Contas, esses dois quilombos eram temidos pelos moradores de Cachoeira. Eles revelaram que os mocambos possuíam economias parasitárias, amparados em furtos e roubos. Porém, a destruição dos quilombos não era interesse de alguns senhores sertanejos, e tinham o interesse na utilização da força de trabalho dos quilombolas, como insinuou o padre Manoel Pimentel. Desse modo, os negros reunidos incomodaram os fazendeiros e senhores de engenhos, diversas solicitações foram feitas com o escopo da destruição dos quilombos. Somente em 1796, informa Pedro Tomás,

os quilombos foram denunciados, através de uma representação feita pelos moradores da vila de Cachoeira e donos de fazendas e engenhos localizados naquela região, enviada ao governador e capitão general Dom Fernando José de Portugal e Castro. A representação foi reenviada para Severino Pereira, que exercia o cargo de capitão-mor das Estradas e Assaltos da Freguesia de São José das Itaporocas (atual distrito de Maria Quitéria em Feira de Santana), que nomeou seu filho o cabo Bento José Pereira no mesmo ano para atacar os “quilombos”. Em 1797, Severino Pereira recebeu uma ordem do governador para transferir da cadeia de Cachoeira para Salvador, todos os presos capturados nos mocambos. Ainda, requereu ao rei de Portugal, alegando os seus serviços e de seus filhos Joaquim e Bento, referindo-se especialmente aos “ataques e conquistas” dos quilombos das serras do Orobó, que lhe seja conferida uma patente superior e à mercê do Ofício de Tabelião da vila de Cachoeira ou das passagens do Paraguaçu, e o de Aviz para os seus ditos filhos.¹²¹

A localização de São José das Itaporocas facilitou as investidas dos sertanistas “sertões adentro”, por isso Severino Pereira exercia o cargo nessa comunidade sertaneja. Quanto aos presos supracitados, Epitácio Pedreira é mais preciso: foram presos treze escravos entre adultos e crianças devolvidos aos seus antigos senhores. Além disso, acharam muitas plantações e víveres. Mesmo com a destruição dos quilombos do Orobó e de Andaraí, há

¹²⁰ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Escravos e libertos nas minas de Rio de Contas*: Bahia, século XVIII. 2012. (Doutorado) Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 38-41.

¹²¹ PEDREIRA, Pedro Tomás, op. cit., p. 95-97.

indícios que alguns negros escaparam e insistiram em circular pela região ou se reuniram em outro quilombo, o Tupim, que também foi destruído.¹²²

Para prenderem os negros, não faltaram dificuldades quanto ao acesso às localidades entre as serras e os catingais da região. Mas fica uma observação: são os primeiros dados da presença de populações negras na região, uma evidência que já no século XVIII existiram contatos entre as principais raças que compunha o território brasileiro: indígenas, negros e brancos. Responsáveis por negociações e disputas nos processos de ocupações sertanejas.

É consenso que foram fundamentais para a ocupação dos Sertões da Bahia e do aparecimento das comunidades sertanejas as duas atividades econômicas: a mineração e a pecuária. A Região de Itaberaba surgiu indiretamente por causa da mineração, consolidou-se desde a colonização como caminho para as minas baianas e de outras regiões, já que muitos sertanistas que saíam de Salvador optavam pelo caminho das matas do Orobó para os seus respectivos destinos sertanejos.

Porém, o mito fundador da Região de Itaberaba está diretamente ligado às fazendas de gado. Algumas comunidades sertanejas formaram-se a partir das fazendas de gado, muitas das quais da Casa da Ponte e da Casa da Torre, nos séculos XVIII e XIX.¹²³ A criação de gado se configurou como uma importante atividade econômica dos Sertões da Bahia desde a colonização. Em que pese os pioneiros e principais criadores de gado no Brasil vincularem-se à Casa da Torre de Garcia d'Ávila, desde o princípio da colonização regular, após o estabelecimento do governo-geral em 1549, começou a expansão sistemática da pecuária no Nordeste com o gado trazido de São Vicente, onde fora introduzido no decênio anterior, ou de Cabo Verde.¹²⁴

Os indivíduos ligados a Casa da Torre de Tatuapara aportaram em Salvador, na época do primeiro governador-geral, Tomé de Sousa. Dos arredores de Salvador foram tangendo boiadas e se instalando em outras regiões. Garcia d'Ávila levou seus bois até Sergipe e atrás deles foi levando gente. Ele tivera pressa em multiplicar rebanhos e treinar índios, negros mamelucos e cafuzos para o serviço com o gado.¹²⁵

¹²² CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de, *Pedra que Brilha*, op. cit., p. 47.

¹²³ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja...*, p. 96.

¹²⁴ ARAÚJO, Emanuel, op. cit., p. 50.

¹²⁵ DONATO, Hernâni. *Brasil: 5 séculos*. São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, 2000, p. 159.

As primeiras reses chegaram às terras sertanejas, conduzidas pelos vales dos grandes rios, entre eles o Rio São Francisco,¹²⁶ Rio Paraguaçu,¹²⁷ Rio Jacuípe¹²⁸ (ver Figura 5). Teria sido o boi o grande abridor de caminhos e fixador de populações.¹²⁹ Hernâni Donato ainda pontua: o sertão rendera-se a criação de gado, abriu-se para a chamada civilização do couro.¹³⁰ A pecuária necessitava de técnicas desde a criação, transporte e manutenção das boiadas. O gado tinha uma grande função econômica tanto no litoral, quanto no sertão. Na cidade da Bahia, Recôncavo e circunvizinhanças, o gado manso e sobejo¹³¹ era usado como força motriz nos engenhos e nos transportes da cana.

Entretanto, as boiadas adaptaram-se aos sertões e ocuparam baixios, caatingas e cerrados sertanejos, e as veredas se configuraram como caminhos das boiadas, em lugares antes desconhecidos, palmilhados apenas por tribos indígenas que habitavam os Sertões da Bahia. Só homens com muita força conseguiram trabalhar e sobreviver à peleja da criação de gado. Distinta da mineração, uma atividade esgotável, a pecuária nunca deixou de ser a atividade econômica das principais comunidades sertanejas.

¹²⁶ Ricardo Moreno e Vanessa Magalhães afirmam que os índios chamavam o Rio São Francisco de Opará, o que significa mar grande, o grande rio conhecido por séculos pela presença dos currais, apelidado de rio da unidade nacional ou de Nilo brasileiro. Embora nascido na serra da Canastra, em Minas Gerais, firmou uma identidade secular com o sertão que abraça por centenas de quilômetros, e por possuir a maior parte de suas águas navegáveis na Bahia. MORENO, Ricardo; SILVA, Vanessa Magalhães da. *Ontem e Hoje: passado e presente dialogando com as águas do São Francisco*. In: *Panorama Cultural da Bahia*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; Secretaria da Cultura. Salvador: SEI, 2012, p. 143.

¹²⁷ Lina Aras diz que, o Rio Paraguaçu nasce na localidade de Morro do Ouro, na Serra do Cocal, município de Barra da Estiva, na Chapada Diamantina, percorrendo diversas regiões, inclusive a Região de Itaberaba, até desaguar no litoral. ARAS, Lina Maria Brandão de. *Sertão em múltiplos sertões*. In: *Panorama Cultural da Bahia*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; Secretaria da Cultura. Salvador: SEI, 2012, p. 126.

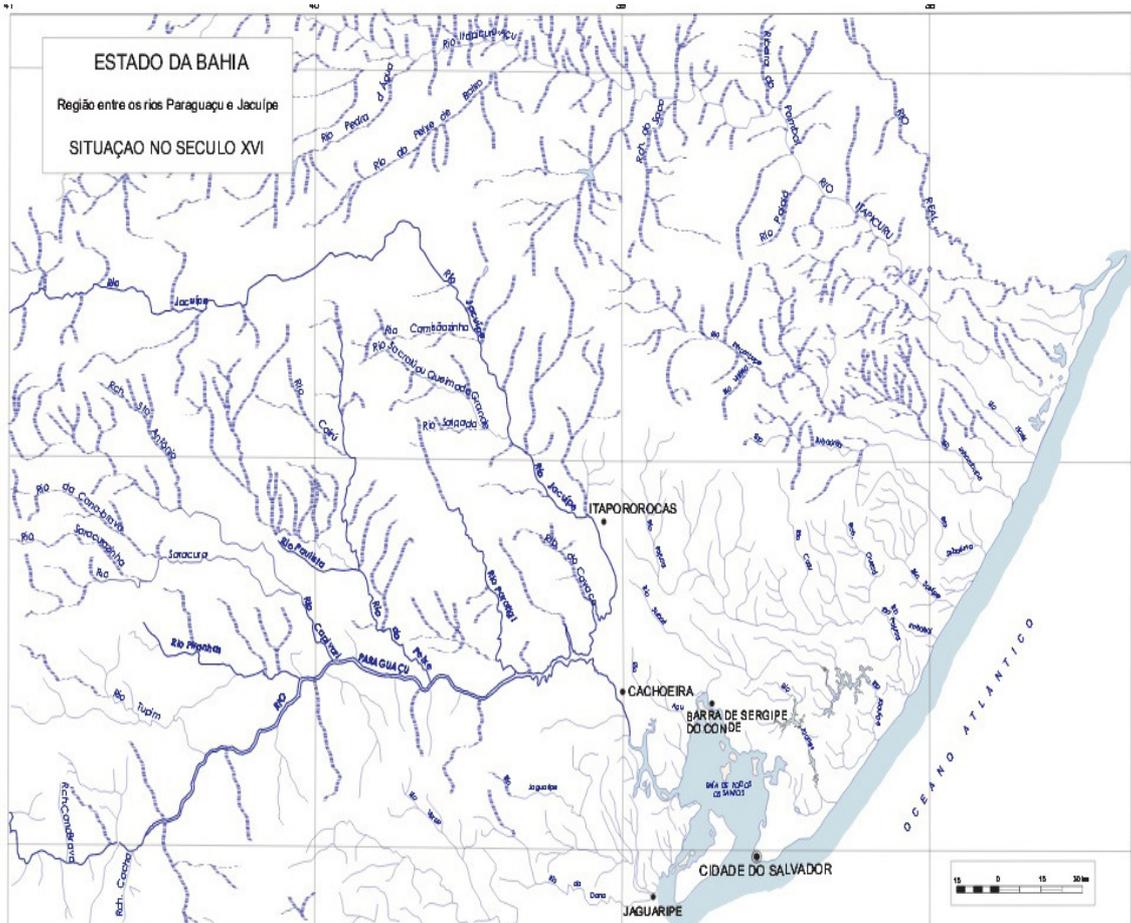
¹²⁸ Lina Aras aponta que, compondo a Bacia do Paraguaçu, o Rio Jacuípe tem suas nascentes no Município do Morro do Chapéu, passa por várias comunidades sertanejas até encontrar o mar. ARAS, Lina Maria Brandão de, op. cit., p. 127.

¹²⁹ DONATO, Hernâni, op. cit., p. 158.

¹³⁰ O conceito de civilização do couro, Donato assimilou de Capistrano de Abreu, quando o último diz que os sertanejos atravessaram a época do couro, quase tudo era de couro. Destarte, a denominada civilização do couro diz respeito à força da criação de gado disseminada pelos sertões brasileiros. ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial...*, p. 153.

¹³¹ Apenas poderia ser enviado para as vilas do Recôncavo gado manso e sobejo, ou seja, o gado direcionado a servir de força motriz nas lavouras e nos engenhos ou as reses que passassem do número estipulado para serem encaminhados à Salvador. HENRIQUE, Juliana da Silva, op. cit., p. 60.

Figura 5 – Mapa da Região entre os rios Jacuípe e Paraguaçu – Século XVI



Fonte: BRANDÃO, (2007, p. 46)

O início da exploração das terras, onde depois passou ser a Região de Itaberaba, sobretudo, por causa da pecuária, é de tempos remotos. Era uma região movimentada, até o chefe dos emboabas residiu na região envolvido na criação de gado. No início do século XVIII, Manuel Nunes Viana, foi expulso das minas depois de disputar as jazidas auríferas e o abastecimento da região mineradora. A expulsão aconteceu depois de sua derrota militar e porque ele não reconhecia o governador das Minas Gerais. Causou encrencas ao Conde de Assumar (governador das Minas Gerais), após ter sido impedido de participar da arrematação dos contratos de carne e proibir (como represália) que entrassem boiadas pelas suas fazendas, onde costumava engordar antes de seguir para abate.¹³²

Nunes Viana, depois de recolher-se às suas fazendas onde residia em Carinhanha, continuou a incomodar o governo mineiro, com a expansão dos seus negócios no abastecimento das minas ou como procurador de Isabel Guedes de Brito, filha extraconjugal

¹³² HENRIQUE, Juliana da Silva, op. cit., p. 97 e 99.

de Antônio Guedes de Brito com Serafina de Souza. O pai instituiu a filha em testamento, como sua “herdeira universal”. Nunes Viana depois se estabeleceu na região onde mais tarde se criou Itaberaba, pois era consideravelmente distante de Carinhanha para não ser incomodado pelo governo mineiro. O caudilho dos emboabas, procurador e arrendatário de Isabel Maria Guedes de Brito, adquiriu com Estêvão Pinheiro de Azevedo terras contíguas em Queimadas e Pau a Pique, no Paraguaçu, proximidade do arraial de João Amaro.¹³³

Foram expostos alguns detalhes sobre o processo de ocupações sertanejas, e tendo como prioridade a ocupação da Região de Itaberaba. Mas a ocupação da região esteve amiúde vinculada à ocupação sertaneja, espalhada pelos diversos territórios da Bahia e em âmbito externo. Comprova-se numa fonte,¹³⁴ o que Marcos Sampaio Brandão já tinha chamado a atenção em relação as mudanças significativas ocorridas ao longo do século XIX, perpassando desde a condição de fazenda até se tornar cidade.

A fonte tem forma de escritura de terras, por causa da preocupação de quem escreveu com as demarcações de terras. Para entender a origem de uma região, os registros de terras são fundamentais, pois demarcam territórios. A fonte ajuda a pensar o processo de institucionalização da região. Em 1806 foi vendida uma fazenda denominada São Simão, pelo proprietário capitão Manoel Rodrigues Cajado. Segundo Pedreira, a fazenda foi vendida a Pedro Dias de Carvalho, o qual alienou, em 1809, a Antônio Figueiredo Mascarenhas, que edificou, na parte central da propriedade, uma Casa de Oração consagrada a Nossa Senhora do Rosário.¹³⁵ Doravante, começa em torno da capela a formar um núcleo populacional, a estimativa é que no início se resumia a menos de dez casas com uma população estimada entre trinta e cinquenta habitantes.¹³⁶ Como no início o número de pessoas era muito pequeno, no terceiro capítulo aborda-se algumas características dos habitantes sobretudo após o senso de 1872, já que na época a população era muito mais significativa, contava com mais de 11.000 habitantes.

Em 1817, a capela¹³⁷ da fazenda São Simão, transformada em núcleo populacional conhecido como Rosário do Orobó, já pertencia a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto

¹³³ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja...*, p. 69, 98 e 100.

¹³⁴ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Fundação do Município de Itaberaba.

¹³⁵ CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de. *Pedra que Brilha...*, p. 50.

¹³⁶ BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 139.

¹³⁷ A capela foi construída com material sólido, ou seja, com pedras, tijolos e telhas feitos de barro cozido, reboco feito de barro e areia e os alicerces, pilares e sustentação do telhado de madeira conforme as construções da época. BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 139. Como uma instituição jurídico-religiosa de origem medieval, a capela, de frequente uso durante a colonização portuguesa e início do século XIX, consistia na doação perpétua de um terreno a um santo ou divindade para construção e conservação de um templo, cuja

da Cachoeira. Quase não se têm notícias sobre a década de 1830, Brandão registra que apesar da pequena população, a devoção continuava forte e as missas na capela curada aconteciam aos domingos, em razão do padre ser de outra localidade.¹³⁸ O patrimônio eclesiástico foi instituído como encapelato após doação de terras pelo proprietário Antônio de Figueiredo Mascarenhas e as demais terras da fazenda continuavam a ser patrimônio do fazendeiro ou dos herdeiros, após sua morte. O aglomerado de terras em volta da capela absorvia ocupantes foreiros.¹³⁹ O que Erivaldo Neves conceitua como “esmigalhamento” das fazendas (dos latifúndios aos minifúndios¹⁴⁰), aconteceu com a fazenda São Simão, pois a terra foi dividida através de doações voluntárias, hereditárias e vendas. Essas ações confirmavam a tendência de crescimento do núcleo populacional e o aumento do número de habitantes.

Em 1843, criou-se a Freguesia (divisão eclesiástica) e o Distrito de Paz (jurisdição política) Nossa Senhora do Rosário do Orobó.¹⁴¹ Somente no ano seguinte foi nomeado o primeiro padre da freguesia: Manoel Ferreira.¹⁴² No limite inicial desta pesquisa, em 1850, a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Orobó, junto com a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe, foram anexadas ao termo de Feira de Santana,¹⁴³ anexação que durou até 1856, quando a Freguesia de Nossa Senhora do Orobó passou a ser jurisdicionada pelo termo de Santana de Camisão.¹⁴⁴ Em 1877, a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Orobó, fazia parte do termo do Camisão.¹⁴⁵ E a circunscrição foi elevada à

administração se transferia nas mesmas condições de hereditariedade, inalienabilidade, indivisibilidade e primogenitura do morgado. Extinta em 1835, por estímulo de párcos, continuou praticada no sertão até o final do século XIX. NEVES, Erivaldo Fagundes, *Uma comunidade sertaneja...*, p. 23.

¹³⁸ CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de, *Pedra que Brilha*, op. cit., p. 50 e 148.

¹³⁹ Brandão revela que a partir do reconhecimento dado pela Igreja, a capela passava a ser um patrimônio desta com os bens em nome do santo de devoção. Esse patrimônio eclesiástico passava a ser chamado de encapelado e se constituía por terras, alfaiais (objeto de culto religioso), a capela da santa (Nossa Senhora do Rosário do Orobó) junto com a imagem e dinheiro. BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 147-148.

¹⁴⁰ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja...*

¹⁴¹ Há contradição nas informações da data de criação da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Orobó entre a escritura de terra e as informações do livro *Historia Territorial do Brazil*, de Felisbello Freire. Na escritura, a data da resolução nº 15 da criação da freguesia é de 18 de maio de 1843. Já para Felisbello Freire, foi a Lei de 16 de maio de 1843 que criou a freguesia. Mantendo a escrita original do autor, para Freire, os limites da freguesia era o seguinte: ao nascente e norte o Rio Capivari, principiando de sua confluência no rio Pau-assú, e seguindo por aquela acima até a nascente; ao sul o rio Pau-assú, e ao poente a linha directa tirada da referida nascente do Capivari, ponto divisório ao norte para o sul, a tocar no Rio Pau-assú. APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Fundação do Município de Itaberaba. FREIRE, Felisbello. *Historia Territorial do Brazil*. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998, 1 ed. 1906, p. 239.

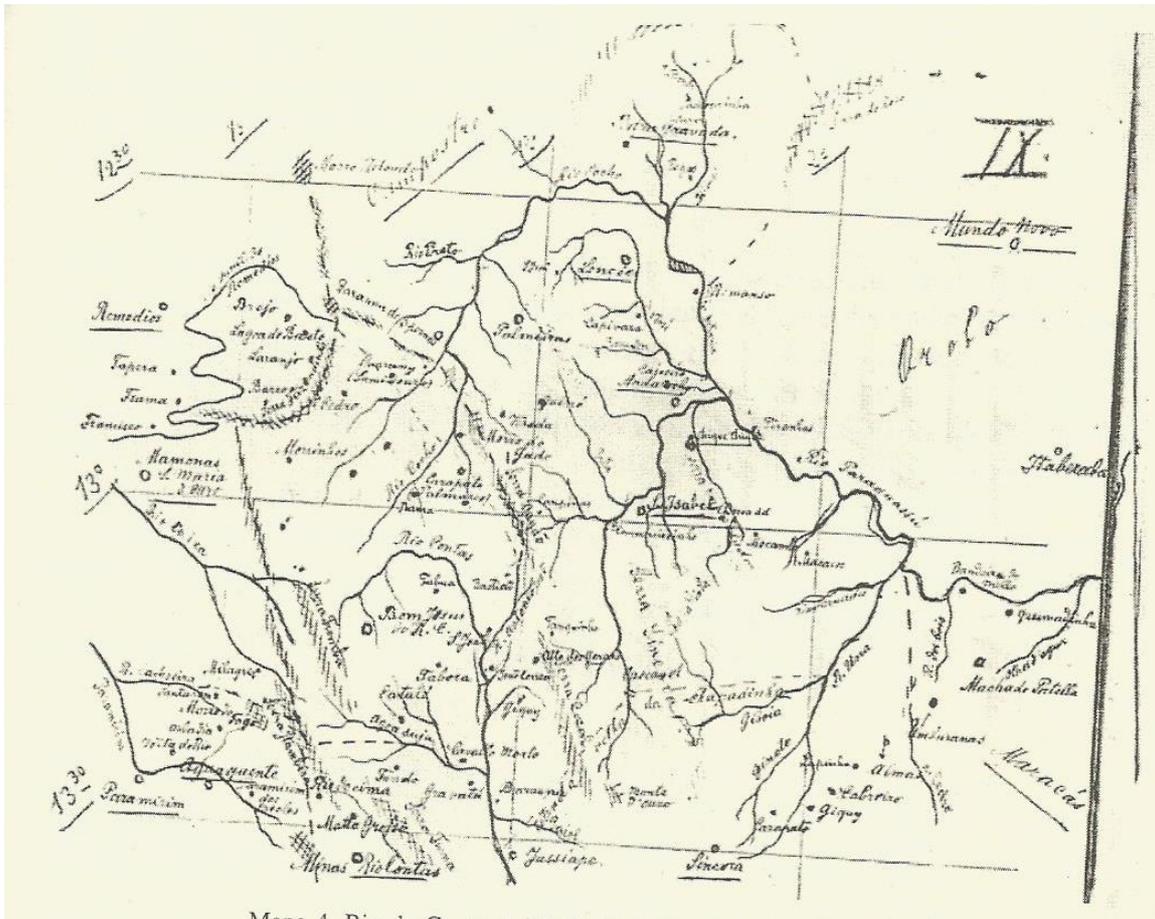
¹⁴² CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de, *Rio Grande*, op. cit., p. 28.

¹⁴³ FREIRE, Luiz Cleber Moraes, op. cit., p. 24.

¹⁴⁴ BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 152.

¹⁴⁵ Mantendo a escrita original, a lei de 20 de abril de 1855, elevou à categoria de villa o arraial de Santa'Anna do Camisão, compreendendo seu termo as Freguesias de Santa'Anna do Camisão, de Nossa Senhora do Rosário do Orobó e Monte Alegre, desligadas daquelas a que pertenciam. FREIRE, Felisbello, op. cit., p. 241.

FIGURA 7 – Mapa da Região Central da Bahia – Século XIX



Fonte: PIRES, (2009, p. 111)

Em 1890, criou-se e instalou-se a Comarca de Orobó.¹⁴⁷ Em 1897, as vilas de São Gonçalo (manteve o mesmo nome) e de Orobó foram elevadas à categoria de cidades. A vila de Orobó passou a se chamar Cidade de Itaberaba¹⁴⁸ (ver as Figuras 6 e 7 - verifica-se a amostragem nos mapas de ambos os topônimos: Orobó e Itaberaba). Somente no período republicano (1897), consolidou-se o topônimo indígena (Itaberaba), em detrimento ao antigo termo católico (Nossa Senhora do Rosário do Orobó). Foi um período de oitenta e oito anos, desde o estabelecimento da capela até a emancipação política de Itaberaba, ou melhor, até a institucionalização do município de Itaberaba.

¹⁴⁷ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Fundação do Município de Itaberaba. Criação da Comarca de Orobó: Decreto nº 206 de 10 de fevereiro de 1890.

¹⁴⁸ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Fundação do Município de Itaberaba. Lei nº 176: sancionado e decretado – Palácio do Governo do Estado da Bahia – Governador Luiz Vianna, 25 de julho de 1897, 9º da República.

Em 1809, quando foi edificada uma capela por Antônio de Figueiredo Mascarenhas, na fazenda São Simão, apareceu a força de uma tradicional família da região: *os Mascarenhas*, reiterando a importância das fazendas para o aparecimento de núcleos populacionais, algumas, primeiramente, foram com exclusividade, espaços de criação de gado, absenteeístas ou não; outras se desenvolveram e tornaram-se núcleos populacionais, como é caso da fazenda São Simão.

Como já foi dito, na Região de Itaberaba umas das famílias que se destacaram foram *os Mascarenhas*. Assim como em outras regiões sertanejas, essa família dominou grupos sociais com menos força econômica e fizeram acordos com outras famílias de equivalentes condições econômicas. *Os Guedes de Brito* e *os d'Ávilas*, principais latifundiários das terras sertanejas, desde o início da colonização, fizeram pactos com o objetivo de permanecer no poder. No século XIX, algumas famílias se sobressaíram nas regiões como donos de terras, de gados, de escravos e outros bens.

CAPÍTULO II - TERRA DOS MASCARENHAS

1. Os potentados locais

Algumas famílias se destacaram no poderio local em diferentes territórios sertanejos, normalmente compostos pela maioria de pessoas pobres e, sobretudo, ligadas a agropecuária. As histórias populares que versam sobre os Sertões da Bahia se confundem, muitas vezes, com a história de famílias ricas que criaram fortes vínculos identitários em suas respectivas regiões. A documentação produzida por esses sujeitos é vasta, permite penetrar no universo sertanejo e entender a engenhosa arquitetura de poder que se construía em torno desses sobrenomes e a relação que se estabeleciam com os outros grupos menos abastados do sertão.

Mas para ter acesso à história dos grupos sociais pobres é preciso filtrá-la, por exemplo, os inventários informaram apenas sobre as famílias que possuíam bens, mas foi possível verificar segmentos sociais sertanejos de menores condições econômicas. Por mais que a formulação deles não fosse protagonizá-los, não teve como escondê-los ou atenuar a importância deles. Da mesma forma participaram da história, seja trabalhando diretamente com os senhores mais abastados, seja prestando serviços.

As famílias de sobrenomes famosos não só detinham o poder econômico, político, militar e até eclesiástico nas regiões, bem como buscavam alianças com seus pares para permanecerem nos poderes regionais e manter vínculos com outras regiões. Ferreira utiliza as reflexões da tese “Entre vazantes, caatingas e serras”, de Elizângela Oliveira Ferreira, para tentar entender como eram as alianças políticas estabelecidas em Xique-Xique no século XIX, e comparou com as alianças do Morro do Chapéu. Verificou entre ambas muitas semelhanças. As alianças levavam em conta questões de consanguinidade e de parentela, sempre em constante processo de (re)construção com o objetivo de manutenção do *status quo*. As alianças, cujos casamentos eram um dos principais mecanismos de perpetuação do poder, visavam também evitar a divisão das propriedades por meio de heranças, além de garantir a posse das melhores terras para o cultivo e pasto para a criação de gado, em zona de secas.¹⁴⁹

¹⁴⁹ FERREIRA, Elizângela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. 2008. 404 f. Tese (Doutorado em História Social) -

O Sertão do Orobó seguiu essa lógica das alianças políticas apontadas por Elisângela Ferreira e por Jackson Ferreira. Parece que essas alianças políticas se configuravam como ferramentas fundamentais para os líderes locais sertanejos.

Esta constatação fica evidente nas correspondências¹⁵⁰ entre líderes locais e os presidentes da província da Bahia ou entre líderes locais e outras autoridades políticas regionais. Mesmo com as distâncias das territorialidades, essa documentação evidencia os contatos entre expoentes de grupos sociais regionais. As correspondências mostram indícios das articulações políticas para subordinarem os demais grupos sociais dependentes, ou com pouca representatividade social ou sem poder nas tomadas de decisões políticas.

Pode-se esquematizar a dinâmica do poder local, no Brasil, a partir do objetivo econômico da colonização lusitana. Organizou-se a sociedade senhorial-escravista para explorá-la.

O Estado Português, através da nobreza gestora, estimulava atividades produtivas, antes de tudo para cobrar tributos, enquanto a burguesia mercantil metropolitana usufruía, com exclusividade, da produção e do mercado da Colônia. Nesse processo, engendrou-se a estrutura social brasileira com a evidencia, desde o início, da “forte presença” do Estado, manifestada “através de seu caráter autoritário”, legitimado por relações políticas paternalistas. Desenvolveu-se o paternalismo como atenuador do autoritarismo “tanto do Estado quanto do patriarca local”. A produção açucareira, ao “perder sua importância relativa”, no contexto socioeconômico brasileiro, permaneceu como “atividade preponderante no Nordeste”. O deslocamento geográfico do centro dinâmico da economia não desequilibrou as articulações políticas locais da Colônia. Os grupos dominantes alternaram-se na hegemonia do poder central e mantiveram-se vigorosamente no controle das estruturas de mando regionais e principalmente locais. Por não conseguir submeter o poder local oligárquico, o governo central da Colônia adotou uma “política de coexistência pacífica”, explicitaria na “omissão do poder público sobre questões políticas locais”, para receber, em contrapartida, o reconhecimento e o “apoio do poder local”.¹⁵¹

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008; FERREIRA, Jackson André da Silva. *Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)*. 2014. Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 26.

¹⁵⁰ Foram encontradas correspondências de líderes de Itaberaba com assuntos diversos, sobretudo, para o presidente da Província e para autoridades políticas da vila de Lençóis. APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Recebidas, cx. 905, (1886); APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Recebidas, cx. 905, (1887). Ferreira encontrou missivas enviadas da Região do Morro do Chapéu para a Região de Jeremoabo, foi comum cartas do vigário Joaquim Ignácio de Vasconcellos para o seu amigo Cícero Dantas, o Barão de Jeremoabo. FERREIRA. Jackson André da Silva, op. cit., p. 66.

¹⁵¹ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008, p. 244-245.

Sabe-se que após a formação e consolidação do Estado Nacional no Brasil, manteve-se esse pacto como fator do equilíbrio de interesses políticos e econômicos durante a Monarquia e a Primeira República. Desse modo, os potentados locais se mantiveram clientelistas nas relações sócio-políticas. “Os donos do poder”¹⁵² da Região de Itaberaba no século XIX eram os Mascarenhas, apesar também do destaque de outras famílias. Marcos Brandão pontua num fluxograma o entroncamento *dos Rochas Passos* (outra expoente família da região de Itaberaba) com *os Mascarenhas* no século XIX. Ainda, de acordo com Brandão, a família Rocha Passos, muito poderosa, foi das primeiras donas de grandes glebas na região e entroncaram com os Fragas, os Pamponets e vários dos Mascarenhas, aumentando o vasto latifúndio dos últimos nesse pedaço de sertão.¹⁵³

As fontes revelam que os Mascarenhas se dinamizavam não somente como fazendeiros, entre eles Joaquim de Figueiredo Mascarenhas, “possuidor de sortes de terras de criar”,¹⁵⁴ filho primogênito de Antônio de Figueiredo Mascarenhas; mas também como comerciantes, escrivães, donos de escravos, donos de imóveis e outras ocupações.¹⁵⁵ No

¹⁵² A expressão “donos do poder” foi retirada do título do livro de Raymundo Faoro. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 9ª. ed. Globo, São Paulo, 1991, pp. 246-247. A expressão é adequada, visto que se encontra na documentação a seguinte expressão: “possuidor de sortes de terras de criar”, quando alude aos fazendeiros possuidores de terras e gados tanto miúdos quanto graúdos. Como as palavras possuidor e dono são sinônimas, significa que eram donos de terras e gados, sobretudo no sertão do Orobó tê-los possibilitava-os ocupar espaços no poder local. Faoro utiliza alguns conceitos como patrimonialismo, estamento, feudalismo, entre outros. A obra de Faoro tem um forte diálogo com a linha de pensamento de Max Weber. Quando ele cita “os donos do poder” do século XIX valoriza a figura dos senhores de terras espalhados pelo Brasil envolvidos em diversas atividades econômicas: cana de açúcar, algodão, café, pecuária. Ainda informa que os ricos e poderosos senhores de terras cuidavam em diminuir o poder do rei e dos capitães-generais para aumentar o próprio, numa nova partilha de governo, sem generalizar às classes pobres a participação política. Ocorre que, com a contração do latifúndio, a terra e as conexões produtoras passam a adquirir maior importância, com a gratidão de categorias de pessoas sem terra em torno do proprietário. Os fazendeiros estenderam as dependências para todas as culturas, para que só eles comercializassem e redistribuíssem as mercadorias. O senhor da fazenda seria também dono do mercado fechado e das comunicações exteriores. A insegurança constituía um dos grandes elementos do poder que um latifundiário desfrutava entre seus moradores. Por isso acha-se adequado, quando falar do poder local do sertão do Orobó, especialmente ligado a família Mascarenhas, chamá-los de “os donos do poder”. APMI. Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato nº 2. Escrituras públicas de compra e venda de terras (1853-1857).

¹⁵³ BRANDÃO, Marcos Sampaio. *Processos socioeconômicos do espaço regional no século XIX e implicações sócio-espaciais na gênese da cidade de Itaberaba – Ba*. Dissertação (Mestrado), UFBA, 2007. BRANDÃO, pp. 131 e 135.

¹⁵⁴ APMI. Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato nº 2. Escrituras públicas de compra e venda de terras (1853-1857).

¹⁵⁵ APMI. Seção Judiciário. Livros de Notas do Tabelionato nº 2, nº 3, nº 5, nº 7. Escrituras públicas de compra e venda de terras e de escravos/Série: cartas de liberdade (1853-1890); APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Expedidas e Recebidas, cx. 904-905, (1870-1890). APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Processos de Pagamentos, cx. 923, (1871-1890); APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Registros Contábeis, cx. 927,

século XIX, fazendas importantes foram ocupadas pela influente família Mascarenhas na região de Itaberaba, aparecerão outras ilustrações ao longo desse estudo. Atuando nesses espaços, assumiram o posto de principal família regional, fato facilitado, certamente, por alguns deles terem vínculos com a Guarda Nacional.

No século XIX, algumas famílias sobressaíram em outras regiões, como na Região de Feira de Santana, na Região de Jeremoabo e na Região do Morro do Chapéu. Na primeira região, os Carneiros e outras famílias construíram fortunas e se perpetuaram no poder. Em terras que antes pertenciam a João Peixoto Viegas, o coronel José Batista Carneiro, na Região de Feira de Santana, no século XIX, possuía muitos bens, sobretudo, gado e terras. Além da propriedade de grande quantidade de escravos (72 escravos), empregados em trabalhos diversos.¹⁵⁶

Na segunda região, nas terras que anteriormente pertenceram aos d'Ávilas, a hegemonia era dos *Dantas*. O clã dos Dantas começara ainda no final do século XVIII, com João Dantas dos Reis Portátil. Ele foi grande criador de gado na região de Jeremoabo e ocupou cargos políticos. Joana Medrado estuda um dos herdeiros de João Dantas, seu filho Cícero Dantas Martins: um grande proprietário de terras, gados e escravos. Mais conhecido como Barão de Jeremoabo, Cícero Dantas recebeu esse título em 1880, em virtude de ter fundado, junto com seu sogro e seu cunhado, a primeira usina de cana na Bahia e a segunda do Brasil.¹⁵⁷

Na terceira região, no século XIX, nas terras que pertenceram aos Guedes de Brito, os protagonistas foram o coronel Quintino Soares da Rocha e dona Umbelina Adelaide de Miranda, o casal era o mais rico proprietário de terras, maior produtor de gado *vacum* e cavalariço e principal escravista, donos de cerca de 131 escravos, a maioria nascida no Brasil, apenas seis eram africanos, sendo um nagô (outros não tiveram a nação identificada).¹⁵⁸

Desse modo, para o estudo das comunidades sertanejas é essencial perseguir as histórias de famílias, entender as negociações e os conflitos entre as famílias ricas e os grupos sociais populares. A influência econômica possibilitava prestígios sociais aos potentados locais, que exerciam mando sobre outros estratos sociais. Havia uma dependência política e territorial de Itaberaba, pois somente se tornou cidade no final do século XIX, e tendo sua

(1878-1890); Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Série: Inventários (1850-1888).

¹⁵⁶ FREIRE, Luiz Cleber Moraes, op. cit., p. 173.

¹⁵⁷ MEDRADO, Joana, op. cit., p. 48 e 50-51.

¹⁵⁸ FERREIRA, Jackson André da Silva, op. cit., p. 116.

Câmara Municipal instalada vinte anos antes (em 1877) quando da emancipação política¹⁵⁹ do município. Assim, antes de Itaberaba se emancipar, como foi visto no primeiro capítulo, o território tinha liame com outras territorialidades, primeiramente com Cachoeira, depois com Feira de Santana, em seguida com Camisão (atual Ipirá).

Não é de se estranhar que houve uma articulação, sobretudo, dos Mascarenhas com líderes locais das territorialidades às quais a região era vinculada administrativamente. A família tinha fortes articulações, mormente com o Sertão do Camisão, onde o compadrio era uma forma de relação social utilizada pelos Mascarenhas. O inventário de Florentino Pereira Mascarenhas, cidadão mais rico da região na época, registra que faltava o inventariante cumprir o legado deixado pelo inventariado, com a afilhada da mulher de Florentino Mascarenhas, denominada Maria, moradora no distrito do Camisão, como consta no seu testamento.¹⁶⁰

Esse tipo de relação social também era utilizado na região estudada por Jackson Ferreira. Os líderes dos grupos familiares e partidários estabeleciam relações com indivíduos de maior influência política e poder financeiro fora do Morro do Chapéu, através de acordos comerciais, trocas de favores políticos e de laços de parentesco simbólicos representado pelo compadrio. Essas relações traziam vantagens para as duas partes. Os graúdos de fora conseguiam privilégios comerciais e, principalmente apoio para si ou membros dos seus grupos nas eleições para as assembleias provincial e imperial. Em troca, os graúdos menores procuravam se garantir no poder e aumentar a sua riqueza e influência dentro da vila e mesmo na região.¹⁶¹ Morro do Chapéu e Orobó tinham estruturas sociais semelhantes, parece que esse tipo de fenômeno era comum entre as principais famílias sertanejas, apropriando-se das mesmas prerrogativas para a manutenção no poder.

Pela grande quantidade de gado e indícios de atividades agrícolas encontrados na documentação,¹⁶² decerto eram negociados o gado e o excedente das lavouras. Nos caminhos sertanejos para Lençóis e para o Recôncavo Baiano, principais mercados dos produtos das fazendas do Orobó, andavam diversas pessoas com as mercadorias dos Mascarenhas e

¹⁵⁹ A emancipação política acontecia quando os núcleos populacionais se tornavam vilas.

¹⁶⁰ Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Florentino Pereira Mascarenhas, autuado em 1865, p. 41.

¹⁶¹ FERREIRA, Jackson André da Silva, op. cit., p. 69.

¹⁶² APMI. Seção Judiciário. Livros de Notas do Tabelionato nº 2, nº 3, nº 5, nº 7. Escrituras públicas de compra e venda de terras e de escravos/Série: cartas de liberdade (1853-1890); APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Expedidas e Recebidas, cx. 904-905, (1870-1890); Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Série: Inventários (1850-1888).

engendrando trocas não somente comerciais como também culturais. Seguiam nas estradas: gente, produtos das policulturas e gado.

Fortuna e poder local caminharam juntos nos núcleos populacionais sertanejos. As riquezas influenciavam na obtenção dos poderes locais, pois com os recursos financeiros permitiam os trânsitos nos diversos setores sociais. O poder aquisitivo das famílias refletia em outros poderes simbólicos, por exemplo, o status de ser um grande fazendeiro regional, decerto poucos tinham tais privilégios. Para essas famílias existia um elo entre bens materiais e imateriais. Inclusive, como já foi abordado no capítulo anterior, era um dos Mascarenhas, o dono da fazenda São Simão,¹⁶³ onde foi construída a capela no entorno da qual se desenvolveria o núcleo populacional, que depois passaria a se chamar Itaberaba, o senhor Antônio de Figueiredo Mascarenhas (casado com Francisca Maria de Jesus), quinto filho de Ignácio de Figueiredo Mascarenhas com Feliciano Maria do Nascimento. Marcos Brandão fez um mapeamento dos ascendentes e descendentes do construtor da ermida do Rosário do Orobó, Antônio de Figueiredo Mascarenhas. Um dos pioneiros na região foi o seu avô, o fazendeiro José Pereira Mascarenhas.

Outrossim, um dos senhores mais prósperos da região era o tio de Antônio Mascarenhas, o senhor José Alexandre Peixoto Mascarenhas, dono de uma fortuna de 18:751\$728 (dezoito contos, setecentos e cinquenta e um mil e setecentos e vinte e oito réis), dividida em partes iguais com seus três herdeiros. Pelo bom relacionamento de Antônio de Figueiredo Mascarenhas com seu tio José Alexandre, ele aparece no testamento como o tutor dos seus primos menores. Essa tutoria foi uma grande oportunidade de Antônio Mascarenhas auferir a confiança do parente, inclusive esse cumprimento do papel com eficiência, mais tarde o favoreceu na obtenção da principal fazenda da região. Nem Antônio de Figueiredo Mascarenhas, nem seus irmãos, receberam herança no Sertão do Orobó. Por esse motivo, leva-se em consideração que a grande maioria das terras da região arroladas nos testamentos e inventários da família Mascarenhas após meados do século XVIII, foi incorporada pelos casamentos (dote matrimonial).¹⁶⁴

¹⁶³ A fazenda São Simão foi estabelecida por volta de 1768 por Manuel Rodrigues Cajado, a sudeste da Serra do Orobó, à esquerda do Rio Piranhas. Em 1809, foi adquirida por escritura de compra pelo fazendeiro Antônio de Figueiredo Mascarenhas e sua mulher Francisca Maria de Jesus. CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de, *Pedra que Brilha*, op. cit., p. 47; BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 136.

¹⁶⁴ Antônio de Figueiredo Mascarenhas casou-se no final do século XVIII (entre 1790 e 1793), teve dois filhos e um enteado, filho de sua mulher. O primeiro filho, Joaquim de Figueiredo Mascarenhas, casou-se três vezes. A terceira núpcia com Maria Antônia do Espírito Santo. O segundo filho, Manoel de Figueiredo Mascarenhas, faleceu em data anterior a maio de 1858; foi casado com Ana Florinda do Espírito Santo, filha de Antônio Pereira Mascarenhas (proprietário de terras para plantação no lugar denominado Alagoas, nas margens do Rio Piranhas, que foram transmitidas a esta sua filha). Foi localizado o inventário de Antônio Pereira Mascarenhas.

Depois do falecimento do tio de Antônio de Figueiredo Mascarenhas, o capitão José Alexandre em 1792, a viúva Hilária Francisca de Jesus, em meados de 1793, encontrava-se em segundas núpcias com o capitão Manuel Rodrigues Cajado, cidadão que estabeleceu a fazenda São Simão. Ao que parece Antônio de Figueiredo Mascarenhas tinha também um bom relacionamento com a viúva de seu tio, também tinha uma grande habilidade em negociar, pois adquiriu a fazenda que pertencia ao segundo marido da mesma. Existiu uma nítida linha sucessória da família Mascarenhas, foram implementados arranjos e rearranjos para permanecerem influentes no poderio local.

Dialogando com os “práticos dos sertões”,¹⁶⁵ os Mascarenhas foram os herdeiros deles e conseguiram a sedentarização na Região de Itaberaba.¹⁶⁶ Desde que chegaram à região montaram instrumentos que os permitiram açambarcarem o poder, criando também um forte liame territorial e identitário. Os herdeiros diretos dos primeiros “práticos dos sertões”,

responsáveis pela expansão das fronteiras do domínio português passaram a controlar amplamente a terra e o trabalho, através do exercício de seu poder baseado no uso indiscriminado da violência direta e indireta. A onipresença de alguns homens de elite sertaneja é perceptível através da análise dos documentos que ainda restam sobre os sertões baianos. O juiz de paz, juiz dos órfãos, escrivão, entre outros comumente possuíam patentes e sobrenomes bem conhecidos, além de pertencerem ao reduzido grupo dos homens mais ricos da região. Não raras vezes acumulavam mais de um cargo público, eram coletores de impostos, além de serem ligados diretamente com a produção e comércio de gado. Não é de se surpreender que também figurassem como os maiores credores da população livre e pobre da área em que atuavam.¹⁶⁷

Herdeiros dos Dantas, dos Carneiros, dos Mascarenhas, assumiram diversos postos nas regiões onde atuaram. Não foram citados os Soares da Rocha, pois o coronel Quintino não teve filhos, ainda que tenha legado sua herança a pessoas próximas.¹⁶⁸ Na Região de Itaberaba, os Mascarenhas passaram de geração em geração seus mecanismos de permanência no poder, até em meados do século XIX alcançar Florentino Pereira Mascarenhas. Ele nasceu

Já o enteado era Francisco Amaro da Silva. Nasceu na Freguesia de Muritiba, onde também faleceu, em 1838. Casou-se com Maria da Encarnação de Jesus, falecida em data anterior a 1838. Não tiveram sucessão. BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 109, 117-118, 127-130 e 133.

¹⁶⁵ Seriam “práticos dos sertões”, os habilidosos que se aventuravam pelos sertões, no apresamento e homicídio de índios contrários à ocupação portuguesa e captura de negros fugidos e aquilombados. HENRIQUE, Juliana da Silva, op. cit., p. 10.

¹⁶⁶ Até 1821 vigorou o sistema sesmeiro e a sedentarização de fazendeiros no sertão do Orobó foi efetuada anos depois das primeiras doações ainda no século XVIII, foram beneficiados com essa prerrogativa, mormente, os Mascarenhas.

¹⁶⁷ HENRIQUE, Juliana da Silva, op. cit., pp. 138-139.

¹⁶⁸ FERREIRA, Jackson André da Silva, op. cit., p. 73.

em 1807 e morreu em 1865, com 58 anos. Casou-se com Maria Torquata de Jesus, nascida em 1835, e veio a falecer em 1891, com 66 anos. No ano da morte de Florentino Mascarenhas a sua esposa tinha apenas 30 anos.¹⁶⁹ Florentino Mascarenhas era o maior possuidor de terras, gados e escravos¹⁷⁰ e muitos outros bens. Era filho de José Pereira Mascarenhas (homônimo de seu avô) com Nazária Maria das Virgens (da família Rocha Passos) e sobrinho de Antônio de Figueiredo Mascarenhas.

Um vaqueiro poderia começar a sua empreitada subordinado inicialmente ao sesmeiro e depois conseguiria estabelecer a própria fazenda, arrendando uma gleba de terra.¹⁷¹ Situação parecida do que Henrique constata, mas não igual, é quando Brandão afirma: há possibilidade de José Pereira Mascarenhas, pai de Florentino Pereira Mascarenhas ter recebido terras por dote pelo fato do mesmo, em 1778, ter sido vaqueiro de seu tio José Alexandre Peixoto Mascarenhas. O pai de Florentino Mascarenhas se tornou proprietário de fazendas na freguesia do Camisão. Nesse caso, primeiro foi dependente do tio, prestando serviço como vaqueiro, e com o fruto do trabalho conseguiu terras que o ajudou na independência econômica. Um exemplo de como o acesso à terra era um meio de mobilidade social através de arrendamento ou dote.

O casal José Pereira Mascarenhas e Nazária Maria das Virgens teve oito filhos,¹⁷² demonstrando a marca indelével de mais uma numerosa família sertaneja. Certamente, entre os filhos, o que mais se destacou foi Florentino Pereira Mascarenhas. Na migração dos Mascarenhas do sertão do Camisão para o Orobó, arriscaram a sorte em outra comunidade sertaneja. Decerto aproveitaram a oportunidade, desde que chegaram e se tornaram a principal família do novo núcleo populacional. Aliás, desde que chegaram a Camisão e cercanias, esse sobrenome jamais foi esquecido. Mais adiante Florentino Pereira Mascarenhas se torna o principal personagem dessa pesquisa.

Em estudo sobre Igaporã, situada no Alto Sertão da Bahia, Neves traz elementos sobre o poder local naquela região:

a oligarquia fundiária fardada conservou a estrutura paramilitar embasada no poder local para dar sustentação à monarquia escravista. Depois de malogradas tentativas de unificação das forças auxiliares, em 1831 extinguíram-se ordenanças, milícias e as guardas municipais e se instituiu a

¹⁶⁹ BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 135; Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Florentino Pereira Mascarenhas (1865), p. 7.

¹⁷⁰ Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Florentino Pereira Mascarenhas, autuado em 1865; APMI. Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato nº 2. Escrituras públicas de compra e venda de terras (1853-1857).

¹⁷¹ HENRIQUE, Juliana da Silva, op. cit., p. 138.

¹⁷² BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 118 e 131.

Guarda Nacional, como única força de segunda linha, auxiliar do Exército e da Armada (força de primeira linha). Reformou-se a milícia da oligarquia fundiária em todo o Império. A partir de 1836, as assembleias provinciais passaram a decidir sobre a Guarda Nacional. Em 1850, promoveu-se “nova organização” da Guarda Nacional. Prevaleram, contudo, as mesmas características oligárquicas, estrutura hierárquica e função social. Subordinava-se aos “juizes de paz, emanação do poder local”, submetido ao controle dos juizes municipais, nomeado pela Corte.¹⁷³

Esse estudo ajuda a pensar como as forças paramilitares auxiliaram os senhores de terras e de escravos a permanecerem no poder, pois se cometessem qualquer contravenção seriam reprimidas. A estratificação social era definida pelo patrimônio e renda. Os poderes locais sertanejos se consolidaram com o auxílio das forças paramilitares, espalhadas pelas diversas comunidades sertanejas.¹⁷⁴ Mesmo com a tentativa de mudanças na estrutura organizacional da Guarda Nacional,¹⁷⁵ ela representava “o instrumento militar” que o segmento social dos senhores de terra e de escravos necessitava “na intensa luta para manter-se no controle do aparelho do Estado”.

As famílias sertanejas, cujos sobrenomes (Carneiro, Dantas, Mascarenhas, Soares) eram influentes, apropriaram-se desses instrumentos de controles e também do uso da força e da violência, com o objetivo de se conservarem nos poderes locais. A despeito de mudanças (depois de 1831, a Guarda Nacional subordinou-se ao Judiciário¹⁷⁶), os sobrenomes famosos não sofreram perdas e continuaram em evidência durante todo o século XIX.

Como já foi dito, alguns dos Mascarenhas ocuparam postos na Guarda Nacional, entre eles: o tenente-coronel Antônio Olympio Mascarenhas¹⁷⁷ (genro de Florentino Pereira Mascarenhas) e o também tenente-coronel Franklin de Meneses Fraga¹⁷⁸ (herdeiro do entroncamento dos Mascarenhas com os Rocha Passos). Os que não tinham títulos “nobiliárquicos” utilizaram dos mecanismos dos parentescos e das amizades para barganhar vantagens. O inventariante de Florentino Pereira Mascarenhas foi o capitão Felipe Fernandes

¹⁷³ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja...*, p. 227-245.

¹⁷⁴ NEVES, Erivaldo Fagundes, op. cit., p. 235.

¹⁷⁵ Os postos da Guarda Nacional eram os seguintes: oficiais superiores (coronel, tenente-coronel, major); capitão; oficiais subalternos (tenente, alferes); oficiais inferiores (1º sargento, 2º sargento, forriell); cabo; guarda ou praça. ALMEIDA, Adilson José. *Uniformes da Guarda Nacional (1852-1931): a indumentária na organização e funcionamento de uma associação armada*. Anais do Museu Paulista, v. 8/9 (2000-2001), p. 77-147; FERREIRA, Jackson André da Silva, op. cit., p. 74.

¹⁷⁶ idem, ibidem, p. 235.

¹⁷⁷ Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Série: procuração. Antônio Olympio Mascarenhas, autuado em 1867.

¹⁷⁸ Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Franklin de Meneses Fraga, autuado em 1884.

Serra¹⁷⁹ e o de Franklin de Meneses Fraga, o capitão Caetano de Oliveira Fraga,¹⁸⁰ mais duas figuras da Guarda Nacional.

2. A força de um sobrenome regional: os *Mascarenhas*

Há poucos testamentos do século XIX referentes à Região de Itaberaba, talvez por ter sido uma região em que poucas pessoas tinham bens para inventariar ou condições de pagar o processo e, assim, evitaram fazê-lo, somente as famílias mais abastadas tinham o que legar. Por isso, os inventários se consolidaram como principal documento da pesquisa, já que após as mortes das pessoas era obrigação das famílias nomear um inventariante para autuá-lo. Ainda que custasse um valor expressivo, as famílias eram obrigadas a arrolarem os bens dos falecidos (inventariados).

Sabe-se que alguns inventariantes dos proprietários omitiram informações com o intuito de pagar menos pelo inventário. Entretanto, ainda que tentassem, era mais difícil esconderem dados sobre bens valiosos como as posses de escravos. É possível que familiares dos defuntos buscassem esconder dinheiro em espécie ou vender boiadas inteiras antes dos bens serem avaliados, na medida em que era fácil negociar as reses rapidamente.¹⁸¹ Desse modo, o pesquisador deve desconfiar dos dados dos inventários ou de qualquer outro documento, para não cair numa armadilha, pois alguns inventariantes e até escrivães os negligenciavam, a depender dos interesses dos envolvidos.

Os inventários relacionam bens de espólios partilhados entre herdeiros legais e, eventualmente, legatários por verbas testamentais em doações gratuitas ou sob condições, em geral de natureza religiosa. Desse modo, inventários e testamentos oferecem informações valiosas para o estudo de organização social, estrutura fundiária e ordem econômica.¹⁸² O pioneirismo da historiografia baiana em utilizar inventários como fonte histórica se deve a Kátia Mattoso. Assim como os testamentos, os inventários falam em especial da “elite afortunada” da Bahia, estratos em que se classificam todos os que tinham bens, adquiridos por

¹⁷⁹ Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Florentino Pereira Mascarenhas, autuado em 1865.

¹⁸⁰ Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Franklin de Meneses Fraga, autuado em 1884.

¹⁸¹ HENRIQUE, Juliana da Silva, op. cit., p. 118.

¹⁸² NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura Fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005, p. 34.

seu trabalho pessoal ou herdados.¹⁸³ A análise de inventários é fundamental para avaliar os perfis de riquezas regionais, esses documentos mostram os reflexos dos poderes socioeconômicos e políticos numa região.

Cleia Dias Guerreiro pesquisou alforrias de escravos no período de 1850 a 1888 na região de Itaberaba. Inclusive, um dos Mascarenhas, o senhor Antônio Ignácio de Figueiredo Mascarenhas, alegou para alforriar através da emissão de carta de liberdade, pelos bons serviços prestados, seu escravo João, crioulo, com 30 anos mais ou menos, em 16 de janeiro de 1871. Esse foi o único caso, dentre as cartas de alforria que destacou o sobrenome Mascarenhas, principal família escravocrata da região.

Guerreiro compulsou por décadas não somente os inventários, mas também testamentos e cartas de liberdades. Inclusive numa tabela¹⁸⁴ de 1850 a 1888, mostrou por décadas as quantidades de escravos alforriados. Ela encontrou: na década de 1850 um escravo numa carta de liberdade; na década de 1860 dois escravos nos testamentos e três nos inventários; na década de 1870 quatorze escravos nas cartas de liberdade, cinco nos testamentos e quatro nos inventários; na década de 1880 três escravos nas cartas de liberdade, quatro nos testamentos e três nos inventários. A autora encontrou apenas 39 escravos alforriados, onde o total registrado na Vila do Orobó segundo o censo de 1872 era de 480 escravos.

O resultado desta pesquisa diverge do obtido por Cleia Guerreiro, pois o objetivo do presente trabalho foi avaliar os bens dos Mascarenhas. Guerreiro catalogou 48 inventários e testamentos e outras fontes da Região de Itaberaba, utilizando apenas os documentos que tinham cartas de alforria. A autora dedicou também mais atenção às famílias escravocratas menos abastadas que os Mascarenhas, e utilizou o critério de análise dos senhores com montemor de menores valores. Já esta pesquisa encontrou 69 inventários e nove testamentos.

No que tange aos inventários, as famílias eram obrigadas a fazê-los, por isso há em maior número que os testamentos. Foram compulsados todos os inventários da Região de Itaberaba do período de 1850 a 1888 que se encontravam em bom estado de leitura. Metodologicamente os 69 inventários foram separados por décadas, há cinco inventários da década de 1850, 17 da década de 1860, 22 da década de 1870 e 24 da década de 1880. Veja a tabela I, com o quantitativo de inventariantes e inventariados separados em décadas por sexos,

¹⁸³ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX: uma província no Império*. Editora Fronteira S.A, Rio de Janeiro, 1992, p. 604.

¹⁸⁴ GUERREIRO, Cleia Dias. “*Pelos bons serviços que me tem prestado*”: uma leitura das alforrias em Vila do Orobó (1850-1888). Monografia – Colegiado de História do Departamento de Educação e Ciências, UNEB, Campus XIII, Itaberaba – Ba, 2012, pp. 38-39 e 42.

do período de 1850 a 1888. Os documentos mais velhos estão mais deteriorados. Por isso, da década de 1850 foram encontrados apenas cinco inventários em boa condição de leitura, muitos deles se estragaram nos arquivos. O intuito foi analisar todos os inventários disponíveis, com o objetivo de verificar os dados que pertenciam à família mais abastada da região, a dos Mascarenhas.

Tabela I

Quantitativo de inventariantes e inventariados

Ano	INVENTARIANTES		INVENTARIADOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1850	2	3	3	2
1860	9	8	8	9
1870	15	7	12	10
1880	15	9	14	10
Total:	41	27	37	31

Fontes: inventários (1850-1888).

A exceção é o inventário do dono da famosa fazenda Santa Isabel,¹⁸⁵ o tenente-coronel Franklin de Meneses Fraga, que apesar de não possuir o sobrenome Mascarenhas, era herdeiro do entroncamento da família Rocha Passos com os Mascarenhas.¹⁸⁶ Como já foi dito, a fazenda foi frequentada pelo “poeta dos escravos”, Castro Alves, que era cunhado de Franklin de Meneses, o que atíça a curiosidade pois, como era comum de pessoas de sua condição social possuir a tríade sertaneja, ele era apenas dono de terras e gados, no inventário não aparecem escravos.

Teria o “poeta dos escravos” influenciado seu cunhado em não reproduzir a sociedade escravista? Chamou a atenção o fato de ser, dos Mascarenhas inventariados, o único que não

¹⁸⁵ A fazenda localiza-se em uma das regiões mais elevadas, e foi anteriormente de Manuel de Oliveira Mendes, Barão do Itapicuru de Cima, filho de Felipe de Oliveira Mendes. Este último foi mestre de obras da cidade de Salvador e autor da frontaria da igreja de Nossa Senhora Santana no bairro de Nazaré. Dos herdeiros do Barão de Itapicuru de Cima passou, por compra, para Francisco de Oliveira Fraga (pai de Franklin de Meneses Fraga), que a registrou em 1858, o qual possuía mais as fazendas Sobradinho, Nova Vista e Patos, época em que a freguesia e distrito de paz Nossa Senhora do Rosário do Orobó pertencia ao termo judiciário da vila de Santana do Camisão, da Comarca de Feira de Santana. CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de, *Pedra que brilha*, op. cit., p. 53-54.

¹⁸⁶ Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Franklin de Meneses Fraga, autuado em 1884. Seguindo a lógica da ligação consanguínea do entroncamento dos Rocha Passos com os Mascarenhas (e vice-versa), e esta última teve terras no sertão do Orobó, cabe a explicação de que Franklin de Meneses Fraga era sobrinho do fazendeiro Porphirio Oliveira Fraga, que por sua vez era primo em segundo grau da esposa de Antônio de Figueiredo Mascarenhas. BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 164.

possuía escravo. Há hipótese de ser antiescravista, pois seria difícil na época, omitir-se a propriedade de escravos em inventário. Outra hipótese, é o fato de que haviam relações trabalhistas na fazenda Santa Isabel, com registros de despesas com vaqueiros,¹⁸⁷ ele não precisava de escravos, porque esse tipo de fazenda de gado, precisava de poucos trabalhadores para o serviço diário, rotineiro. Desse modo, outros vaqueiros somente eram contratados em momentos específicos do manejo do gado.

Normalmente a atuação de inventariantes cabe a um dos cônjuges, com outros dois inventariantes suplentes. O número de homens foi maior tanto em relação aos inventariantes quanto em relação aos inventariados. Como se vê na tabela I, na década de 1850 foram compulsados como inventariantes dois homens e três mulheres, inventariados três homens e duas mulheres; na década de 1860 foram compulsados como inventariantes nove homens e oito mulheres, inventariados oito homens e nove mulheres; na década de 1870 foram compulsados como inventariantes 15 homens e sete mulheres, inventariados 12 homens e 10 mulheres; na década de 1880 foram compulsados como inventariantes 15 homens e nove mulheres, inventariados 14 homens e 10 mulheres.

Desse modo, encontrou-se para o período estudado, o total de inventariantes 41 homens e 27 mulheres, e inventariados 37 homens e 31 mulheres. Percebe-se que o número de mulheres é inferior ao de homens, mas não significa que elas estavam excluídas das tomadas de decisões regionais, há amiúde a presença delas disputando os espaços na Região de Itaberaba. Os inventários mostram que elas foram donas da tríade sertaneja e outros bens, alguns deles herdados de familiares ou cônjuges. Isso não é percebido somente nos inventários, pois numa carta de liberdade¹⁸⁸ há um caso que consta a presença de duas mulheres da região, quando foi concedida em 1853 a liberdade ao escravo denominado Manoel, por suas senhoras: Ana Rosa de Jesus e Bernardina Rosa de Jesus.

O escravo, antes de pertencer às irmãs, pertencia a Antônio Marcellino de Figueiredo Mascarenhas. Bernardina Rosa de Jesus era esposa de Antônio Pereira Mascarenhas, e aparece em 1854 como inventariante de seu esposo. A carta de liberdade, além de destacar duas mulheres dividindo a propriedade de um escravo, revela que Manoel servia a família Mascarenhas. Não era incomum duas pessoas dividirem a posse de escravos, às vezes até entre mais pessoas, principalmente quando se tratava de heranças. Na maioria das fontes

¹⁸⁷ Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Convocatória do arrolamento dos bens de Franklin de Meneses Fraga (1779), p. 16.

¹⁸⁸ Foi feito um escrutínio dessa carta de liberdade no terceiro capítulo. APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Carta de Liberdade (1853), p. 1.

pesquisadas, quando não era a própria pessoa de sobrenome Mascarenhas o dono do escravo, era um dos cônjuges.

Compulsou-se na década de 1850, o inventário de Antônio Pereira Mascarenhas, esposo de Bernardina Rosa de Jesus, autuado em 1854; na década de 1860, o inventário de Florentino Pereira Mascarenhas, autuado em 1865; na década de 1880, o de Maria de Figueiredo Mascarenhas, autuado em 1880. Na década de 1870 não há registro de inventário autuado da família Mascarenhas. Autuou-se o inventário de Franklin de Meneses Fraga em 1884. Não há informações nem nos inventários, nem em outras fontes do grau de parentesco deles, apenas o sobrenome Mascarenhas evidencia os laços de consanguinidade num pequeno núcleo populacional.

Uma fonte¹⁸⁹ revela o falecimento do tenente coronel Franklin de Meneses Fraga no dia 14 de julho de 1879 na Vila de Itaparica, lugar onde residia, e que possuía bens na Vila do Orobó, inclusive era o dono da fazenda Santa Isabel. Franklin de Meneses viveu de 1848 a 1879, morreu novo com apenas 31 anos. Ele não tinha herdeiros na região, mas na corte do Rio de Janeiro, a mulher e uma filha menor. Verifica-se que do ano de convocação em 1879 até a abertura do inventário em 1884 se passaram cinco anos, como os herdeiros estavam distantes da região, o processo de arrolamento dos bens foi moroso. Quiçá, o maior problema para autuação do inventário seria a distância de Itaberaba para o Rio de Janeiro, pois naquela época de uma comunidade para outra o transporte demorava dias.

Além de Franklin de Meneses Fraga e sua esposa explorarem da mão de obra sertaneja empregadas na sua fazenda, tiveram influência na política local, quando Meneses Fraga se tornou o primeiro presidente da Câmara do Orobó. Peculiaridades importantes para a conquista de mais bens e prestígios sociais. Desse modo, Franklin de Meneses Fraga e sua esposa depois passaram a usufruir de moradas em outras localidades, respectivamente: litoral da Bahia e do Rio de Janeiro, privilégios comuns de pessoas inerentes aos poderes locais, uma prerrogativa difícil de ser alcançada pelos pobres e empobrecidos.

Encontrou-se nos inventários os valores do monte-mor de alguns dos Mascarenhas. Para Joana Medrado, os inventários são fontes confiáveis para observar diferenças na composição dos patrimônios entre os grupos sociais, um critério que possibilita visualizar as escalas de estratificação social.¹⁹⁰ A avaliação do monte-mor de Florentino Pereira Mascarenhas, que viveu de 1807 a 1865, permite pensar como a riqueza estava concentrada

¹⁸⁹ Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Convocatória do arrolamento dos bens de Franklin de Meneses Fraga (1879).

¹⁹⁰ MEDRADO, Joana. *Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no Sertão da Bahia*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2012, p. 52-53.

no período praticamente nas mãos de uma pessoa. Comparando seu monte-mor com os de pessoas de outras famílias da região, observou-se que a maioria era de valores irrisórios perto do seu, não alcançava 1:000\$000¹⁹¹ (um conto de réis), enquanto o seu chegava ao surpreendente valor de 52:680\$040¹⁹² (cinquenta e dois contos, seiscentos e oitenta mil e quarenta réis).

Até comparado com os valores dos bens da sua própria família, a sua fortuna revela-se astronômica. Em dados de 1854, do escrivão Ignácio José Mascarenhas, o valor do monte-mor de Antônio Pereira Mascarenhas era 4:889\$000¹⁹³ (quatro contos, oitocentos e oitenta e nove mil réis). Verifica-se que o escrivão pertencia à mesma família, seria uma oportunidade de esconder dados e pagar menos pela confecção do inventário. Em 1880 foi aberto o inventário de Maria de Figueiredo Mascarenhas com o monte-mor avaliado em 4:506\$000¹⁹⁴ (quatro contos, quinhentos e seis mil réis). Já o valor do monte-mor de Franklin de Meneses Fraga era de 6:593\$500¹⁹⁵ (seis contos, quinhentos e noventa e três mil e quinhentos réis), segundos dados do inventário aberto em 1884.

Por isso, utilizou-se o critério de comparar a fortuna de Florentino Pereira Mascarenhas com senhores ricos de outras regiões. Não significa que o valor do monte-mor de Florentino Mascarenhas seja exato, talvez dados tenham sido negligenciados e a sua fortuna ainda ter sido bem maior. Joana Medrado não informa o valor do monte-mor do Barão de Jeremoabo, somente descreve o que Cícero Dantas deixou para seus herdeiros: 42 fazendas, quase todas com benfeitorias, 11.494 animais e 91 escravos, dentre os quais 55 homens, com ocupações diversas. Dos 28 homens com ocupações definidas, 14 eram vaqueiros.¹⁹⁶

A fortuna do coronel Quintino e dona Umbelina seria superior a 123:400\$000 (cento e vinte e três contos e quatrocentos mil réis).¹⁹⁷ Como a riqueza do casal era bem superior à de outras famílias do Morro do Chapéu, Jackson Ferreira cotejou a riqueza de Quintino com as de indivíduos de vilas mais distantes, como as estudadas por Erivaldo Neves no Alto Sertão

¹⁹¹ Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Série: Inventários (1850-1888).

¹⁹² Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Florentino Pereira Mascarenhas, autuado em 1865, p. 55.

¹⁹³ Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Antônio Pereira Mascarenhas, autuado em 1854, p. 13.

¹⁹⁴ Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Maria de Figueiredo Mascarenhas, autuado em 1880, p. 22.

¹⁹⁵ Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Franklin de Meneses Fraga, autuado em 1884.

¹⁹⁶ MEDRADO, Joana, op. cit., p. 50.

¹⁹⁷ FERREIRA, Jackson André da Silva, op. cit., p. 101.

da Bahia. Destacaram-se naquela região os espólios de Manuel Pereira da Costa, inventariado em 1866, com 15 unidades agrárias, 46 escravos e 800 reses, num patrimônio avaliado em mais de 76:000\$000 (setenta e seis contos de réis), e de Maria de Abreu Prates, em 1877, com 14 propriedades rurais, 45 escravos e 1.500 reses, num somatório que ultrapassou a 89:000\$000 (oitenta e nove contos de réis).¹⁹⁸ Ou seja, até face a outras vilas sertanejas a fortuna do casal Soares da Rocha ainda era invejável.

Apesar de terem existido fortunas maiores que a do coronel José Batista Carneiro, o que chamou a atenção foi a perpetuação do sobrenome Carneiro na Região de Feira de Santana. A fortuna foi passada de geração em geração e o sobrenome ainda se encontra presente na política baiana.¹⁹⁹ Quando foi aberto o inventário de José Batista Carneiro em 1864, arrolaram 2.257 cabeças de bovinos, mais oito bois de carro, 185 equinos, 462 ovinos, 18 caprinos, quatro muares e uma jumenta.²⁰⁰

Inclusive, o coronel possuía quase 30 propriedades fundiárias em Feira de Santana, Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe, Camisão e Vila Nova da Rainha (atual Senhor do Bonfim). Além de possuir 72 escravos, como já foi referido e outros bens.²⁰¹ A fortuna foi avaliada em 187:455\$000 (cento e oitenta e sete contos, quatrocentos e cinquenta e cinco mil réis). Inference-se, pelo fato do coronel ser dono de várias unidades agrárias fora da região de Feira de Santana, que ele tinha articulação com líderes locais de outras localidades sertanejas.

Desse modo, com a analogia das fortunas de líderes locais, percebe-se que a maior fortuna era a do coronel José Batista Carneiro e a menor era justamente a de Florentino Pereira Mascarenhas. Como não se calculou a fortuna de Cícero Dantas, a opção fica pela de José Batista Carneiro. Sabe-se que as diferenças nas fortunas são influenciadas pelas dinâmicas econômicas das regiões, e, na época de Batista Carneiro, Feira de Santana tinha a principal feira de gado da Bahia, pois na década de 1830²⁰² tomou o posto de Capuame (atual Dias D'Ávila), que já teve o título de mais importante feira de gado da colônia, quiçá a primeira feira de gado da América Portuguesa.²⁰³ Já na Região de Itaberaba que intermediava Lençóis, Feira de Santana e as vilas do Recôncavo da Bahia, os senhores de terras

¹⁹⁸ idem, *ibidem*, p. 103.

¹⁹⁹ No final de 2014, o ex-governador João Durval Carneiro encerrou o seu mandato como Senador da República e seus filhos João Henrique Carneiro ex-prefeito de Salvador e Sérgio Barradas Carneiro ex-deputado federal.

²⁰⁰ FREIRE, Luiz Cleber Moraes, *op. cit.*, p. 173.

²⁰¹ FREIRE, Luiz Cleber Moraes, *op. cit.*, p. 175.

²⁰² HENRIQUE, Juliana da Silva, *op. cit.*, p. 79; LOPES, Rodrigo Freitas. *Nos currais do matadouro público: o abastecimento da carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873)*. UFBA, Salvador, 2009, p. 37.

²⁰³ HENRIQUE, Juliana da Silva, *op. cit.*, p. 78.

permaneceram investindo nas mesmas atividades econômicas da região de Feira de Santana: policulturas e pecuária, mas não tinha o mesmo fluxo comercial.

Desde então Feira de Santana cresceu consideravelmente, e quem tinha dinheiro para investir como o coronel José Batista aproveitara para negociar seus produtos nas movimentadas feiras. Elas se transformaram no ponto de encontro de comerciantes e clientes,²⁰⁴ espaços de comércio e sociabilidades. O interessante é que o desenvolvimento econômico regional influenciava na vida dos líderes locais, ou vice-versa. Destarte, a reprodução do sistema escravista interferia nos crescimentos regionais, que por sua vez, agiam como elementos modificadores das relações socioeconômicas. Os crescimentos econômicos dependiam das reciprocidades entre essas relações, que interferiam nas relações interpessoais.

A despeito da grande diferença entre os valores das fortunas dos senhores escravistas José Batista Carneiro e Florentino Pereira Mascarenhas, a família do último não deixou de influenciar a região ao longo de anos.²⁰⁵ Ainda que sua fortuna fosse inferior aos demais líderes, não há dúvidas que se destacou no rol das fortunas da Região de Itaberaba, num território que tinha na agropecuária a maior fonte de renda.

Os inventários demonstram o poder socioeconômico e político dos Mascarenhas, em especial o inventário de Florentino Pereira Mascarenhas reafirma a influência deles numa região pobre, configurado como um território de encontros de pessoas em sua maioria sem posses ou de tentativa de sobrevivência de pessoas que não tiveram oportunidades na região das Lavras Diamantinas, ou ainda das que não tiveram meios de disputar vagas na região açucareira. Pessoas das comunidades sertanejas vizinhas disputaram também espaços comerciais na Vila do Orobó que era o centro econômico regional, porém as comunidades vizinhas tinham as mesmas características do sertão do Orobó, com destaque para agropecuária. Esses fatores tornavam essa região menos atrativa para os que já estavam estabelecidos em suas comunidades, por isso não foi uma região que atraiu imigração, como a região de Feira de Santana, ou a das lavras de ouro e de diamante, por exemplo.

²⁰⁴ idem, *ibidem*, p. 73.

²⁰⁵ O atual prefeito da cidade de Itaberaba é um descendente dos Mascarenhas: o senhor João Almeida Mascarenhas Filho.

3. Donos da tríade sertaneja

Em estudos de comunidades sertanejas, considera-se a terra como principal meio de produção,²⁰⁶ por isso Marcos Brandão se impressionou com a grande quantidade de terras que pertenciam a Florentino Pereira Mascarenhas. Conforme registros do Livro de Terras do Orobó,

em 30 de dezembro de 1856, era dono das fazendas: (1) Umbuzeiro (rumo sul a norte da ponta de um lajedo na beira da estrada sul, beira do Rio Paraguaçu); (2) Meios (herdou da sogra Ana Francisca de São José, mãe de sua esposa Maria Torquata de Jesus); (3) Sítio (beira do Rio Capivari, comprada de seu irmão Joaquim de Figueiredo Mascarenhas); (4) Flores (ao sul do Rio Piranhas – meio com terras da Fazenda Gameleira na nascente, parte de terra com a fazenda Nova Vista, comprada de Joaquim de Oliveira Fraga); (5) Boa Vista (nascente com terras da Fazenda Flores, ponte com terras que forma do Rosário, norte o Rio Piranhas, sul sobradinho – lugar chamado Porteiras por ele feitas, comprada de Gaspar de Ferreira de Cerqueira); (6) Passo Dantas (beira do Rio Capivari); (7) Santo Antônio (beira do Rio Paraguaçu, nascente que tem na estrada denominada pedra do mocó, comprada de José Mendes de São Simão); (8) São Lourenço (beira do Rio Capivari, norte até ao riacho da Giboia); (9) Posso Lagoa (beira do Rio Paraguaçu, comum com terras do Umbuzeiro, nescente (sic.) terras da Fazenda Santo Antônio, norte riacho da Giboia, terra comprada de João Ribeiro).²⁰⁷

Logo após a implementação das Leis das Terras²⁰⁸ em âmbito nacional, Florentino Pereira Mascarenhas apareceu como o principal latifundiário da região, possuidor de nada menos que nove fazendas. O fato dele se destacar como proprietário de terras corrobora a tese de que foram terras herdadas dos Rocha Passos, neste caso pelo seu lado materno, o de Nazária Maria das Virgens casada com um dos irmãos de Antônio de Figueiredo Mascarenhas.²⁰⁹

A Lei de Terras não propôs tomar propriedades nem posses. Assim sendo, mesmo com a implementação da nova lei agrária, os Mascarenhas permaneceram majoritariamente como

²⁰⁶ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura Fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005, p. 36.

²⁰⁷ BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 131-132.

²⁰⁸ Segundo Neves: A Lei das Terras (Lei Imperial n. 611, de 18 de setembro de 1850) dispôs sobre terras devolutas, doadas pelo sistema de sesmarias, que não atenderam as exigências legais e posses sem conflitos, determinou medições e demarcações e definiu que se transferissem títulos fundiários somente através de comercialização. Pretendiam os legisladores, com os registros paroquiais de terras (determinados pelo Decreto Imperial n. 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que regulamentou a Lei de Terras), distinguir o patrimônio público do privado e controlar o acesso à terra, meio de produção fundamental. NEVES, Erivaldo Fagundes, *Estrutura Fundiária*, op. cit., p. 26.

²⁰⁹ BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 134.

donos de terras na região. Florentino Pereira Mascarenhas continuou beneficiado pelos representantes do senhoriato agrário, amplamente majoritários no parlamento nacional, que fizeram valer os interesses dos senhores de terras.²¹⁰ Normalmente, as famílias que possuíam mais recursos financeiros adquiriam as principais terras, doravante dificultaria ainda mais o acesso à terra aos imigrantes e ex-escravos.

A emissão da Lei das Terras, que poderia promover uma reforma da propriedade fundiária, reafirmou a tradição colonial de monopólio de terra e força de trabalho.²¹¹ Dinheiro para adquirir mais terras não era problema a Florentino Mascarenhas. Entre as grandes propriedades, ele era “possuidor de sortes de terras de criar, na fazenda Boa Vista”.²¹² Dono das melhores terras da região tanto para a pecuária, quanto para a agricultura, localizadas nas margens dos principais rios, inclusive o perene Paraguaçu. Até em época de seca, entre os meses de maio a outubro, o período mais difícil, comum numa região de clima semiárido, a falta d’água para Florentino Mascarenhas decerto não seria problema.

Porém, não era somente Florentino Pereira Mascarenhas dono da tríade sertaneja e outros bens. No inventário aberto em 1854, antes do seu, de Antônio Pereira Mascarenhas,²¹³ não se encontra dados do grau de parentesco dele com Florentino Mascarenhas, mas seriam parentes muito próximos, ambos tinham os mesmos sobrenomes. Seria preciso cruzar essa fonte com outras para se obter informações mais precisas. Antônio Pereira Mascarenhas era sogro do filho caçula (Manoel de Figueiredo Mascarenhas) de Antônio de Figueiredo Mascarenhas.²¹⁴ Portanto, o genro de Antônio Pereira Mascarenhas, era primo de primeiro grau de Florentino Pereira Mascarenhas.

Verifica-se o mecanismo do casamento entre as famílias mais ricas como meio de impor um monopólio regional. Havia laços matrimoniais entre os próprios familiares, para não dar margens para outras famílias partilharem os bens. Casava-se em família também por falta de alternativa, características dos pequenos agrupamentos sociais como Itaberaba. Se eles se fechavam até para outras famílias que tinham posses, os grupos sociais despossuídos teriam ainda menor chance de fazer parte desse clã familiar, somente em casos excepcionais, por muita amizade com os Mascarenhas.

²¹⁰ NEVES, Erivaldo Fagundes, *Estrutura Fundiária*, op. cit., p. 26.

²¹¹ idem, *ibidem*, p. 26.

²¹² APMI. Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato nº 2. Escrituras públicas de compra e venda de terras (1853-1857). Não aparece a fazenda Boa Vista no inventário, nem no testamento de Florentino Pereira Mascarenhas, entre os bens arrolados, ele pode ter vendido antes de confeccionar o testamento.

²¹³ Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Antônio Pereira Mascarenhas, autuado em 1854.

²¹⁴ BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 129.

Antônio Pereira Mascarenhas morava na fazenda Canto Escuro, o seu inventário mostra que tinha apenas duas herdeiras, a esposa e inventariante Bernardina Rosa de Jesus e a filha Maria Rosa de Jesus. Do seu monte-mor de 4:889\$000 (quatro contos, oitocentos e oitenta e nove mil réis), abateu-se as despesas do cartório com a confecção do inventário no valor de 230\$000 (duzentos e trinta mil réis). Então, o valor líquido dos bens de 4:659\$000 (quatro contos, seiscentos e cinquenta e nove mil réis), foi dividido entre as herdeiras, cabendo para cada uma o valor de 2:329\$000 (dois contos, trezentos e vinte e nove mil réis). Poderia não ser para outra região, mas era um valor razoável para a situação financeira das pessoas que residiam na Vila do Orobó.

Entre os bens de Antônio Mascarenhas foram arrolados além de três escravos, duas fazendas. Uma, a que morava, as terras foram avaliadas em 400\$000 (quatrocentos mil réis). Ainda havia uma casa grande com três mil telhas, com uma janela e cinco portas, avaliada em 300\$000 (trezentos mil réis). Possuía móveis como camas e utensílios para o trabalho no campo, como machados. Não se tem dados sobre casa de vaqueiros na fazenda Canto Escuro.

A outra, era a Campo Alegre, avaliada em 200\$000 (duzentos mil réis). Na fazenda havia uma casa de telha com quatro portas e uma janela, em má estado, avaliada em 30\$000 (trezentos mil réis). Havia ainda um curral velho avaliado em 5\$000 (cinco mil réis). Também foram avaliados duas camas encouradas e um banco. Ele possuía 18 cabeças de gado vacum, avaliada cada uma em 30\$000 (trinta mil réis), num total de 540\$000 (quinhentos e quarenta mil réis). E mais um cavalo russo pedrês velho, avaliado em 40\$000 (quarenta mil réis).

Antônio Pereira Mascarenhas era dono também de uma casa na freguesia do Orobó, avaliada em 150\$000 (cento e cinquenta mil réis), além de outros bens de menores valores. A fonte não é precisa, mas entende-se que a casa era na zona urbana e pelo valor não deveria ser uma casa grande e confortável. Pelas características dos bens arrolados no inventário, supõe-se que as casas e os móveis eram simples, comuns até nas famílias sertanejas de grandes posses como os Mascarenhas.

Em outro inventário²¹⁵ aberto em 1880, diz o marido (cabeça do casal) e inventariante Antônio Pereira Mascarenhas (homônimo do marido de Bernardina Rosa de Jesus), que tendo falecido a sua mulher Maria de Figueiredo Mascarenhas, na fazenda Serra Grande, deixou 12 filhos menores: Amélia Umbelina Mascarenhas, com 18 anos, Luiz Pereira Mascarenhas, com 16 anos, João Fagundes Mascarenhas, com 15 anos, Manoel Pereira Mascarenhas, com 14 anos, Maria Amélia Mascarenhas, com 13 anos, Honória Hermelina Mascarenhas, com 11

²¹⁵ Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Maria de Figueiredo Mascarenhas, autuado em 1880.

anos, Edvirgens Augusta Mascarenhas, com 10 anos, Mathildes Augusta Mascarenhas, com nove anos, Antônio Pereira Mascarenhas (homônimo do pai), com oito anos, José Pereira Mascarenhas, com cinco anos, Sílvia Adália Mascarenhas, com dois anos e Olívia, com 28 dias. Provavelmente Maria Mascarenhas faleceu, em consequência de complicações do parto. A família dela era mais uma enorme família sertaneja para dividir os bens.

O lavrador Antônio Pereira Mascarenhas morava na fazenda Serra Grande. Do montemor da esposa de 4:506\$000 (quatro contos, quinhentos e seis mil réis) foi descontado da adjudicação o valor de 126\$000 (cento e vinte e seis mil réis), ficando o valor líquido de 4:380\$000 (quatro contos, trezentos e oitenta mil réis), dividido em duas partes iguais, uma parte do esposo Antônio Pereira Mascarenhas no valor de 2:190\$000 (dois contos, cento e noventa mil réis) e a outra parte de igual valor, dividida em 12 partes iguais com os 12 herdeiros, cada um recebeu o quinhão de 182\$000 (cento e oitenta mil réis).

Entre os bens arrolados estavam duas fazendas. A que ele morava, as terras foram compradas de diversos possuidores, avaliadas em 600\$000 (seiscentos mil réis). A casa da fazenda, em 500\$000 (quinhentos mil réis), coberta de telhas, com duas portas e cinco janelas. Das fazendas foi a única na qual encontravam cercas. Todas avaliadas em 200\$000 (duzentos mil réis). Não eram comuns, as cercas ao redor das propriedades no século XIX, elas tinham o objetivo de evitar conflitos, que animais de vários donos se misturassem, ou atacassem as lavouras.

O cercamento das propriedades teria dado feições de capataz aos vaqueiros, que passariam a responsabilizar-se pela integridade física das fazendas.²¹⁶ Uma visão romantizada valorizando os vaqueiros administradores de fazendas. No século XIX praticamente não existiram cercas para dividir um domínio fundiário do outro em Morro do Chapéu. Essa característica era comum para outras áreas sertanejas, como a vila de Xique-Xique pesquisada por Elisângela Ferreira. Recomendava-se a construção de cercados para evitar a entrada de reses, equinos, muares e lanígeros que pudessem destruir as plantações.²¹⁷ Assim, as fazendas cercadas era um meio de impedir até brigas entre vizinhos.

Ainda existia na fazenda Serra Grande, um carro velho avaliado em 20\$000 (vinte mil réis), que certamente era puxado pelos quatro bois de carro, avaliados cada um em 35\$000 (trinta e cinco mil réis). Completavam-se os bens semoventes com dois garrotes de carga, dois cavalos e uma mula. A outra fazenda, a do Riacho do Paço, com as terras avaliadas em

²¹⁶ SOARES, Renan Monteiro. *Aspectos sociológicos da pecuária nordestina*. Imprensa Universitária, Recife, UFPE, 1968, p. 67; MEDRADO, Joana, op. cit., p. 90.

²¹⁷ FERREIRA, Jackson André da Silva, op. cit., p. 96.

900\$000 (novecentos mil réis). Existia nela uma casa coberta de telhas, com duas portas e três janelas, avaliada em 600\$000 (seiscentos mil réis), um tanque grande, um tanque pequeno e um curral. Os tanques serviam para prevenir a falta d'água numa região semiárida. Não consta móveis no inventário, impossibilitando a análise de como vivia a família, ou mesmo verificar se tinha móveis essenciais para o usufruto de uma numerosa família sertaneja, composta de muitas crianças. Por fim havia três escravos: Pedro, Alexandre e Fiandres, que se diversificavam nas atividades diárias das duas fazendas do casal.

No inventário de Franklin de Meneses Fraga,²¹⁸ há uma informação dos custos com arrolamento, prestação de contas, precatórias e cumprimentos delas na corte (Rio de Janeiro) e outras despesas, foram avaliados em 268\$124 (duzentos e sessenta e oito mil, cento e vinte e quatro réis), e esse valor foi abatido no somatório dos valores de gado graúdo e miúdo do casal. O valor bruto do monte-mor do inventariado era de 6:593\$500 (seis contos, quinhentos e noventa e três mil e quinhentos réis), descontadas as despesas, o valor líquido era de 6:325\$376 (seis contos, trezentos e vinte e cinco mil e trezentos e setenta e seis réis), provavelmente dividido entre a sua mulher e a filha menor, que moravam no Rio de Janeiro.

O principal bem de Franklin Fraga era à famosa fazenda Santa Isabel, além de um bem material, a fazenda era simbólica. As terras foram avaliadas em 2:500\$000 (dois contos e quinhentos mil réis). Possuía, na mesma fazenda, uma casa grande, no valor de 700\$000 (setecentos mil réis) e uma casinha em ruínas, no valor de 60\$000 (sessenta mil réis). A casinha era moradia de vaqueiros. As aguadas (tanques e caldeirão) serviam às setenta cabeças de gado vacum, avaliadas cada uma em 25\$000 (vinte e cinco mil réis) e aos outros animais arrolados: oito cabras, dez ovelhas, dois cavalos, uma égua, um burro, uma mula, oito gansos e um pavão. Único inventário que foi encontrado aves. Ainda que não apareçam nos inventários, as galinhas eram fundamentais à alimentação dos sertanejos. Das aves era a mais usual nas mesas sertanejas.

O interessante que esses foram os bens ligados a fazenda Santa Isabel, mas Franklin de Meneses Fraga possuía também uma casa em terreno foreiro no adro central da Vila do Orobó, localizada na praça da igreja do Rosário do Orobó, uma morada privilegiada do ex-presidente da Câmara do Orobó. O fazendeiro dividia a rotina entre a morada rural e a urbana. A casa foi avaliada em 1:250\$000 (um conto e duzentos e cinquenta mil réis), composta por uma porta e três janelas, tendo o quintal fechado por muro. Foram avaliados vários móveis da casa: mesas, bancos, bancas, lavatórios, cadeiras, candeeiros, caixinhas para viagens,

²¹⁸ Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Franklin de Meneses Fraga, autuado em 1884.

marquesa, sofá, espelho, relógio e outros bens, essenciais para o mínimo conforto da família. Foi o único inventário que entre os objetos, foram encontrados livros. Como a fazenda Santa Isabel era frequentada por um grande intelectual baiano, o poeta Castro Alves, não deveria faltar livros, foram encontrados dezesseis encadernados de diversas matérias e quatorze de brochuras. Era um ambiente que se preocupava com o mundo do saber.

Depois da amostragem dos bens de alguns dos Mascarenhas, não deveria faltar o cidadão mais poderoso da região, Florentino Pereira Mascarenhas. Ele declarou em 1864 no seu testamento,²¹⁹ que era natural da Vila de Santana do Camisão e morador da Freguesia do Rosário do Orobó, termo da mesma Vila do Camisão, comarca de Feira de Santana, Província da Bahia. Outrossim, declarou que era filho legítimo de José Pereira Mascarenhas e Nazária Maria das Virgens, ambos falecidos. Declarou ainda que era viúvo de Maria Malachias de São José, cujo matrimônio teve oito filhos, todos falecidos antes da esposa. O testamento não informa com quantos anos Maria Malachias faleceu, mas é atípico todos os filhos morrerem antes da mãe. Se não houvesse essas mortes, haveria muita gente para dividir a riqueza do cidadão mais rico da região.

Florentino Mascarenhas declarou também que tinha três filhos com Maria Torquata de Jesus: Ana de Jesus Maria, com nove anos incompletos; Florentino, de seis anos incompletos; Marciano, de quatro anos incompletos, os quais seriam os legítimos herdeiros. Afirmou que, por conhecê-los como seus legítimos filhos, os dois primeiros, Ana e Florentino, se achavam com carta de perfilhação pelo Cartório de Órfão de Juízo Municipal e Órfãos da Vila de Santana do Camisão. E se casasse com Maria Torquata de Jesus não haveria impedimentos nem da parte dele, nem da parte dela.

Florentino Mascarenhas casou-se com Maria Torquata,²²⁰ que não foi herdeira do marido, apenas os seus três filhos, por ter-se casado sem comunhão de bens. Do valor bruto do monte-mor de 52:680\$000 (cinquenta e dois contos, seiscentos e oitenta mil réis), consta no inventário²²¹ que foi descontado o valor de 1:887\$310 (um conto, oitocentos e oitenta e sete mil e trezentos e dez mil réis) para pagamento do inventariante e testamenteiro capitão Felipe Fernandes Serra o valor adjudicado das despesas do inventário, partilhas, selos dos quinhões hereditários, autos, despesas com funeral e outras despesas, ficando o valor líquido do monte-mor de 50:782\$730 (cinquenta contos, setecentos e oitenta e dois mil e setecentos e

²¹⁹ Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Testamento de Florentino Pereira Mascarenhas (1864), p. 19.

²²⁰ BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 135.

²²¹ Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Florentino Pereira Mascarenhas, autuado em 1865.

trinta réis). Esse valor foi dividido em três partes iguais, cabendo o valor da terça de 16:930\$910 (dezesseis contos, novecentos e trinta mil e novecentos e dez réis).

O valor das outras duas partes foi avaliado em 33:861\$820 (trinta e três contos, oitocentos e sessenta e um mil e oitocentos e vinte réis), o qual foi dividido em três partes iguais pelos três herdeiros, cabendo a cada um deles 11:287\$273 (onze contos, duzentos e oitenta e sete mil e duzentos e setenta e três réis). Já da terça houve o abatimento de 3:131\$380 (três contos, cento e trinta e um mil e trezentos e oitenta réis) com o pagamento do cumprimento de legados do finado e dos valores com pagamento das liberdades dos escravos, e mais o abatimento de 689\$976 (seiscentos e oitenta e nove mil e novecentos e setenta e seis réis) com o pagamento da vintena, ficando o valor da terça em 13:109\$554 (treze mil contos, cento e nove mil e quinhentos e cinquenta e quatro réis), dividido pelos três herdeiros, cabendo a cada 4:365\$851 (quatro contos, trezentos e sessenta e cinco mil e oitocentos e cinquenta e um réis). Desse modo, o quinhão de cada um dos herdeiros ficou em 15:657\$124 (quinze contos, seiscentos e cinquenta e sete mil e cento e vinte e quatro réis).

Entre os bens arrolados de Florentino Pereira Mascarenhas estavam seis fazendas com benfeitorias como currais, chiqueiros (um deles de pau a pique) e fontes, onde eram criados em seus respectivos lugares: 891 cabeças de gado vacum (30\$000 a unidade); 180 cabras (10\$000 a unidade); 357 ovelhas (12\$000 a unidade); nove cavalos, alguns russos (os grandes, 50\$000 a unidade e os pequenos, 30\$000 a unidade), três éguas (40\$000 a unidade), três poldros (40\$000 a unidade), seis poldras (20\$000 a unidade) e um burro (60\$000 a unidade).

Decerto não se produzia tanto para o consumo próprio, como já foi sinalizado, o excedente era vendido na própria região e em outras localidades. Quanto aos gados cavallares, eles eram fundamentais para o trabalho dos vaqueiros nas atividades cotidianas. Havia uma maior quantidade de poldras do que poldros, uma possibilidade de aumentar as crias. Nenhum cachorro foi acrescentado aos bens, aliás, em nenhum dos inventários eles foram encontrados. Não apareciam pelo evidente fato de não serem configurados como uma mercadoria, mas que certamente abundavam nas fazendas. Como pastores ou caçadores, sempre foram lembrados como auxiliares na vigilância da propriedade.²²²

Entre os bens estavam as terras da fazenda dos Meios, onde Florentino Mascarenhas morava, que herdou da sua ex-sogra Ana Francisca de São José, avaliadas em 200\$000 (duzentos mil réis). Outras terras da mesma fazenda foram compradas de Custódio Sibério

²²² HENRIQUE, Juliana da Sila, op. cit., p. 133.

Gomes da Santa Cruz e sua mulher Carlota Carolina Rosa, avaliada em 300\$000 (trezentos mil réis). Foi avaliada também no valor de 200\$000 (duzentos mil réis), uma casa, com porta e janela de frente, com três milheiros de telhas, feita de taipa. Nem o cidadão mais rico da região tinha casa confortável. Outra casa velha foi avaliada em 40\$000 (quarenta mil réis), com uma porta de frente, com dois milheiros de telhas, já bastante arruinada. Características de casas de vaqueiros, por ser mais simples que a casa de taipa do dono da fazenda. Existia na fazenda dos Meios móveis como mesas, camas, arcões de selas, caixas e um oratório, alguns desses objetos de couro: camas, cangas e selas. Entre os objetos, o que chamou a atenção foram as cinco imagens: de Santo Cristo, de São José com um menino, de Santo Antônio, de Senhora da Conceição e de Senhora Santana. Todos santos católicos. Havia uma capela na fazenda.

Das fazendas, a mais bem avaliada foi a das Flores, somando os valores das terras e da casa, obtêm-se um valor expressivo de 2:300\$000 (dois contos e trezentos mil réis). As terras foram adquiridas: duas sortes compradas de Joaquim de Oliveira Fraga e sua mulher, e outras duas sortes compradas de Miguel Oliveira Fraga e sua mulher e de Gaspar Ferreira de Cerqueira e sua mulher. A casa da fazenda era simples, estrutura semelhante as demais casas arroladas nos inventários. Não era onde o fazendeiro morava, uma ilustração que nem sempre um rico escolhia morar nos espaços mais valiosos, talvez tenha preferido morar na fazenda dos Meios por uma questão de pertencimento, e não por motivos materiais.

Porém, as terras avaliadas de menores valores foram as da fazenda Serra Preta, uma sorte de terras foi comprada de seu irmão Joaquim de Figueiredo Mascarenhas (homônimo do primo) e sua mulher por 50\$000 (cinquenta mil réis), e outra comprada do mesmo casal por 100\$000 (cem mil réis). Ainda havia uma pequena sorte de terras que Florentino Mascarenhas herdou da ex-sogra, Ana Francisca de São José, avaliada em 50\$000 (cinquenta réis). Além das heranças, verifica-se que eram comuns compras e vendas de terras entre os membros da elite local, mormente entre familiares, mecanismos das tradicionais famílias regionais para continuarem como donas das terras. Na fazenda Serra Preta tinha uma casa simples, avaliada em 200\$000 (duzentos mil réis). Entre os bens da fazenda, além de dois machados e três foices, o que se destacaram foram os seguintes objetos: uma roda de ralar mandioca, três coxos para massas e uma gamela de cedro. Eram objetos essenciais para ajudar no fabrico da farinha de mandioca.

Florentino Pereira Mascarenhas ainda tinha duas casas e um terreno na Freguesia do Orobó. Como outros ricos da região dividia a rotina entre as fazendas e o núcleo populacional. Ele era proprietário de uma casa com duas janelas e uma porta de frente na Rua da Paz,

avaliada em 1:000\$000 (um conto de réis). A outra casa também era localizada na mesma rua, tinha quase a mesma estrutura da outra, avaliada também em 1:000\$000 (um conto de réis). Ainda tinha um terreno, com duas braças e meia de terras baldia na mesma Rua da Paz, avaliado em 35\$000 (trinta e cinco mil réis). Em meio aos inventariados, Florentino Mascarenhas foi o único a ter bens banhados a prata e a ouro: foram arroladas colheres com trinta e seis oitavas de pratas, avaliadas em duzentos e quarenta réis a oitava e o valor de todas por 8\$640 (oito mil e seiscentos e quarenta réis); e dezenove oitavas de ouro em um colar, avaliado a 3\$000 (três mil réis) cada oitava, e o valor de todas por 57\$000 (cinquenta e sete mil réis). Entre os bens dos Mascarenhas, as colheres e o colar são os que mais representam luxo.

Marcos Brandão enumerou em seu estudo que Florentino Pereira Mascarenhas possuía nove fazendas²²³ e no inventário de Florentino Mascarenhas constam seis fazendas.²²⁴ Das fazendas presentes no inventário, apenas a fazenda Serra Preta não consta nos dados de Brandão. Não se sabe o que foi feito com essas fazendas que não aparecem no inventário, talvez tenham sido vendidas após a morte de Florentino Mascarenhas antes dos bens serem arrolados, outra possibilidade é terem sido negociadas pelo próprio fazendeiro.

Em que pesem as fazendas se configurarem como espaços fundamentais para descortinar a história do Sertão da “Pedra que Brilha” e de outros sertões, os principais personagens da pesquisa – senhores de escravos e segmentos populares sertanejos –, ou moravam nas fazendas ou exerciam atividades ligadas às fazendas agropecuaristas. A fazenda mais cara encontrada na documentação foi a Santa Isabel, segundo Epitácio Pedreira foi transmitida dos herdeiros de Franklin de Meneses Fraga para Francisco Pereira dos Santos (morador de Curralinho, atual município de Castro Alves), e a este sucedeu o coronel Luís Fernandes, até 1943, quando coube por herança a seu genro José Dias Laranjeira, o qual vendeu ao cunhado Francisco dos Santos Serra. Atualmente é domínio de outros compradores, que fizeram benfeitorias na mansão e diz-se da pretensão de tombamento, inclusive as pinturas e reformas da casa cobriram os versos manuscritos a lápis das paredes, feitos pelo poeta Castro Alves.²²⁵

No inventário do latifundiário regional²²⁶ Florentino Pereira Mascarenhas, constam 17 escravos, mas não foram identificadas as profissões de todos. Dos que foram informadas as

²²³ BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 131-132.

²²⁴ Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Florentino Pereira Mascarenhas, autuado em 1865.

²²⁵ CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de, *Pedra que Brilha...*, op. cit., p. 61-62.

²²⁶ BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 133.

profissões, houve a dependência de Florentino Mascarenhas sobretudo com escravos inerentes à lavoura, a pecuária e serviços domésticos, além da dependência de mão de obra livre.²²⁷ Entre os líderes regionais comparados, quem mais possuía escravos era o coronel Quintino Soares da Rocha (131 escravos) e por sua vez, quem menos possuía era Florentino Pereira Mascarenhas (17 escravos). Ainda assim, Florentino Mascarenhas era o principal reprodutor da sociedade escravista na Região de Itaberaba. No terceiro capítulo aparece detalhes dos modos de vida de alguns escravos que pertenciam a ele.

É possível que a fortuna da família Mascarenhas tenha ampliado com o entroncamento com a família Rocha Passos, o herdeiro Florentino Mascarenhas aproveitou os bens de ambas as famílias, a riqueza se confirma no seu volumoso inventário, que possibilita perceber como os bens estavam praticamente nas mãos de um só sobrenome. Para administrar a riqueza, necessitava decerto de uma grande quantidade de dependentes, pessoas livres e escravizadas.

A autossuficiência era comum a muitas das grandes propriedades rurais nas quais os fazendeiros possuíam escravos especializados em diversos ofícios, além do acesso facilitado a matéria-prima para confecção de inúmeros produtos por conta própria.²²⁸ Como habitante de uma região pobre, era relevante o perfil de fazendeiro de autossuficiente de Florentino Pereira Mascarenhas, pois era mais vantajoso produzir o próprio alimento e vender o excedente do que comprar de terceiros.

Como maior possuidor da tríade sertaneja no período de extinção gradual da escravidão na região, o poder econômico de Florentino Pereira Mascarenhas acabara influenciando o poder local. Ele conseguiu perpetuar o poder dos Mascarenhas. No período estudado a região dependia da riqueza dele, pois depois de sua morte, coube ao seu genro Antônio Olympio Mascarenhas²²⁹ como um dos administradores dos seus bens, se destacar em diversas atividades. Antônio Olympio recebeu de presente o sobrenome Mascarenhas e a obrigação de manutenção do remoto poder da família na região. Não há informações sobre o passado de Olympio antes do vínculo com a família Mascarenhas, as fontes não versam se era oriundo ou se migrou para a Região de Itaberaba.

No testamento²³⁰ de Florentino Pereira Mascarenhas confeccionado em 1864, Ana de Jesus Maria, filha de Florentino Mascarenhas e futura mulher de Antônio Olympio, aparece

²²⁷ Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Florentino Pereira Mascarenhas, autuado em 1865, pp. 10-11.

²²⁸ HENRIQUE, Juliana da Sila, op. cit., p. 72.

²²⁹ Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Série: procuração. Antônio Olympio Mascarenhas (1867).

²³⁰ Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Testamento de Florentino Pereira Mascarenhas, autuado em 1864.

com apenas nove anos incompletos e seus irmãos Florentino, com seis anos incompletos, e Marciano, o mais novo, com apenas quatro anos. A diferença de idade dos irmãos Maria e Florentino era de apenas três anos. Há informações que em 1867, Olympio era genro de Florentino Pereira Mascarenhas.²³¹ Ou Ana de Jesus Maria teria casado muito nova com Olympio, pois em 1867 tinha apenas doze anos. Ou se não casou, teria assumido um compromisso afetivo com Olympio. Nesse ano, ele tinha apenas 19 anos.

Desde a morte do sogro até 1888, houve uma grande influência de Antônio Olympio na região, corriqueiramente na documentação seu nome se repete, primeiro com título de capitão e, logo em seguida, com o título de tenente-coronel,²³² também era suplente de juiz de órfãos,²³³ e na falta do titular assumia o posto. Antônio Olympio Mascarenhas se destacou também como dono de imóveis e comerciante local. Ele se aproveitou do crescimento populacional da Vila do Orobó, numa sociedade que em 1872 já aparecia com pouco mais de 11.000 habitantes,²³⁴ devido a sua riqueza, as principais tomadas de decisões perpassavam diretamente ou indiretamente por suas assinaturas. No processo de divisão social do trabalho, os Mascarenhas continuavam como donos dos meios de produção, responsáveis por uma gama de dependentes, escravizados ou não.

Mas, ambos não eram envolvidos com as mesmas atividades econômicas, apesar da missão de Antônio Olympio de tentar manter o poder dos Mascarenhas. Percebe-se nas fontes que Florentino Pereira Mascarenhas era ligado as atividades econômicas da zona rural e Antônio Olympio as da zona urbana. Porém, um núcleo populacional como a vila do Orobó, a distância era pequena entre o mundo rural e o mundo urbano, como se não houvesse uma linha divisória entre o que pertencia a zona rural e o que pertencia a zona urbana. Mesmo com o início da urbanização, houve a forte presença de produtos da agropecuária vendidos na vila, sobretudo nas feiras. Também, comerciantes como Antônio Olympio Mascarenhas, forneciam ferramentas que serviam para a utilização de vaqueiros e lavradores no campo.

As fontes quase não sinalizam o envolvimento de Antônio Olympio com o mundo rural, ainda que quase todo o patrimônio da família fosse oriundo de atividades agrárias. Inclusive, um processo de pagamento de 1871, informa que Antônio Olympio recebeu da Intendência Municipal da Vila do Orobó a importância de 40\$000 (quarenta mil réis) de

²³¹ Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Série: procuração. Antônio Olympio Mascarenhas, autuado em 1867.

²³² Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Maria de Figueiredo Mascarenhas, autuado em 1880.

²³³ Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Eugênio Fernandes Serra, autuado em 1881.

²³⁴ GUERREIRO, Cleia Dias, op. cit., p. 32.

aluguéis referente aos meses de janeiro, fevereiro e março.²³⁵ Já um registro contábil de 1887, calculou as dívidas da Câmara Municipal do Orobó do mês de abril a junho de produtos diversos no valor de 20\$720 (vinte mil, setecentos e vinte réis), com o armazém de fazendas, miudezas, drogas, ferragens e molhados que pertencia ao comerciante Antônio Olympio Mascarenhas.²³⁶

Após a morte do sogro, não há dúvidas que dos Mascarenhas a figura que mais apareceu nas fontes foi Olympio. Ele foi notícia até num grande jornal da capital que circulava na Bahia. O Jornal do Comércio de 1888 noticiou: Pereira & Monteiro declaram que não autorizaram a dissolução da firma social Antônio Olympio Mascarenhas & Cia, estabelecida na Vila do Orobó, e por isso continuam a ter como responsáveis pela quantia que lhe é devedora a mesma firma, os seus sócios solidariamente responsáveis, Antônio Olympio Mascarenhas e Virgílio das Neves.²³⁷

A fonte versa que a intenção de Olympio e seu sócio era fechar a firma para não pagar a dívida. Esse tipo de prática que o jornal destaca era comum para aqueles que evitavam pagar propositalmente impostos e até os seus funcionários, ou mesmo estavam falidos. Isso é uma prática antiga, e foi feito por uma pessoa que pela quantidade de bens, teria condições de efetuar o pagamento. A firma estava registrada com o nome de Antônio Olympio Mascarenhas. Ou o cidadão responsável em manter o poder dos Mascarenhas, encarou o objetivo, lançando mão até da ilegalidade, enfim se apropriou da desonestidade para defender o sobrenome Mascarenhas; ou não tinha condições de pagar as dívidas, pois estava entrando em falência. Na verdade, Olympio já era famoso em se envolver em conflitos, como se verifica numa procuração de 1867:

contrariando os embargos, diz Antônio Olympio Mascarenhas, tutor interino dos menores seus cunhados Florentino, e Marciano, filhos do falecido Florentino Pereira Mascarenhas, contra o capitão Felipe Fernandes Serra, por esta e pela melhor forma de direito. Porque o embargado Antônio Olympio Mascarenhas no carácter de tutor interino de seus cunhados Florentino, e Marciano, deve entrar na posse dos bens de seus tutelados, e neste sentido requere o que consta da petição.²³⁸

²³⁵ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Processos de Pagamentos, cx. 923, (1871).

²³⁶ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Registros Contábeis, cx. 927, (1887).

²³⁷ Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Série: carta precatória de diligência notificatória. Anexo: Jornal do Comércio, 11 de junho de 1888.

²³⁸ Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Série: procuração. Antônio Olympio Mascarenhas (1867).

Não se sabe o final da disputa judicial de Felipe Fernandes Serra – testamenteiro e inventariante de Florentino Pereira Mascarenhas e também tutor dos menores Florentino e Marciano, filhos de Florentino Mascarenhas –, com o tutor interino e cunhado dos menores, Antônio Olympio Mascarenhas. Pois as páginas seguintes que verificaria a elucidação do impasse não estão em boa condição de leitura. Apenas aparece a restrita informação de Felipe Fernandes Serra já se encontrando como ex-tutor dos menores. Talvez Olympio tenha conseguido a titularidade oficial de tutor dos menores. Foi juntando esses privilégios, anexados aos bens materiais, que ele conseguiu crescer ainda mais sua fortuna. Outrossim, a fonte reporta que o embargado (Olympio) não exigiu a nomeação de tutor interino, aceitou como obediente a lei, e com o objetivo de acautelar o prejuízo dos seus cunhados menores. Porém da fonte se tira a conclusão das intensas disputas até entre líderes locais, que antes tinham boas relações sociais.

Mas no vai e vem das relações sociais, uma outra fonte²³⁹ mostra novamente o encontro entre os dois. Em 1881, Antônio Olympio se apresentava como juiz de órfãos no inventário de Eugênio Fernandes Serra, irmão de Felipe Fernandes Serra. Mesmo com a existência de conflitos entre os líderes locais, numa comunidade sertaneja de estrutura social como a Vila do Orobó, era impossível eles não se reencontrarem, os contatos eram inevitáveis. Em 1867, Olympio era tutor interino de menores e em 1881 juiz de órfãos, pelo fato de ser suplente, substituiu o juiz titular que se encontrava ausente. Já em ambas as situações, Felipe Fernandes Serra exercia a função de inventariante.

Desse modo, apesar das disputas, as mesmas figuras se repetiam e ocupavam os lugares mais privilegiados da Vila do Orobó. Antônio Olympio Mascarenhas foi capitão, tenente-coronel, tutor dos cunhados, juiz de órfãos, comerciante, dono de imóveis: um cidadão multifuncional, onde carecia de uma grande habilidade para lidar com as diversas situações do cotidiano, até foi acusado de desonestidade como já foi ilustrado, no caso de sua firma. Assim foi se consolidando o legado dos “donos do poder” da Região de Itaberaba.

²³⁹ Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Eugênio Fernandes Serra autuado em 1881.

CAPÍTULO III – TERRA DA AGROPECUÁRIA

1. Organização social regional

A Terra dos Mascarenhas, no que diz respeito a sua vocação produtiva, tem características fortemente agropecuaristas, que são percebidas nos inventários, nos livros de notas, e também nas correspondências entre as autoridades provinciais e municipais nas duas décadas finais da escravidão na Bahia. Algumas delas cobravam dos líderes locais o que era produzido na região, como uma de 26 de dezembro de 1879, do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para o Palácio da Presidência da Província da Bahia, e reenviada para a região, em Aviso Circular, que solicitou relatórios com informações minuciosas sobre o estado geral da agricultura, da pecuária e apicultura da província da Bahia. A Comarca do Orobó não ficou ao largo do aviso e foi informada a cumprir com urgência o designado e remeter as informações do município.²⁴⁰

As correspondências são ricas ao fornecer esse tipo de informações. Não há missivas das décadas de 1850 e 1860, entretanto foram compulsadas 25 missivas das décadas de 1870 e de 1880.²⁴¹ A abertura de estradas e de linhas férreas na região pode ter contribuído para o aumento das correspondências durante a década de 1870 em diante, vias para as trocas mais rápidas de notícias. As correspondências de autoridades e funcionários civis, militares e eclesiásticos, muito mais que processos burocráticos, constituem-se em diários das comunidades dos missivistas. Elas revelam fatos, até elementares, de natureza jurídica, política, policial, social, econômica e religiosa. A consulta, mesmo parcial, possibilita reconstituir significativos aspectos da vida cotidiana da comunidade estudada.²⁴²

Numa correspondência de 1887, autoridades da Comarca da Vila do Orobó informaram ao Governo da Província a produção agrícola da região, cultivavam-se: café, algodão, cana de açúcar, mandioca, milho, feijão, arroz, trigo, fumo e frutas diversas.

²⁴⁰ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Recebidas, cx. 905, seção 2, nº. 1558, (1879).

²⁴¹ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Expedidas e Recebidas, cx. 904-905, (1870-1890).

²⁴² NEVES, Erivaldo Fagundes, *Uma comunidade sertaneja...*, op. cit., p. 16.

Inclusive as frutas eram utilizadas na pecuária, completando a alimentação do gado.²⁴³ A fonte corrobora a associação da agricultura com a pecuária, pois o gado também era alimentado com produtos agrícolas, vaqueiros e lavradores dividiram, assim, as tarefas em relação à produção do gado. Desse modo, é uma fonte que evidencia a atividade da agropecuária na Região de Itaberaba.

Além do interesse com informações em relação à produção regional, havia também interesses por parte das autoridades da Província da Bahia em saber sobre a origem e qualidade das terras onde eram plantadas as policulturas e criados gados. Percebe-se isso em uma circular, enviada da Província da Bahia para a Vila do Orobó:

declarando-me o Ministério da Fazenda por Aviso Circular de 04 do corrente, em additamento ao dia 12 de dezembro de 1887, que, em virtude de requisição dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em Aviso n.º. 1 de 15 de fevereiro proximo passado, com quanto a concessão do aforamento dos terrenos das extintas aldeias de índios seja atualmente da competência das respectivas comarcas Municipaes, em vista dos dispostos no artigo 8.º., n.º. 3 parágrafo 3.º. da Lei n.º. 3348 de 20 de outubro ultimo, só poderão ellas effectuar os aforamentos requeridos, depois que pelo Ministério da Agricultura for-lhes comunicado não serem as terras devolutas dos ditos aldeamentos necessarios para os fins de que trata a Lei de 18 de setembro de 1850, para o que deverão as Camaras Municipaes solicitar do referido Ministerio informação em cada caso particular, assim o comunico à Camara Municipal da Vila do Orobó para seu conhecimento e devidos effectos.²⁴⁴

Numa terra de muitas fazendas produtivas, durante todo o período de extinção gradual da escravidão persistiu a preocupação com as questões agrárias, inclusive algumas das terras referidas pertenceram a grupos indígenas. Além das autoridades da capital solicitarem informações sobre os donos das terras, cobravam também dos líderes locais informações sobre terras devolutas da região. Na verdade, o interesse era estritamente econômico. Quanto mais terra produtiva, melhor para a economia regional. Pouco se importava com quem produzia as riquezas e os seus modos de vida nas fazendas e nas terras que sofreram aforamentos.

Para escoar a produção regional as pessoas necessitavam de meios de transportes eficientes. Até então, o mais usual era o de tração animal, sobretudo burros e mulas. A região carecia de estradas em boas condições para facilitar a condução das mercadorias e a circulação das pessoas. Existia desde o período colonial essa preocupação, entretanto, foi em

²⁴³ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Recebidas, cx. 905, (1887).

²⁴⁴ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Recebidas, cx. 905, seção 1, n.º. 526, correspondência enviada dia 18 de abril de 1888.

meados do século XIX que reiniciou o investimento em novas estradas²⁴⁵ e recuperação dos velhos caminhos, para tentar minimizar as distâncias entre as localidades. Um abaixo assinado de 17 de março de 1855, enviado da freguesia do Orobó por Bernardo José das Neves para a Presidência da Província da Bahia, solicitava a abertura de uma estrada para ligar a freguesia do Orobó à povoação de Lençóis no auge da exploração diamantífera. O pedido foi atendido em 1 de outubro do mesmo ano.²⁴⁶ Vê-se numa missiva de 1886, que perdurou até o final do século a preocupação das autoridades de ligar as duas regiões.²⁴⁷

Já as ferrovias,²⁴⁸ em territórios baianos, foi um fenômeno de meados do século XIX, outra alternativa para encurtar as distâncias entre as comunidades baianas, ajudando também nos deslocamentos das pessoas e na logística dos produtos. Vaqueiros do Alto Sertão da Bahia enfrentavam privações em suas longas viagens. Tocavam boiadas percorrendo todo o sertão, chegando até às estações ferroviárias, alguns embarcavam nos trens junto com os boiadeiros e as boiadas. Antes das viagens, os vaqueiros reuniam e marcavam as boiadas, para depois transportá-las até as estações ferroviárias de Machado Portela (atual Marcionílio Sousa) e Queimadinhos (atual Itaetê), próximo a Região de Itaberaba. Alguns vaqueiros e tropeiros eram contratados temporariamente para destinação das boiadas e das cargas para

²⁴⁵ Os exemplos pelo Estado da Bahia começam pela estrada de Rio de Contas para a Província de Minas Gerais que data de 30 de julho de 1846; São José das Itaporocas para Coité data de 15 de abril de 1853; Feira de Santana a Xique-Xique em 1854; ofício assinado pelo governo de aprovação da estrada de Monte Alto para Carinhanha de 20 de novembro do mesmo ano de 1854; nova estrada de Feira de Santana para Jacobina datada de 06 de junho de 1855; o governo “manda abrir 11 legoas de estrada desta villa (Tucano) à de Feira de Santana (no valor de 7:000\$000)” em 06 de novembro de 1857. APEB. Seção colonial e provincial. Série viação: estradas (aberturas/descobertas), n.º. 4951, (1843-1886); BRANDÃO, Marcos Sampaio. *Processos socioeconômicos do espaço regional no século XIX e implicações sócio-espaciais na gênese da cidade de Itaberaba – Ba.* Dissertação (Mestrado), UFBA, 2007, p. 153-154.

²⁴⁶ BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 153-157.

²⁴⁷ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Recebidas, cx. 905, (1886).

²⁴⁸ Iniciada no Estado da Bahia a partir da lei do Governo Imperial, n.º 641 de 26 de junho de 1852. Por Decreto n.º 10.102, de 1.º de dezembro de 1888, a Companhia Estrada de Ferro Central da Bahia (antiga The Brazilian Imperial Central da Railway Company Limited, fundado em 03 de agosto de 1873) foi autorizada a executar os estudos preliminares de um ramal na direção das matas do Orobó e o prolongamento da estrada de Machado Portela (atual Marcionílio Sousa) até o vale do Rio de Contas. No entanto, somente em 1912 foram aprovados pelos decretos n.º. 9.754 e 9.815, respectivamente, de 04 de setembro e de 09 de outubro do mesmo ano, os novos e definitivos estudos referentes a esse ramal. Começando de Sítio Novo (atual Iaçú) até Itaberaba, com 30 quilômetros de extensão e desta ao povoamento de Itaíba, com 11, 486 quilômetros. A estação de Itaberaba (sede) foi inaugurada, juntamente com a linha, em 1.º de outubro de 1926, e ao ser reconstruída, ruiu, em julho de 1944, havendo outra mais ampla e moderna, atualmente com outra serventia. Os pontos de parada da estrada de Ferro Central entre o Rosário do Orobó e São Félix eram: Sítio Novo, Varlândia, Lajedo Alto, Pedra Branca (atual Itatim), Serra Grande, Tapera (atual Santa Terezinha), Currallinho (atual Castro Alves), Candeal, Jenipapo, Petim, Manoel Vitorino, Cruz das Almas, Salvador Pinto (atual Muritiba) e São Félix. SIMÕES, Lindinalva. *As estradas de ferro do Recôncavo.* Dissertação (Mestrado em Arquitetura), 2. ed. Salvador: UFBA, 1977; CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de. *Pedra que Brilha.* 3 ed. EGBA, Salvador, 2003, p. 145; BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 154.

essas estações.²⁴⁹ As boiadas seguiam para o Recôncavo Baiano e em Salvador eram abatidas e comercializadas. Em 1868 o fornecimento de carne para a capital da província era o seguinte: de abril a outubro a arroba chegava ao preço máximo de 2\$500 (dois mil e quinhentos réis) e de outubro a março o preço máximo era de 3\$200 (três mil e duzentos réis).²⁵⁰

Uma carta de autoridades políticas da Província da Bahia para a Vila do Orobó pedia informações sobre terras devolutas próxima a rios navegáveis, na zona de estradas de ferro.²⁵¹ A área estaria localizada em Sítio Novo (atual Iaçú), o primeiro núcleo populacional da região a receber linhas férreas. Outra missiva revela que haviam algumas estradas, inclusive uma delas ligava a Vila do Orobó a Estrada de Ferro Central, distante quatro léguas no lugar denominado Sítio Novo.²⁵² Poderia o gado e os produtos das policulturas da região serem levados até Sítio Novo e de lá embarcados até os mercados do Recôncavo Baiano e litorâneos. Enquanto as ferrovias não chegavam na Vila do Orobó, era uma opção percorrer 30 quilômetros até Sítio Novo.

Os produtos que não eram vendidos para outras regiões, eram adquiridos pela população nas feiras livres. Elas reuniam, uma vez por semana, moradores das roças, sitiantes, lavradores, pessoas que levavam para vender a sua pequena produção em carros de boi ou em mulas carregadas de bruacas. Disponham além de raizeiros, de gêneros do roçado, como o feijão, a farinha de mandioca, o milho, o café torrado, o arroz, a rapadura, verduras, frutas e outros produtos.²⁵³ Uma fonte evidencia o interesse das autoridades com feiras livres da região:

comunico que foi publicado no dia 07 do andante anno o edital para ser a reunião das feiras livres desta freguesia nos dias de quinta feira e não havendo hontem 14 do corrente mes concorrencia por terem todos atendido ao disposto pela respeitável Camara Municipal, a huma hora da tarde Manoel Moreira de Pinho que não tem costume de vender víveres na quitanda, carregou para ali uma carga de milhos verdes que já estava em casa e em altas vozes proclamou que estava na feira e que aqueles que quisessem chegassem, e dirigindo ao lugar disse lhe que não continuasse com aquele procedimento, e de tres horas da tarde athe a noite ocupou-se o mesmo em beber cachaça e dirigir insultos prometendo a tiros em homens

²⁴⁹ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico internacional e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1888)*. São Paulo: Annablume, 2009, pp. 151-153.

²⁵⁰ APEB. Seção colonial e provincial. Série agricultura: abastecimento, gado, carne, n.º. 4630, (1823-1888); BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 159.

²⁵¹ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Recebidas, cx. 905, seção 2ª., n.º. 374, (1884).

²⁵² APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Recebidas, cx. 905, (1887).

²⁵³ PIRES, Maria de Fátima Novaes, op. cit., p. 98.

mansos e pacíficos que tratarão de outros negócios. E quantos me cumpres por hoje levas ao conhecimento de Vossa Excelência.²⁵⁴

Essa missiva foi enviada da Freguesia de Santo Antônio dos Viajantes (atual Rui Barbosa) para a Câmara Municipal da Vila do Orobó, que na época julgava e executava problemas do cotidiano regional, como o ocorrido na freguesia. A preocupação das autoridades se dava pelo fato das feiras livres ajudarem a mover as economias locais e, portanto, a regulamentação dos dias e horários permitidos para a prática deveria garantir a organização e bom andamento dos negócios, ordem desafiada por Manoel ao estabelecer sua barraca de milho no dia em que a feira livre havia sido suspensa.

A missiva revela o cotidiano de pessoas ligadas às feiras livres, muitas delas depois de venderem ou comprarem seus produtos, frequentavam vendas e botecos ao redor das feiras para consumirem bebidas alcoólicas. Havia casos que os feirantes levavam cachaças para consumirem ao mesmo tempo em que trabalhavam nas quitandas - tabuleiros onde os feirantes colocavam as mercadorias que seriam vendidas, sobretudo frutas, verduras e ovos. Eram corriqueiras essas práticas acontecerem também na região pesquisada por Pires, que reitera ainda que as feiras livres não se apresentavam somente como um lugar de trocas comerciais, mas de contato e de sociabilidades, de grande parte da população.

Os costumes e hábitos de moradores das roças, praticamente não se diferenciavam daqueles que viviam nas pequenas cidades sertanejas. Em dias de feira livre, os trânsitos culturais eram ainda mais intensos. As tentativas de redefinição desses espaços sociais, através de mecanismos disciplinadores, resultaram em algumas ocasiões, em embates com a população local, principalmente porque muitos deles insistiram em intervir em modos de vida constituídos de longa data. Regulamentações dificultariam os negócios dos pequenos sítiantes porque recomendavam uma série de restrições que passava por cima de “valores coletivos” e de costumes importantes para a garantia da sobrevivência dos mais pobres. A maior parte da produção agrícola de Rio de Contas e Caetitê em geral, destinava-se ao cultivo de mantimentos para subsistência e para a venda nas feiras livres semanais. Pequenos lavradores vendiam a produção de suas roças diretamente nas feiras.²⁵⁵

As autoridades das comunidades sertanejas se preocuparam em disciplinar os pequenos comércios populares. Logo após a criação da Vila do Orobó em 04 de maio de 1877, a Câmara Municipal encaminhou documento para habilitação de corpo legislativo, assim como o orçamento municipal e as posturas municipais. As posturas municipais tinham

²⁵⁴ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Recebidas, cx. 905, correspondência enviada dia 15 de março de 1885.

²⁵⁵ PIRES, Maria de Fátima Novaes, op. cit., p. 98 e 271.

o intuito de organizar a vida cotidiana da vila e o seu crescimento. Eram as leis que regiam o espaço urbano e promoviam sua organização. Determinavam todas as ações executadas e a executar nos domínios da vila. O não cumprimento das posturas resultava em multa ou prisão para os infratores, e o julgamento e execução destas eram de responsabilidade da Câmara, pois até 23 de agosto de 1883 não havia “advogado legalmente habilitado” nesta vila.²⁵⁶ O ocorrido numa feira livre da Freguesia de Santo Antônio dos Viajantes transgrediu as normas das posturas municipais, coube a Câmara da Vila do Orobó como rede municipal, que na época tinha plenos poderes, avaliar o caso para aplicar as devidas providências punitivas.

Sabe-se que a Câmara era eleita para servir à população durante quatro anos.²⁵⁷ As instruções da Constituição de 1824, que criou o estatuto eleitoral, permaneceram por quase todo o Império, apenas eram acrescentadas modificações secundárias. O sistema eleitoral do Império brasileiro estava alicerçado em dois níveis com os eleitores paroquiais ou primários elegendo os eleitores provinciais ou secundários. A estes cabiam a tarefa de escolher os representantes provinciais e nacionais. Estavam excluídos de participar da escolha dos representantes provinciais e imperiais os menores de 25 anos (salvo os casados, oficiais militares, bacharéis e clérigos), aos filhos-família, aos criados de servir (sem que compreendessem os guarda-livros e primeiros caixeiros das casas de comércio), aos religiosos que viviam em comunidade clausural e aos que não tivessem renda líquida anual de 100\$000 (cem mil réis) por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego.²⁵⁸ Percebe-se que o sistema eleitoral do Império era extremamente excludente.

Como outras regiões da província da Bahia, não faltava o interesse de se aplicar medidas punitivas e cobrar impostos. Em 1877, Franklin de Meneses Fraga, reivindicava, via carta ao presidente da Província da Bahia, Henrique de Lucena, a criação de uma coletora desmembrada da Vila de Santana do Camisão para controlar a cobrança de impostos, visto as dificuldades de vencer a distância entre a Vila do Rosário e a vila do Camisão, ao qual ainda permanecia jurisdicionada. Havia cobranças, porém faltava uma estrutura básica para o bom funcionamento da sociedade, que caminhava no final da década de 1880 para pouco mais de

²⁵⁶ BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 161 e 164-165.

²⁵⁷ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Recebidas, cx. 905, seção 1ª, nº. 921, 1887.

²⁵⁸ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 9ª. ed. Globo, São Paulo, 1991, pp. 367-368; FERREIRA, Jackson André da Silva. *Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)*. 2014. Universidade Federal da Bahia, p. 75.

11.560 habitantes, maior que Monte Alegre (atual Mairi) com 7.120 habitantes e Baixa Grande com 1.092 habitantes.²⁵⁹

Em 1881, quando uma febre assolou a vila, a maior parte da população se encontrava sem recursos financeiros e não havia médicos ou farmacêuticos. Ainda em 1887, não havia hospital nem médico que atendesse à população. Havia apenas um italiano denominado Luigi Verri atuando como curandeiro na região. Era comum as pessoas recorrerem aos curandeiros e herbanários na busca de cura das doenças. Ainda em 1887, para conter o temor da varíola que já assolava a vila de Currealinho (atual Castro Alves), foi solicitada a presença de um médico da capital da província para a vacinação de 2.000 pessoas da vila do Orobó.²⁶⁰ A preocupação das autoridades com doenças se intensificaram na Província da Bahia desde meados do século XIX, e permaneceu atemorizando até o final da centúria, sobretudo o cólera-morbus:

não obstante medidas tomadas pelo Governo Imperial, continua a aparecer entre nós o cholera-morbus, que infelizmente está grassando em diversos pontos da Europa e acaba de manifestar-se em Buenos Ayres, e sendo certo que os meios preventivos severamente nos centros das populações, recommendo a Comarca Municipal da Vila do Orobó, em vista do Aviso Circular do Ministerio do Império de 09 do corrente, a mais activa vigilancia sobre o stricto cumprimento das disposições regulamentares em vigor e das posturas concernentes a hygiene publica e particular.²⁶¹

O cólera-morbus já havia feito muitas vítimas na província, por isso aumentaram as preocupações das autoridades da capital da província com medidas e vigilâncias sanitárias em toda a Bahia. Onildo Reis David, ao pesquisar a epidemia do cólera-morbus na Bahia (1855-1856),²⁶² constatou que o episódio causou pânico na população, que desconhecia completamente a doença. Os médicos demonstraram pouco conhecimento da moléstia, especulavam sobre suas causas e formas de tratamentos. O flagelo desorganizou a economia, alterou as soluções afetivas e modificou comportamentos seculares, a exemplo do abandono do tradicional costume de enterros nas igrejas.²⁶³ Foi na cidade de Salvador que se deram os primeiros casos na Bahia, dois homens morreram em 1855. O Pará foi a primeira província a

²⁵⁹ APEB. Seção colonial e provincial. Série Judiciária, Orobó, n.º. 2519, 1849-1889; BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 164 e 175.

²⁶⁰ APEB, op. cit., n.º. 2519, 1849-1889; BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 165-166.

²⁶¹ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Recebidas, cx. 905, seção 1ª., n.º. 526, correspondência enviada dia 15 de abril de 1888.

²⁶² DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA/Sarah, 1996.

²⁶³ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

ser atingida, em maio de 1855. No fim de agosto daquele ano o número de vítimas da doença em Salvador cresceu consideravelmente, coincidindo com a chegada de muitas famílias das cidades de Cachoeira e Santo Amaro, onde o flagelo fazia muitas vítimas.

Nas cidades do interior da província, sobretudo, no Recôncavo Baiano, os habitantes conviviam cotidianamente com a confusão e o temor. A falta de regularidade nas medidas profiláticas, a ausência de médicos e autoridades, que fugiam desesperados com medo da morte, aumentava ainda mais a insegurança da população. Os variados tratamentos empregados naquele momento de pouco ou nada adiantaram. Alguns consideravam que os médicos não tinham recursos para evitar a moléstia e passaram mesmo a evitar os seus conselhos.²⁶⁴

A preocupação poderia ser maior na Vila do Orobó, pois com uma organização social deficiente, não havia sequer um hospital para os casos que aparecesse de qualquer tipo de epidemia. Percebe-se através do cruzamento das fontes, que era precária a situação de higiene das moradias do senhoriato sertanejo, e agravava-se ainda mais a dos lavradores e vaqueiros pobres ou empobrecidos, muitos deles viviam de favores em casas humildes na vila, em lugares periféricos ou nas casas de vaqueiros nas fazendas, algumas moradias não tinham a mínima condição de higiene, onde era corriqueiro lançarem-se dejetos próximos as moradias, podendo causar sérias doenças.

No final da década de 1880, na praça central da vila do Orobó, ao redor da igreja encontravam-se a casa da Câmara e cadeia, casas de moradia e casas de comércio. A casa onde funcionava a Câmara era ordinária e de aluguel. Havia ainda na área urbana dois cemitérios, um deles abandonado, e duas escolas onde faltavam bons compêndios e mobílias, que consistia em toscos bancos arranjados pelos professores.²⁶⁵ A desestruturação social assolava a população em todos os setores, onde populações urbanas e rurais tinham dificuldades de suprirem necessidades básicas devido à desassistência das autoridades da província e do município. Outro espaço com sérios problemas era a cadeia. Percebe-se o descaso numa correspondência enviada em 1887 do delegado de polícia da Vila do Orobó ao Secretário de Polícia da Província da Bahia:

tendo à Assembléia Provincial autorizado a Câmara Municipal a dispendir certa quantia com luz, agua e aceio da cadeia d'esta villa, cujo orçamento foi approved, e negando-se o respectivo Presidente de ordenar que sejam feitas taes despesas, dando logar à que os presos soffrão falta d'água, luz, e cadeia

²⁶⁴ DAVID, Onildo Reis, op. cit., p. 15-16 e 40.

²⁶⁵ AGUIAR, Durval Vieira de. *Província da Bahia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Cátedra – MEC, 1979, p. 130; Arquivo da Paroquia de Itaberaba. Livro do Tombo, 1919-1937, p. 38; BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 174-175.

em estado immundo à falta de aceio, digno a Vossa Excelência de pedir providencia ao excelentíssimo senhor presidente da Província, no sentido de ser satisfeito pela Camara esta obrigação urgente.²⁶⁶

Esse tipo de problema não era específico da cadeia do Orobó. A historiografia documenta as condições insalubres das cadeias espalhadas no Brasil, muito escuras, úmidas e insalubres. Os núcleos populacionais ofereciam um aparato policial e jurídico-operacionais de dispersão das tensões sociais – fundamentais para tratar de conflitos gerados entre a população. Além das delegacias de polícia, frequentemente visitadas por inspetores de quartirão, a casa da Câmara e Cadeia também servia a esta finalidade. Nas praças públicas das vilas sertanejas, era possível os contatos entre detentos e a população local, inclusive foram registrados “objetos cortantes” que passavam pelas janelas das cadeias. Em localidades pequenas, a evasão das cadeias era mais difícil. Não foram localizados processos crimes referentes às fugas das cadeias como em Caetitê e Rio de Contas, mas não é improvável que tenham ocorrido.²⁶⁷

Wilson Roberto de Mattos aborda o perfil dos presos da capital da província nas décadas finais do escravismo, que eram em sua maioria negros, registradas várias das prisões nos Mapas Diários de Presos “sem motivo declarado”. A maioria dos motivos das prisões das cadeias públicas deve ter sido devido a alguma infração de Postura, tal como não obediência ao toque de recolher, ou o escravo que não portava passaporte de seus senhores. As prisões chamadas correcionais, informam sobre as mais variadas condutas cotidianas, como insultos.²⁶⁸ Se na capital era assim, o mesmo perfil poderia se esperar das outras regiões da Bahia, onde certamente as relações de poder pessoais eram extremamente influentes na definição do perfil social dos presos.

Desse modo, não se esperaria das fontes da região que fossem presos os Pamponets, os Rocha Passos e os Mascarenhas. A cadeia do Orobó necessitava de infraestrutura para atender aos presos, quem lidou com essa falta foram os sertanejos populares. Vê-se que a desavença entre o delegado e o presidente da Câmara do Orobó prejudicou o repasso dos recursos necessários para o bom funcionamento da cadeia. Mais um registro de conflitos entre líderes

²⁶⁶ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Recebidas, cx. 905, seção 1ª, nº. 110, correspondência enviada pelo delegado de polícia da Vila do Orobó ao Secretário de Polícia da Província da Bahia, no dia 18 de janeiro de 1887.

²⁶⁷ PIRES, Maria de Fátima Novaes, op. cit., p. 188-191.

²⁶⁸ MATTOS, Wilson Roberto de. *Insubordinados e desobedientes: aspectos esparsos do descontentamento escravo em Salvador-Ba, no contexto da crise do escravismo*. In: LEAL, Maria das Graças. *Eti ali. Capítulos de História da Bahia: novos enfoques, novas abordagens*: São Paulo. Annablume, 2009, p. 146.

locais que precisavam gerir a estrutura do núcleo populacional com poucos recursos. Percebe-se no conjunto documental que havia sérios problemas, praticamente em todos os âmbitos da organização social da Vila do Orobó, e as áreas mais atingidas eram as de segurança, de educação e de saúde. Como os mais ricos tinham recursos financeiros para serem atendidos em outras regiões, cabiam os prejuízos maiores às camadas populares.

Depois de alguns problemas listados atravessados pela Vila do Orobó, uma fonte revela o aumento da população através de imigrantes estrangeiros, inclusive que havia em 1887 poucos italianos de efetivos procedimentos de honestidades, e muito bem vistos devido aos investimentos no comércio.²⁶⁹ Também imigraram para a vila pessoas de outras localidades da província da Bahia a procura de trabalho, além dos pobres da região concorrerem entre si, crescia a concorrência devido a chegada de mais de mil migrantes de Currálinho, Cruz das Almas, Santo Estêvão, Umburanas (atual Antônio Cardoso) e outras localidades. Segundo informações do delegado de polícia Tertulino de Oliveira Fraga (sobrinho de Porphirio Oliveira Fraga e primo de Franklin de Meneses Fraga), os migrantes de Currálinho, Cruz das Almas, Feira de Santana, Sapé, São Felipe, Sítio do Meio, Tapera e Rio da Dona, viajavam gratuitamente pela Estrada de Ferro Central.²⁷⁰

A estrada de ferro era uma opção de chegar mais rápido e com mais facilidade à Vila do Orobó. Se a sobrevivência já era difícil para moradores que nasceram e se criaram na região, com fortes laços de amizade, mais dificuldades enfrentariam os migrantes. As levas de migrantes poderiam causar mais deficiências na organização social da Vila do Orobó, se os poucos recursos públicos já não atendiam a população local, agravava-se com a chegada dos migrantes.

2. “Pedra que Brilha”: entre os lavradores e os vaqueiros

Vale ressaltar que os lavradores se inseriam num plano de demandas regionalizadas, pois nem todos os grupos sociais foram destaques em cartas. Correspondências trocadas entre a Vila do Orobó e a Capital da Província não confirma a hipótese antiga de isolamento sertanejo. Em 1886, autoridades de Lençóis enviaram uma correspondência para a Vila do Orobó, na qual destacam os lavradores sertanejos:

²⁶⁹ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Recebidas, cx. 905, (1887).

²⁷⁰ APEB. Seção colonial e provincial. Série Judiciária: Correspondência recebida pela Câmara do Orobó, nº. 1374, 1877-1889; APEB. Seção colonial e provincial. Série Judiciária: Orobó, nº. 2519, 1849-1889; BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 167.

tendo os lavradores moradores na Uttinga deste Municipio requerido, a esta Comarca, licença para abertura de uma estrada que, partindo de sua cidade para esta Villa, não só diminuiria legoa e meia de extensão da actual, em terreno livre de ladeiras: em vista do que, além dos interesses materiais não só deste Municipio, como dos dessa Villa – concedeu-se a licença impetrada. Eis que, depois de aberta, pelos requerentes, a dita estrada; consta a esta Comarca que os moradores do logar denominado – Pega, por que a referida estrada lhes prejudicão interesses pessoais destruirão parte da estrada em questão, em território do nosso Municipio; e por que este acto alem de arbitrário -, vai de encontro ao disposto art. 41 da Lei das Comarcas; Esta Municipalidade espera, que Vossa Senhoria alem deste e de vosso Municipio faça punir aos infractores com as penas cominadas as repectivas posturas.²⁷¹

Essa correspondência revela a atenção dada pelas autoridades locais às demandas dos lavradores, com a abertura da estrada favoreceu o escoamento da produção, beneficiou tanto os lavradores de Lençóis quanto os da Villa de Orobó. Outrossim, assinalou os conflitos pelas terras. Alguns moradores se sentiram prejudicados devido a estrada construída em suas terras, e destruíram parte dela. O conflito inquietou as autoridades de Lençóis que, enviaram uma carta para as autoridades da Vila de Orobó para exigir uma solução para o problema.

Provavelmente esses lavradores não pertenciam aos grupos sociais populares, que não era comum reivindicarem melhorias. Verifica-se que esses lavradores conseguiram prosperar econômica e socialmente. Percebe-se da mesma forma em outra missiva de 1886, que existia tanto lavradores dos grupos sociais populares quanto aristocratas. Decerto, o gabinete da presidência da Província da Bahia não enviaria uma carta dessa natureza para a Vila do Orobó aludindo aos segmentos populares:

parecendo-me que os lavradores e creadores d'esta rica e vasta província devem ter conhecimento dos princípios úteis à vida a que se dedicam, recomendo a Vossa Excelência, no intuito de propagá-los, que se sirvam de promover assignaturas entre os seus munícipes para o “Jornal o Agricultor”, que, ha oito anos, se publica na corte, para o anno vindouro. Esse jornal, que tratam dos princípios práticos, sciencias agrícolas sentennaria, economia domestica e rural, tem por seu redator e proprietario o senhor Dias da Silva Júnior. A assignatura por um anno, ou 52 numeros, imposta em 12\$000, inclusive a remessa gratuita pelo correio, depois que essa quantia foi paga no escriptorio, a Rua Theophilo Ottoni, nº. 145, podendo Vossa Excelência com a relação dos assignantes enviar a importância das assignaturas em carta registrada, com o valor declarado do Secretário desta Presidência. O nome da localidade e do correio pelo qual se tenha de fazer a remessa, deve ser escripto por extenso e com clareza, afim de evitar duvidas e enganos na entrega. Com a aquisição desse acreditado jornal prestarão relevantes serviços a municipalidade de que são representantes.²⁷²

²⁷¹ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Recebidas, cx. 905, (1886).

²⁷² APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Recebidas, cx. 905, (1886).

Havia uma preocupação da presidência da província com os criadores/fazendeiros e lavradores da Vila do Orobó, sugerindo que a aristocracia local assinasse um importante jornal, que tinha o objetivo de informá-los sobre seus interesses. As camadas populares sertanejas, compostas de analfabetos, não teriam interesse de adquirir o “Jornal o Agricultor”. Enquanto os grandes lavradores realizavam negócios maiores, os pequenos lavradores mantinham suas pequenas economias vinculadas ao comércio local. Eles estabeleceram importantes relações sociais, mas, devido a essas condições sociais mais modestas, nem sempre o gado (vacum e cavalar) foi acessível a eles, sendo-lhes mais comum a criação de porcos, galinhas e ovelhas.²⁷³

Tabela II

Quantitativo das idades dos cidadãos:

Faixas etárias separadas de 5 em 5 anos

FAIXA ETÁRIA	QUANTITATIVO
21 a 25 anos	32
26 a 30 anos	73
31 a 35 anos	33
36 a 40 anos	39
41 a 45 anos	18
46 a 50 anos	16
51 a 55 anos	15
56 a 60 anos	6
61 a 65 anos	3
66 a 70 anos	5
71 a 75 anos	2
76 a 80 anos	
81 a 85 anos	1
Total:	243

Fonte: lista de cidadãos (1878)

Tabela III

Quantitativo do estado civil dos cidadãos

ESTADO CIVIL	QUANTITATIVO
Casados	162
Solteiros	69
Viúvos	12
Total:	243

Fonte: lista de cidadãos (1878)

²⁷³ PIRES, Maria de Fátima Novaes, op. cit., p. 265.

Tabela IV
Ocupações dos cidadãos

OFÍCIO	QUANTITATIVO
Lavrador	184
Negociante/Comerciante	22
Artista	21
Emprego	4
Criador	2
Oficial	2
Escrivão	2
Oleiro	2
Vigário	1
Pedreiro	1
Sapateiro	1
Vaqueiro	1
Total:	243

Fonte: lista de cidadãos (1878)

Tabela V
Quantitativo de cidadãos:
Separados por rendas

RENDA	QUANTITATIVO
200\$000	175
250\$000	2
300\$000	9
400\$000	16
500\$000	2
600\$000	6
2:000\$000	2
Não consta	31
Total:	243

Fonte: lista de cidadãos (1878)

O ano de 1878, um ano após a criação da Câmara da Vila do Orobó, configurou-se como emblemático pelo fato de aparecer muitas informações, sobretudo sobre pessoas livres que residiam na vila e nos arredores, tanto na Lista de Cidadãos quanto no Livro de Nascimentos,²⁷⁴ onde a maioria trabalhava na agropecuária. A lista tem dados dos cidadãos qualificados pela freguesia do Rosário do Orobó e apurados pela junta Municipal da mesma vila do Orobó. Há informações sobre os quarteirões onde as pessoas residiam, nome, idade, estado civil, profissão, escolaridade (se alfabetizado ou não), tipo de residência, naturalidade,

²⁷⁴ APMI. Seção Judiciário, Livro de Nascimentos (1878); APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Lista de Cidadãos (1878).

filiação, renda e uma observação (se elegível ou não). Veja as tabelas II, III, IV e V, com informações dos cidadãos que residiam nos quarteirões da Vila do Orobó.

A tabela II foi organizada com faixas etárias de 5 em 5 anos, a faixa com maior número de cidadãos é a de 26 a 30 anos, com 73 cidadãos, e a que tem menos é a de 81 a 85 anos, com apenas um cidadão, inclusive é a faixa que aparece o cidadão mais velho da lista, o lavrador Estevão Moreira Cardoso de 83 anos, casado, analfabeto, com renda de 200\$000 (duzentos mil réis), morador do sétimo quarteirão da Vila do Orobó. Dois cidadãos aparecem com apenas 22 anos, eram os mais novos da lista: os lavradores Clemente Bispo Correia e Joaquim Pereira da Silva, moradores do sexto quarteirão, casados, analfabetos, cada com renda de 200\$000 (duzentos mil réis). A faixa de 76 a 80 anos não foi encontrado cidadão. Como se vê na tabela III, a maioria dos cidadãos da lista era casado, algumas famílias decerto eram numerosas, comuns nas comunidades sertanejas, onde os casamentos foram fundamentais para aumentar o número de habitantes na região. Os poucos viúvos também mostram que eles construíram famílias.

Na Lista de Cidadãos, há profissões como lavradores, negociantes/comerciantes, artistas, empregados, criadores, oficiais, escrivães, oleiros, um vigário, um pedreiro, um sapateiro e um vaqueiro. É uma tipologia documental que não há dados sobre mulheres, a maioria eram lavradores como se percebe na tabela IV, onde constam 184 lavradores. O termo lavrador era utilizado para cidadãos livres ou escravos, nessa documentação, só havia cidadãos livres com prestígio social na Região de Itaberaba, todos eram considerados elegíveis, tinham acessos a direitos políticos. Portanto, o prestígio social se dava através do voto.

O termo lavrador na região pesquisada por Flávio Dantas Martins, era usado para identificação, especialmente, mas não só masculina. Inquéritos judiciais, autos de partilha e inventários, processos-crime, estão repletos de momentos em que os primeiros moradores da Serra Azul e de América Dourada, ao longo do século XIX, se identificaram como “lavradores” ou que “vivia da lavoura e da criação”. O Brasil era um país da lavoura e o termo designava a todos os que viviam da terra, sem distinção entre os donos de pequenas roças ou grandes produtores de mercadorias com uso de trabalho alheio, escravo ou não, ainda que estes grandes lavradores fossem denominados fazendeiros ou negociantes. Sem especificidade classista alguma, sem referência territorial, esses primeiros lavradores ainda não eram homens da caatinga e lutavam contra ela. Seus filhos, netos e bisnetos, nascidos e criados naquele meio, com ela se identificaram com mais facilidade.²⁷⁵

²⁷⁵ MARTINS, Flávio Dantas. *Agrocaatinga: formação da propriedade fundiária, organização social e estrutura econômica em Morro do Chapéu e Xique-Xique (1840-1920)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia, p. 28.

Já Joana Medrado revela que a denominação de “lavrador” encontrada nos processos crimes é ambígua. Primeiro, porque não deixa claro se o trabalho é para si ou para outra pessoa, não informando possíveis relações de dependência vertical. Segundo, porque é uma atribuição genérica que não indica uma ocupação voltada para a agricultura. Nem sempre um lavrador se ocupava especificamente da atividade de lavrar terras para o cultivo de frutas, verduras e raízes, sendo possível também que trabalhasse na limpeza de fontes de água, no conserto de cercas e na limpeza de pastos, como é comum encontrar em Jeremoabo nesse período. Tais atividades configuravam essa ocupação como associada à agricultura quanto à pecuária e tanto para si quanto para os outros.²⁷⁶ Percebe-se nas fontes que a ocupação “lavrador” designava a ocupação de sujeitos de condição social distintas. Mas, os lavradores que se destacaram nas correspondências enviadas para a Vila do Orobó e na Lista de Cidadãos, estariam associados à categoria sociológica “camponês”,²⁷⁷ que produziam com autonomia e comercializavam a sua produção.

Apesar da superioridade, não havia apenas lavradores na Lista de Cidadãos. Independente da profissão, haviam entre eles amplos contatos, já que eram os que tinham mais recursos financeiros da região. Quatro cidadãos foram listados com a profissão denominada empregado, talvez empregados de confianças dos comerciantes da vila, como se fossem gerentes/administradores dos respectivos comércios. Apesar deste capítulo perseguir informações sobre profissões subalternas, sobretudo de lavradores e vaqueiros, não se deve ocultar que da documentação compulsada, a lista de cidadãos é a única que aparece profissões urbanas como artistas, oleiros, um pedreiro e um sapateiro.

Constam 22 artistas na lista, é uma quantidade razoável, mas a fonte não mostra pistas com qual tipo de arte eles labutavam. Dois profissionais listados trabalhavam em olaria: Lourenço José Barbosa, 40 anos, casado, analfabeto, com renda de 200\$000, que morava no terceiro quarteirão; Manoel Albino, 45 anos, viúvo, analfabeto, com renda de 200\$000 (duzentos mil réis), que morava no quinto quarteirão. Eram os responsáveis por produzir tijolos e telhas, utilizados mormente nas construções das casas.

Havia na lista apenas um pedreiro, denominado Jeronymo José Baptista, 67 anos, viúvo, alfabetizado, que morava no primeiro quarteirão. Apesar de ser considerada uma profissão subalternizada, o cidadão tinha uma renda razoável de 300\$000 (trezentos mil réis).

²⁷⁶ MEDRADO, Joana, op. cit., p. 74-75.

²⁷⁷ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura Fundiária...*, p. 243; NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja...*, p. 294-295.

Decerto ele atendia muitos clientes na vila, não faltavam construções de casas na zona urbana e na zona rural. Havia da mesma forma somente um sapateiro, denominado Manoel dos Santos Souza, 34 anos, solteiro, analfabeto, renda de 200\$000 (duzentos mil réis), também morava no primeiro quarteirão. Ter esse tipo de profissão especializada, numa vila pobre, era uma oportunidade de mobilidade social, por isso esses cidadãos aparecem na lista dos homens com maiores poderes aquisitivos da época na região. O pedreiro era alfabetizado, mas o sapateiro era analfabeto. Desse modo, o nível de escolaridade não era tão elevado, pois dos 243 cidadãos listados, apenas 55 sabiam ler e escrever. Costa, ao estudar a política educacional na vila, constatou que no final da década de 1870, dos 11.070 habitantes, 83, 86% eram analfabetos. As mulheres superavam os homens, o grau de analfabetismo alcançava 5.280 pessoas do sexo feminino.²⁷⁸

Em relação à renda, como se vê na tabela V, de 31 cidadãos não consta a renda, pois os dados se perderam nos arquivos. A maioria (175 cidadãos) era da faixa de 200\$000 (duzentos mil réis), dois da faixa de 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis), nove da faixa de 300\$000 (trezentos mil réis), 16 da faixa de 400\$000 (quatrocentos mil réis), dois da faixa de 500\$000 (quinhentos mil réis) e seis da faixa de 600\$000 (seiscentos mil réis). As maiores rendas eram do vigário Manoel Ferreira Pacheco de 68 anos, e do negociante/comerciante Bernardo José das Neves de 46 anos, cada um tinha uma renda de 2:000\$000 (dois contos de réis). Esse negociante, além de ter lojas comerciais, negociava também gado *vacum* e outros animais. A maioria dos negociantes pelo fato de terem recursos financeiros, labutavam com mais de uma atividade econômica, o poder de giro rendia mais capital, por sua vez faziam mais investimentos. Como se viu no primeiro capítulo, Manoel Pacheco foi o primeiro vigário da Freguesia do Orobó e permanecia até o fim da década de 1870 como líder da paróquia da Vila do Orobó.

Decerto não faltaria na Lista de Cidadãos a família Mascarenhas, eles tinham um alto grau de escolaridade, todos eram alfabetizados: Antônio Marcellino de Figueiredo Mascarenhas, 62 anos, casado, negociante, com renda de 400\$000 (quatrocentos mil réis); Antônio Olympio Mascarenhas, 30 anos, casado, negociante, com renda de 600\$000 (seiscentos mil réis); Franklin de Meneses Fraga, 30 anos, casado, negociante com renda de 600\$000; Alexandre de Figueiredo Mascarenhas, 30 anos, casado, artista, com renda de

²⁷⁸ COSTA, João de Deus. *A política educacional no final do século XIX: a Vila do Orobó no contexto da construção pública primária (1870-1888)*. Monografia – Colegiado de História do Departamento de Educação e Ciências, UNEB, Campus XIII, Itaberaba – Ba, p. 6; GUERREIRO, Cleia Dias. *“Pelos bons serviços que me tem prestado”*: uma leitura das alforrias em Vila do Orobó (1850-1888). Monografia – Colegiado de História do Departamento de Educação e Ciências, UNEB, Campus XIII, Itaberaba – Ba, 2012, p. 27.

200\$000 (duzentos mil réis); Emiliano de Figueiredo Mascarenhas, 25 anos, solteiro, artista, com renda de 200\$000 (duzentos mil réis). Vê-se que era corriqueiro no conjunto documental serem citados: Antônio Marcellino Mascarenhas, Antônio Olympio Mascarenhas e Franklin de Meneses Fraga. Com exceção de Antônio Marcellino Mascarenhas que morava no primeiro quarteirão, os outros Mascarenhas moravam no segundo quarteirão. Os Mascarenhas ocuparam ruas privilegiadas da Vila do Orobó.

Já o Livro de Nascimentos tem a seguinte natureza: nome do lugar e sexo das crianças; informações dos pais (nome, cor, estado civil, profissão, naturalidade, filiação); das mães (nome, cor, estado civil, naturalidade, filiação); nome do escrivão e testemunhas. Não aparece o nome das crianças, apenas o sexo, onde havia 113 crianças do sexo feminino e 87 do sexo masculino, com uma superioridade de crianças do sexo feminino. A tabela VI revela somente o quantitativo dos pais e das mães que o documento informou a cor, mas havia 171 homens e 176 mulheres, com uma pequena superioridade das mulheres. 22 delas eram mães solteiras, inclusive duas eram escravas. Em um dos casos, uma mulher era mãe solteira de duas crianças gêmeas do sexo feminino, se para um casal já era difícil criar uma única criança, era mais difícil uma mãe individualmente criar duas crianças numa região pobre.

Tabela VI

Cor dos pais e das mães das crianças

COR	QUANTITATIVO/PAI	QUANTITATIVO/MÃE
Pardos	113	119
Cabras	25	23
Mulatos	1	1
Branços	11	14
Total:	150	157

Fonte: Livro de Nascimentos (1878).

Tabela VII

Ocupação dos pais das crianças

OFÍCIO	QUANTITATIVO
Lavrador	140
Criador/Fazendeiro	15
Vaqueiro	7
Comerciante/negociante	3
Artista	1
Total:	166

Fonte: Livro de Nascimentos (1878).

Os dados da tabela VI apontam também para a procura de parceiros da mesma cor nos casamentos. Não há a cor preto, normalmente usado para designar africanos – o que aponta para a pouca existência desses na região –, assim, a escravidão era crioula; apesar de aparecer no Livro de Nascimentos a preocupação de mencionar como crioulos 40 pessoas, 21 pais e 19 mães. Não há menção a pais africanos, somente a restrita informação que o criador Faustino Alves dos Reis era crioulo e não conheceu seus pais africanos. Quanto a questão racial, há apenas um caso em que um “homem de cor” teve afetividade com uma branca, no caso em que o pardo lavrador Apolinário Rodrigues da Silva casou com a branca Felismina da Conceição. Havia casos também de mães solteiras brancas, mas predominou a pessoa branca casar com outra pessoa da mesma cor, emperrando na região a miscigenação entre negros e brancos.

Do total de 150 homens e de 157 mulheres informados na tabela VI, havia apenas 11 brancos e 14 brancas, com uma maioria esmagadora de homens e mulheres de cor, com um percentual de 92, 67% de negros e 91, 09% de negras. Desse modo, era uma sociedade negra e rural. Quanto ao mundo rural, verifica-se na tabela VII: 140 lavradores, 15 fazendeiros e sete vaqueiros, com um total de 162 pais ligados a agropecuária, ou seja, 92, 60% deles eram ligados a agropecuária, evidenciando que a sociedade era umbilicalmente ligada à vida rural. Verifica-se que são informadas as profissões dos pais, e não há menção às profissões das mães no Livro de Nascimentos. Há um silenciamento das ocupações femininas, apresentam apenas as atividades exclusivamente viris como a de vaqueiro. Nunca foi encontrado mulheres nessa atividade econômica, elas eram ligadas ao serviço doméstico ou a lavoura. Sabe-se que faltam estudos sobre a história das mulheres sertanejas.

De alguns profissionais, o escrivão apenas identificou o cidadão como crioulo. Do total de 166 profissionais que constam nessa documentação, de 150 foi informada a cor. O único artista e os três negociantes eram brancos. Dos 15 criadores, aparece a cor de 13, sendo dois brancos e 11 pardos. Percebe-se que a maioria dos profissionais labutavam nas lavouras, do total de 140, há a cor de 126 lavradores. Assim, eram cinco brancos, 22 cabras, 98 pardos e um mulato. Entre os lavradores o único mulato era o senhor Plácido José Fernandes, casado com a também mulata Theodoria Alexandrina Punciana, pais de uma criança do sexo feminino, que nasceu no lugar denominado Novo que pertencia a paróquia da Vila do Orobó. Entre as mães, a esposa de Plácido Fernandes era a única de cor mulata. Já os vaqueiros eram quatro pardos e três cabras. Parece que o lavar e o vaquejar eram ligados aos “homens de cor”, ou vice-versa.

Devido à agricultura ocupar mais mão de obra que a pecuária, a quantidade de lavradores era maior que a de vaqueiros na Lista de Cidadãos e no Livro de Nascimentos de 1878. Na lista de cidadãos a superioridade de lavradores é ainda maior que no Livro de Nascimentos, pois aparece somente um único vaqueiro, o senhor José Barbosa de Meneses, 45 anos, casado, com uma renda de 200\$000 (duzentos mil réis). O interessante que esse vaqueiro sabia ler, para uma comunidade sertaneja pobre que a maioria das pessoas eram analfabetas, demonstra que o mesmo tinha prestígio social na região, também era um cidadão que poderia ser votado.

Outrossim, a superioridade de lavradores nas fontes se dá porque um único vaqueiro como José Barbosa de Meneses, poderia tomar conta de uma grande quantidade de reses e outros animais, e ainda exercer outras funções no interior e fora da fazenda. Apesar da pequena quantidade na região, os vaqueiros são destaques nos estudos sobre as comunidades sertanejas. O vaqueiro assumia a responsabilidade de cuidar de cada cabeça de gado, além de combater ladrões, feras, morcegos, cobras.²⁷⁹ Apesar de ser um historiador português, Donato teve o interesse em estudar os sertões brasileiros, com atenção especial aos modos de vida dos vaqueiros. Esses profissionais da pecuária necessitaram, além de força, muita destreza cotidiana para manutenção das boiadas, e ainda mais para tratar o gado que adoecia. Teriam também de assegurar as fazendas.

Quando os fazendeiros se encontravam na condição de absenteístas, as tomadas de decisões cabiam aos administradores de fazendas que assumiam a administração geral, que na maioria das situações, dividiam os espaços com os vaqueiros. Nesses casos, as moradias deles eram as sedes das fazendas. Os fazendeiros absenteístas necessitavam de “homens fortes” em suas propriedades.²⁸⁰ Alguns, por administrarem muitas fazendas, nem sempre residiam nas que zelavam, e delegavam poder a administradores auxiliares, vaqueiros de suas confianças. Poderia um vaqueiro que se destacasse passar para a condição de administrador de fazenda. Quanto mais distante estava o dono, mais poderoso era o vaqueiro.²⁸¹ Nos inventários da região, apesar dos fazendeiros terem casas no núcleo populacional, todos moravam em fazendas. Todos da família Mascarenhas, tinham mais de uma fazenda, precisavam nas outras de administradores.

Os testamentos e inventários possibilitam conhecer, na pecuária extensiva, principal atividade econômica regional, os administradores

²⁷⁹ DONATO, Hernâni. *Brasil: 5 séculos*. São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, 2000, p. 160.

²⁸⁰ MEDRADO, Joana, op. cit., p. 150.

²⁸¹ idem, ibidem, p. 128.

de fazendas remunerados pelo sistema de quarta, de sorte ou giz, cuja remuneração variava, conforme as condições estipuladas, em geral de 25% dos bezerros que ferravam anualmente, na época da desmama. Os administradores de fazendas foram paulatinamente substituídos, até o fim do trabalho escravo, por vaqueiros livres, pagos pelo mesmo sistema. Essa forma de remuneração poderia estender-se aos criatórios de equinos e muares e, em raros casos, até para os miunças (ovinos, caprinos e suínos). Além de remuneração pela sorte, os vaqueiros residiam nas fazendas, com direito ao leite e a um espaço para cultivos de subsistência. Nas fazendas de gado sob regime de sorte, em geral os senhorios forneciam escravos para vaquejar e produzir a subsistência agrícolas.²⁸²

Além dos administradores de fazendas, os vaqueiros também eram beneficiados pelo sistema de quarta, sorte ou giz. Desse modo, os vaqueiros eram pagos, não em dinheiro, mas em bezerros. Depois de quatro ou cinco anos de serviço, começava o vaqueiro a ser pago.²⁸³ O vaqueiro responsável pela fazenda tinha todo o interesse em cuidar bem do gado, pois seu pagamento era um de cada quatro bezerros criados,²⁸⁴ sendo de nove meses o período de gestação de um bezerro. Nesse caso, para quem teve o privilégio de receber esse tipo de remuneração, foi uma oportunidade de mobilidade social, de passar de empregados a fazendeiros, devido à quantidade de reses obtidas ao longo de anos de trabalho. Os vaqueiros eram exímios conhecedores da fazenda, além de morarem no lugar e terem, naturalmente vínculos com a comunidade local. Os donos das fazendas tinham plenas dependências em relação a seus vaqueiros, pois eles cuidavam do gado, tocava de um ponto para outro, contava, ferrava, comercializava e prestava contas para o dono.²⁸⁵

Essas práticas de criação de gado eram passadas de geração em geração. Do período colonial até o início do século XX (não temos dados dessa época em diante) continuaram praticamente as mesmas, não houve mudanças substanciais em relação a acordos entre fazendeiros e vaqueiros, uma espécie de permanência nas regras trabalhistas, um hábito confortável para os fazendeiros e vantagens para alguns vaqueiros. Mas, percebe-se sobretudo nos inventários que nem todos foram beneficiados, alguns vaqueiros da Região de Itaberaba sofreram com a questão da subalternidade extrema, escravizados ou em plena pobreza. Outros tiveram mais sorte, e conseguiram um pouco de prestígio social.

²⁸² NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura...*, op. cit., p. 78-79.

²⁸³ ABREU, Capistrano de, op. cit, p. 137 e 154.

²⁸⁴ Emanuel Araújo escreveu um texto sobre as idiossincrasias dos sertanejos nos tempos coloniais, inclusive aponta trabalhadores como vaqueiros, boiadeiros, tropeiros, lavradores e garimpeiros. ARAÚJO, Emanuel. *Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais*: In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *Revisão do Paraíso: 500 anos e continuamos os mesmos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campos, 2000, p. 52.

²⁸⁵ MEDRADO, Joana, op. cit., p. 110, 128 e 149-150.

Os vaqueiros eram testemunhas valiosas para averiguar a verdadeira propriedade de muitos animais, provavelmente porque eram os responsáveis pela apartação e partilha nas fazendas e, portanto, conhecedores dos ferros, marcas dos fazendeiros. Os animais eram marcados com ferro quente no couro, com as iniciais do dono, ou assinalados nas orelhas com cortes específicos. Esse acúmulo de responsabilidades que os vaqueiros foram assumindo nas fazendas com o passar dos anos de trabalho foi fator central para o aumento do seu prestígio social e poder de influência.²⁸⁶

Há no inventário de Florentino Pereira Mascarenhas informações de dispêndios com vaqueiros no valor de 166\$720 (cento e sessenta e seis mil e setecentos e vinte réis). Também declarou o seu inventariante, que o casal devia dez reses de sorte à Carolina Clementina, viúva do vaqueiro da fazenda dos Meios, o senhor Miguel José da Silva, referente ao ano de 1859.²⁸⁷ Miguel José da Silva, foi o único vaqueiro encontrado nos inventários, que constava o nome e o sobrenome, decerto era um cidadão de prestígio social na região.

Um vaqueiro, que também teve revelados nome e sobrenome, se destacou na região pesquisada por Joana Medrado. Apesar dos erros ortográficos, José Lins Barreto escreveu uma missiva para o barão de Jeremoabo dando notícias sobre a fazenda Barras em Bom Conselho. As missivas compulsadas da Região de Itaberaba em sua grande maioria foram trocadas entre autoridades regionais, mostrando o perfil elitista das correspondências. A carta de José Lins demonstra o seu prestígio social na região de Jeremoabo, pois o vaqueiro aprendeu a se comunicar e tinha um grande poder de negociação. Não consta na lista de semoventes do inventário do pai de Cícero Dantas, que José Lins e seu pai Manuel Lins foram escravos. José Lins era um vaqueiro-administrador, de confiança, com o qual o barão se correspondia amiúde. Nota-se que na retórica da narrativa da missiva, o vaqueiro demarcava seu poder de persuasão, demonstrando a distância entre ele e um vaqueiro comum.²⁸⁸

Desse modo, os vaqueiros que aparecem com nome e sobrenome, tinham vantagens sobre o que não o possuíam, provavelmente por serem pessoas livres. Não obstante, não foram revelados os sobrenomes dos vaqueiros escravizados da região de Itaberaba: Alexandre, Fiandres, Pedro, Isidório e Teodósio. Além dos inventários, nos livros de notas dos tabeliães também foi encontrado um vaqueiro escravo sem sobrenome, como consta em escritura de compra e venda de 1854:

²⁸⁶ MEDRADO, Joana, op. cit., p. 84 e 91.

²⁸⁷ Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Florentino Pereira Mascarenhas, autuado 1865, p. 42.

²⁸⁸ MEDRADO, Joana, op. cit., p. 138-141.

na coletora da Freguesia do Orobó, nas folhas do livro de receita fica lançada a quantia de quarenta mil réis da meia que sera retirada da quantia de oitocentos mil reis que pagou o capitão Firmino da Fonseca Rocha Medrado por que comprou a Dona Florinda do Espírito Santo um escravo crioulo de nome Benedito com officio de vaqueiro. Conceição da Tapera, treze de dezembro de mil oitocentos e cincoenta e tres.²⁸⁹

O escravo Benedito foi comprado por um membro da Guarda Nacional que pertencia aos Medrados, outra tradicional família sertaneja. É sabido que nenhum trabalho escravo foi fácil. Conforme Walter Fraga, na região açucareira os negros lidaram com trabalho pesado, e os insubordinados foram punidos pelas suas resistências.²⁹⁰ Nos sertões para criar gado era necessário um grande esforço, os vaqueiros escravos, por não existirem capitães do mato, feitores, viviam sob a tutela de um administrador de fazendas,²⁹¹ diferente da região açucareira.

Na pecuária seria inadmissível presumir a presença de feitores para o controle de tão poucos escravos. Para contornar a solidão e evitar fugas, recorria-se ao recurso da organização familiar do trabalho, como o emprego preferencial de escravos casados e o de roças, como atividade complementar. Essa ausência de feitores na pecuária e nas policulturas seria um dos fatores da possibilidade de uma existência menos cruel do escravo no sertão, porque vivia montado a cavalo pelos campos atrás do gado, com alimentação mais farta e mais variada. O sertão lhe proporcionava vida mais folgada do que do escravo das grandes unidades de produção de monoculturas, nas quais se concentravam muitos escravos controlados por feitores.²⁹²

Erivaldo Fagundes Neves e Juliana da Silva Henrique têm ideias opostas em relação a presença de capitães do mato e feitores nos Sertões da Bahia. A autora revela que no inventário de Maria Teresa do Bonfim aberto em 1814 em Caetité, o inventariante, capitão José Antônio dos Santos, declarou um valor maior daquele pago ao capitão do mato Gonçalo responsável pela captura de um escravo. Ela também ilustra que na fazenda Rio Seco na Freguesia de Santana do Camisão (quarenta e quatro léguas distante da vila da Cachoeira), o alferes Francisco Pereira da Silva possuía quatro senzalas. Certamente, a maior parte dos escravos da propriedade trabalhava no cultivo e benfeitoria do fumo, visto o trabalho de vaqueiro e feitor ser executado por homens livres a quem os herdeiros deviam os salários.²⁹³

²⁸⁹ APMI. Seção Judiciário. Livros de Notas do Tabelionato nº 2. Escrituras públicas de compra e venda de escravos (1853-1857), p. 10.

²⁹⁰ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 63.

²⁹¹ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII-XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005, p. 222.

²⁹² NEVES, Erivaldo Fagundes, *Escravidão, pecuária e policultura...*, op. cit., p 83-84.

²⁹³ HENRIQUE, Juliana da Silva, op. cit., p. 117 e 134.

Juliana da Silva Henrique pode ter confundido administrador de fazendas ou vaqueiro auxiliar com capitão do mato no Alto Sertão da Bahia (Caetité) e feitor na Região de Itaberaba (Camisão). Pois, não há pistas de capitães do mato e feitores na documentação do Alto Sertão da Bahia compulsada por Neves, nem da Região de Itaberaba compulsada neste estudo.

Os dados das fontes aproximam a mão de obra escrava da livre. De acordo com Fraga Filho, os engenhos do Recôncavo Baiano²⁹⁴ foram construídos às margens da Baía de Todos os Santos ou ao longo dos rios que cortam à região, onde o principal era o Paraguaçu. Nos contatos entre os cidadãos escravizados e os livres, tanto os escravos informavam a situação do cativo, quanto as populações urbanas livres colaboravam com notícias da Corte e outros lugares sobre as críticas ao sistema escravista, articuladas principalmente pelos movimentos abolicionistas. Os escravos também ouviam nas casas-grandes o que os senhores discutiam sobre os debates parlamentares e abolicionistas. As notícias circulavam com facilidade, inclusive seguiam as tropas de muares, vias de ligações entre as populações sertanejas e litorâneas.²⁹⁵

Para os pobres sertanejos a distância entre o cativo e a condição de livre era tênue. Lavradores e vaqueiros livres conviviam lado a lado com escravos, forros e outras pessoas de condições sociais semelhantes, realizando conjuntamente trabalhos diários.²⁹⁶ Foi perceptível nos inventários da região de Itaberaba, além de mão de obra escrava, despesas com vaqueiros livres que prestavam serviços aos fazendeiros. Pois, somente os escravos não supriam as necessidades de tudo das fazendas. Na fazenda Santa Isabel, as atividades eram engendradas exclusivamente por mão de obra livre. Declarou o inventariante de Franklin de Meneses Fraga em 1884, que depois de ter prestado contas, morreram reses por causa da seca. Devido a esse problema não havia um rol exato do gado existente, em razão de não poder juntá-lo por causa das mortes. Ainda o inventariante alegou não ser o responsável das faltas, quando fossem gizar o gado. Nas contas da administração da fazenda Santa Isabel, as despesas foram de 22 reses com sorte de vaqueiros. Já o prejuízo da fazenda com a seca se deu com as mortes de 25 bovinos, cinco ovelhas e uma cabra.²⁹⁷ As mortes de animais em épocas de graves secas causavam até falências de fazendeiros. Outrossim, as picadas de cobras ajudavam nas perdas dos animais.

²⁹⁴ Os engenhos eram compostos por portos próprios, canoas, lanchas, saveiros e de escravos especialistas na navegação marítima e fluvial.

²⁹⁵ FRAGA FILHO, Walter, op. cit., p. 99-100.

²⁹⁶ PIRES, Maria de Fátima Novaes, op. cit., p. 147.

²⁹⁷ Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Franklin de Meneses Fraga, autuado em 1884, p. 22.

A seca causava sérios prejuízos às comunidades sertanejas. Apesar delas não se restringirem aos Sertões da Bahia, concorreram para ampliar as dificuldades econômicas dos sertanejos.²⁹⁸ Verifica-se que em épocas de secas, os gêneros alimentícios só eram encontrados por preços exorbitantes, mormente no verão, até nos anos férteis, os produtores alegavam escassez para manter os altos preços. Entre os anos de 1857 e 1860, ocorreram uma das mais longas secas da história da Bahia.²⁹⁹

Entre os anos de 1888 e 1889, houve uma grande seca que atingiu a vila do Orobó e deixou os tanques secos, as vertentes mais próximas de água doce ficavam a uma légua pelo menos, e no rio Piranhas a água ficou salobra, sem condições de ser consumida. Isso fez os líderes locais se unirem para tentar solucionar o problema, pois os responsáveis do juizado da vila, do paço municipal e da delegacia de polícia, escreveram para a capital da província pedindo ajuda em dinheiro para construção de um açude que custaria a quantia de 3:000\$000 (três contos de réis). A seca dificultou o fornecimento de farinha, feijão e milho, os produtos agrícolas mais produzidos na época na região.³⁰⁰

3. Em terras de Mascarenhas, quem tinha um olho era rei

Numa sociedade sertaneja escravista como a da “Pedra que Brilha”, os donos dos escravos implementaram mecanismos até desumanos para a reprodução da escravidão, inclusive aparece no inventário de Florentino Pereira Mascarenhas, um escravo mulato, denominado Francisco, quarenta e cinco anos de idade, cego de um olho, do serviço da lavoura, avaliado em 450\$000³⁰¹ (quatrocentos e cinquenta mil réis). Não se encontra indícios se ele foi alforriado, apenas aparece o seu nome na lista de “escravos sujeitos”, parece que sujeito ao domínio senhorial e não a alforria, pois numa lista anterior aparece a informação dos escravos que foram libertos.

Além dele, na lista de “escravos sujeitos”, foi arrolada também a escrava Tereza, crioula, trinta e cinco anos, do serviço da lavoura, avaliada em 800\$000 (oitocentos mil réis) e seu filho Sabino, cabrinha, com dois meses de idade, avaliado em 100\$000 (cem mil réis). Tereza e Francisco trabalhavam na lavoura, porém ela era mais nova e a fonte não aponta

²⁹⁸ PIRES, Maria de Fátima Novaes, op. cit., p. 36.

²⁹⁹ DAVID, Onildo Reis, op. cit., p. 32.

³⁰⁰ APEB, op. cit., n.º. 1374, 1877-1889; APEB, op. cit., n.º. 2519, 1849-1889; BRANDÃO, Marcos Sampaio, op. cit., p. 166-167.

³⁰¹ Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Florentino Pereira Mascarenhas, autuado em 1865, p. 23.

nenhum problema de saúde, por isso ela recebeu avaliação superior à Francisco. A fonte não indica existência de relações entre Francisco e Tereza. As imprecisas informações étnicas permitem supor que Sabino, cabrinha, fosse filho de um mulato e uma crioula.

Não há dúvidas que os maiores proprietários da escravidão na região de Itaberaba foram os Mascarenhas. Do total dos 24 escravos compulsados que pertenciam à família: quatro pertenciam a Antônio Pereira Mascarenhas,³⁰² 17, a Florentino Pereira Mascarenhas³⁰³ e três, a Maria de Figueiredo Mascarenhas.³⁰⁴ Somente não aparece escravos no inventário de Franklin de Meneses Fraga.³⁰⁵

Dos quatro escravos que pertenciam a Antônio Pereira Mascarenhas, a única pessoa adulta era Joana, crioula, avaliada em 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis). Não há informação da profissão nem da idade, apenas que era moça. A fonte também informa que Joana era mãe de Cornélio, de quatro anos incompletos, avaliado em 800\$000 (oitocentos mil réis) e de Francisco, de um ano, avaliado em 400\$000 (quatrocentos mil réis). O outro escravo, o “crioulinho André” foi avaliado em 800\$000 (oitocentos mil réis). A fonte não informa nem a idade, nem a sua filiação.

Verifica-se que Joana recebeu a mesma avaliação dos escravos vaqueiros, os de maiores valores nos inventários. Entre os escravos de Antônio Mascarenhas, três eram crianças. Havia diferença entre o tratamento dispensado a meninos e meninas no cativo. Os meninos trabalhavam na lavoura e com o gado, carregando água e lenhas, ou como aprendizes nas oficinas de ferreiros, celeiros, latoeiros e na lida com o gado. As meninas aprendiam habilidades da cozinha e da costura, a lavar e a engomar.³⁰⁶

As crianças, logo após o nascimento eram submetidas ao batismo,³⁰⁷ meio de adaptação aos padrões sociais e ideológicos dos senhorios sertanejos, que em sua grande maioria reproduziam as doutrinas católicas.³⁰⁸ No sertão pecuarista e policultor, de pouco

³⁰² Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Antônio Pereira Mascarenhas, autuado em 1854.

³⁰³ Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Florentino Pereira Mascarenhas, autuado em 1865.

³⁰⁴ Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Maria de Figueiredo Mascarenhas, autuado em 1880.

³⁰⁵ Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Franklin de Meneses Fraga, autuado em 1884.

³⁰⁶ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida...*, p. 78.

³⁰⁷ As diretrizes litúrgicas do batismo, do casamento e de todos os sacramentos da Igreja, inclusive a formulação de seus registros, foram normalizados pelo Concílio de Trento (1545-1563) e imediatamente acatadas por Portugal, através de um alvará de 12 de setembro de 1564, que determinou a observância das disposições tridentinas em todos os domínios da Monarquia portuguesa.

³⁰⁸ O Brasil teve regulamento específico, que deliberou também sobre batismos e casamentos de escravos, elaborado pelo Sínodo Diocesano de 1707, convocado pelo arcebispo Sebastião Monteiro de Vide,

emprego da mão de obra escrava, a dependência cultural foi maior que nas grandes concentrações de escravos, como a do Recôncavo Baiano. A prática cultural foi o mais eficaz instrumento de dominação senhorial-escravista, iniciada pelo batismo, com nome cristão, no primeiro contato com o cativo.³⁰⁹

Florentino Pereira Mascarenhas despontava como o maior senhor de escravos da região, além do lavrador Francisco, ele possuía mais 16 escravos. Os que estavam em idade economicamente ativa eram oito do sexo masculino e dois do sexo feminino. Para as pessoas condicionadas ao regime de trabalho escravo, de extrema exploração, a historiografia esboçou para facilitar o estudo, como faixas etárias economicamente ativas na escravidão as de 10 a 49 anos de idade.³¹⁰ Havia quatro crianças que não se incluíam nessa faixa etária, delas apenas uma não era recém-nascida. Somente o escravo Joaquim superava a idade economicamente ativa da escravidão, tinha 50 anos.

Dos escravos de Florentino Mascarenhas, sete eram crioulos (nascidos no Brasil) e dois, africanos. Em relação aos que constam a cor, cinco eram cabras e três, mulatos. Robert Slenes ao estudar a Região de Campinas, não somente se preocupou com a cor dos escravos, como também a dos donos deles, inclusive informa que do total de proprietários de escravos de tez escura, 19 eram pardos e apenas um era negro (um carpinteiro, dono de dois ajudantes).³¹¹ Ainda não se tem informações da cor do senhorio escravista da Região de Itaberaba.

De alguns escravos de Florentino Mascarenhas foram declaradas as profissões. No Alto Sertão da Bahia, poucos inventários indicariam profissões de escravos e menos ainda as escrituras comerciais e as cartas de alforrias.³¹² Dos escravos de Florentino Mascarenhas, quatro eram lavradores, dois, domésticos e dois, vaqueiros. Os últimos foram avaliados cada um em 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis). Os valores dos escravos do serviço da lavoura coincidiam com o dos escravos domésticos Constâncio e Martinha, avaliados cada um

consubstanciado nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, editada em 1719, na cidade de Coimbra, e reeditada em meados do século XIX, no Brasil. VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. (Ed. fac-similar da 2. ed. São Paulo: Typ. Antônio Louzada Antunes, 1853). Brasília: Senado Federal, 2007; PORTUGAL, Ordenações do Reino. *Ordenações Filipinas*. Reprodução fac-similar da edição de Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro: 1870. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenskian, 1985, liv., 2, adit., p. 503. Citado por NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura...*, p. 135-136.

³⁰⁹ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura...*, op. cit., p. 135.

³¹⁰ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p. 146.

³¹¹ SLENES, Robert W. *Senhores e subalternos no Oeste Paulista*: In: ALENCASTRO, L. F.; NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil (Volume 2)*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 248.

³¹² NEVES, Erivaldo Fagundes, op. cit., p. 87.

em 1:000\$000 (um conto de réis). No que diz respeito às negociações entre escravos domésticos e senhores, pela aproximação com os senhores poderiam ter mais chances de barganharem benefícios. Constam apenas três escravos alforriados por Florentino Pereira Mascarenhas: a cabra Esterina, avaliada em 400\$000 (quatrocentos mil réis); e os africanos Joaquim, em 300\$000 (trezentos mil réis) e Marsal, em 200\$000 (duzentos mil réis).

Maria de Figueiredo Mascarenhas tinha três escravos. Em 1880, Pedro, cor preta, avaliado em 50\$000 (cinquenta mil réis), já estava assaz idoso para o trabalho, com 79 anos. O preto Alexandre, tinha 58 anos, avaliado em 150\$000 (cento e cinquenta mil réis). Ambos havia ultrapassado a faixa etária economicamente ativa da escravidão. Dos escravos de propriedade de Maria Mascarenhas, o único que estava nessa faixa etária era o pardo Fiandres, com 33 anos. Dos escravos que pertenciam a família Mascarenhas foi o que recebeu a maior avaliação: 1:300\$000 (um conto e trezentos mil réis).

No inventário de Maria Mascarenhas, há um anexo de 1872, com as ocupações de seus escravos, ano que já estava em vigor a obrigação dos senhores de escravos registrarem as matrículas dos escravos nos cartórios com as devidas ocupações. Pouco se sabe sobre as atividades principais ou ocupações dos escravos. Essa informação tornou-se obrigatória no final da escravidão, pela Lei 2.040/1871 (Ventre Livre), que determinou a matrícula especial de todos os escravos existentes no Império, com declaração de nome, sexo, estado civil, aptidão para o trabalho e filiação.³¹³ A lista de matrícula dos escravos que pertenciam a Maria Mascarenhas e seu esposo Antônio Pereira Mascarenhas registra:

eu, tenente Manoel Antônio da Silva Lobo da Colectoria Geral desta villa de Sant' Anna do Camisão do seo município e certifico que revendo o livro de matrícula especial de todos os escravos existentes neste município, n'elle folhas quarenta e oito encontrei o pedido do suplicante cujo theor é pela forma seguinte: número de ordem da relação duzentos e oitenta = nome Antônio Mascarenhas, residência Rosário, número de ordem da matrícula mil e sessenta e um, na relação apresentada sim validada a matrícula vinte e oito de agosto de oitocentos e setenta e dois = nome Pedro, sexo masculino, cor preta, idade de sessenta e cinco anos, estado solteiro, filiação africana, aptidão para o trabalho leve, profissão lavoura. Número de ordem da matrícula, mil duzentos e sessenta e dois, na relação apresentada dois, data da matrícula vinte e oito de agosto de mil oitocentos e sessenta e dois, nome Alexandre, sexo masculino, cor preta, idade de cinquenta anos, estado solteiro, filiação filho natural de Maria, aptidão para o trabalho leve, profissão vaqueiro. Número de ordem da matrícula mil duzentos e sessenta e dois, nome Fiandres, cor parda, idade de vinte e cinco anos, estado solteiro, filiação filho natural de Roza, aptidão para o trabalho, capaz de qualquer trabalho, profissão vaqueiro. E nada mais se continha nem outra alguma

³¹³ BRASIL. *Collecção das Leis do Império do Brasil (1871)*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1871, t. XXXXI, p. 147-151, Lei Imperial 2.040, 28 set. 1871. Citado por NEVES, Erivaldo Fagundes, *Escravidão, pecuária e policultura...*, op. cit., p. 84-85.

coisa declarava em o dito livro de matrícula.³¹⁴

Devido à obrigação dos senhores escravistas colocarem a aptidão na lista de matrículas dos escravos, havia preocupação com os escravos mais velhos, tanto de Pedro que em 1872 tinha 65 anos, que trabalhava na lavoura; quanto com Alexandre na época com 50 anos, que trabalhava como vaqueiro. Foi revelado que ambos tinham aptidão para os trabalhos leves. A obrigação de matricular os escravos, teria levado ao casal, dono do escravo a solicitar ao escrivão Manoel Antônio da Silva Lobo que acrescentasse ao documento que se preservava a saúde dos escravos, e evitava em que trabalhassem no serviço pesado. Mas na prática, não se há como aferir se isso foi cumprido.

Quanto aos escravos mais novos, como Fiandres que em 1872 se encontrava com 25 anos, mesmo com uma ocupação especializada, a de vaqueiro, a fonte o caracteriza como “capaz de qualquer trabalho”. Na sua multifuncionalidade, um escravo vaqueiro, conhecia, para além do trato com o gado, a região e os caminhos das boiadas, os contatos realizados pelos seus senhores em outras localidades, em suma, uma série de aprendizagens indispensáveis à continuidade dos negócios dos proprietários.³¹⁵ Na Região de Campinas, um ofício qualificado podia levar uma pessoa de poucos recursos a certa prosperidade.³¹⁶ Os vaqueiros além de labutarem nos serviços diários nas fazendas, poderiam exercer funções extrarregionais nas conduções das boiadas. Era corriqueiro os escravos com uma profissão, atuarem em outras atividades econômicas. A escravidão não poupava ninguém, uma vez que por causa dos interesses econômicos dos senhores de escravos, eles não se importavam nem com as capacidades físicas das pessoas.

Uma tabela referente ao período de 1850 a 1888, com as ocupações dos escravos da região de Itaberaba encontradas nos inventários, procurações, escrituras, testamentos e carta de liberdade, apresentou os seguintes resultados: 63 do serviço da lavoura, 19 domésticos, 10 da agricultura, quatro costureiras, quatro vaqueiros, uma gomadeira, dois de qualquer serviço e dois desenvolviam outros serviços. Se somar os 63 escravos do serviço da lavoura com os 10 da agricultura, que decerto são atividades afins e somente foi mudada a nomenclatura na

³¹⁴ Fórum Desembargador Hélio Lanza (Comarca de Itaberaba). Inventário de Maria de Figueiredo Mascarenhas, autuado em 1880, p. 14-15.

³¹⁵ PIRES, Maria de Fátima Novaes, op. cit., p. 169.

³¹⁶ SLENES, Robert W. *Senhores e subalternos no Oeste Paulista*: In: ALENCASTRO, L. F.; NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil (Volume 2)*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 244.

documentação, a agricultura aparece como a principal atividade econômica regional com 73 escravos.³¹⁷

Nas regiões de Feira de Santana, de Cachoeira, de Feira de Santana, de Jeremoabo, do Morro do Chapéu e do Alto Sertão da Bahia, a maior quantidade de escravos também estava ligada a lavoura. Guerreiro encontrou apenas quatro vaqueiros escravizados. Um deles, era o crioulo Luís, de 50 anos, que pertencia em 1872 a senhora Maria Francisca Conceição, defeituoso de uma perna, avaliado em 500\$000³¹⁸ (quinhentos mil réis). Desse modo, tanto na agricultura como na pecuária, as debilitações dos escravos não eram problemas para o exercício das atividades. O lavrador Francisco e o vaqueiro Luís, mesmo com deficiências físicas para o trabalho, permaneceram nas labutas cotidianas no cativeiro. Em 1865 Francisco tinha 45 anos e em 1872 Luís tinha 50 anos. Faltava quatro anos para Francisco alcançar a idade limite da faixa etária economicamente ativa da escravidão e Luís já tinha ultrapassado um ano da faixa etária, mas o cativeiro não os poupou.

Desse modo, a escravidão esteve presente com veemência no período de extinção gradual da escravidão na Região de Itaberaba, sobretudo na agropecuária e nos serviços domésticos. Numa época de incertezas, quem teve mais recursos econômicos aumentou o número de escravos, em contrapartida existiram maneiras diversas das pessoas se libertarem do cativeiro. Quando os donos não os libertaram por conta própria, os que lutaram pelas suas liberdades, recorreram a estratégias para almejar o objetivo, alguns, através do pecúlio compraram suas cartas de liberdade, outros também ajudados por parentes e amigos. Numa carta de liberdade as senhoras libertam um cativo:

saibão quantos este publico enstrumento de lançamento de carta de liberdade, que sendo anno do nascimento de nosso senhor Jezuz Crhusto, de mil e oitocentos e çincoenta e tres, aos dezaçete dias do mez de agosto do ditto anno, nesta Friguizia de Noçça Senhora do Rozario do Orobó, termo de Feira de Santa'Anna, Comarca da cidade de Cachoeira, em meo Cartorio foi representado hua carta de liberdade do criollo Manoel, conçidida por suas senhoras, Anna Rosa de Jezuz e Bernadina Rosa de Jezuz o qual fora passado por Antonio Marcellino de Figueiredo Mascarenhas. Dizemos: entre os bens de que somos senhoras legítima possuímos bem assim hum escravo de nome Manoel, criollo, idade de seçenta anos mais ou menos, cujo escravos forramos e forrado temos, pello preço de çento e vinte mil réis, por conta foi avaliado o qual recebemos e o fazer desta em moeda corrente, ele de hoje endiante poderá o dito gozar de sua liberdade como do ventre livre sido nascido e por verdade não saber ler nem escrever, pedi a Antônio Marçellino de Figueiredo Mascarenhas, que este pasçasse e a meo rogo assignasse e a rogo de Bernardina Rosa de Jesus asçignou Profirio de

³¹⁷ GUERREIRO, Cleia Dias, op. cit., p. 26.

³¹⁸ Idem.

Oliveira Fraga, em presença das testemunhas.³¹⁹

Nem todos foram favorecidos por cartas de liberdade, como o escravo Manoel. Nesse caso, em 1853, ele já estava com 60 anos, a fonte não deixa claro se foi ele ou outra pessoa pagou pela liberdade, somente tem a informação que as donas receberam 120\$000 (cento e vinte mil réis). Numa sociedade escravista, a carta de liberdade que um senhor concedia a seu cativo deve ser também analisada como o resultado dos esforços bens sucedidos de um negro no sentido de arrancar a liberdade a seu senhor.³²⁰ Mas, a alforria não significava extinção da dependência pessoal com o ex-senhor.³²¹ Mesmo libertos, por não terem outras alternativas, alguns ex-escravos permaneceram trabalhando para os seus ex-senhores. No caso do escravo Manoel, a incerteza após a alforria permeou a sua vida, pois já estava com idade avançada, não há mais informações sobre sua trajetória, nem mesmo a fonte informa a sua profissão, apenas revela que o mesmo era analfabeto, um fator complicador para quem arriscasse a sobrevivência fora de sua territorialidade.

Manoel e outros escravos propuseram negociações e conseguiram se libertar do cativo para não terem os dissabores de saírem de suas terras para servirem aos senhores escravistas de outras regiões. Os Sertões lhes proporcionavam mais possibilidades de sobrevivências. Na época que Manoel conseguiu a liberdade, muitos escravos sertanejos foram vendidos ao Oeste Paulista para trabalharem na lavoura cafeeira. O comércio interno de escravos, já bastante ativo nas décadas de 1850 e 1860, recrudescer nos anos de 1870, despejando vários milhares de cativos no Oeste paulista, oriundos em sua maioria do Nordeste e do Rio Grande do Sul. No tráfico interno de escravos para o Sudeste e sobretudo para o Oeste paulista, tanto antes quanto depois de 1850, os homens predominavam largamente sobre as mulheres.³²² O tráfico interno de escravos era um negócio rentável, pois o preço no Oeste paulista era mais que o dobro do pago no sertão da Bahia.³²³ Nesse período, recrudescer consideravelmente a venda de escravos sertanejos para aquela região.³²⁴ Tiveram

³¹⁹ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Carta de Liberdade (1853), p. 1.

³²⁰ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 23.

³²¹ FERREIRA, Jackson André da Silva, op. cit., p. 101.

³²² SLENES, Robert W. *Senhores e subalternos no Oeste Paulista...*, op. cit., pp. 249 e 251.

³²³ PIRES, Maria de Fátima Novaes, op. cit., p. 49.

³²⁴ “Sampauleiros e traficantes” de Erivaldo Fagundes Neves, foi o primeiro trabalho sobre o tráfico interno entre o Alto Sertão da Bahia e o oeste cafeeiro paulista. Ver: NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sampauleiros e traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista*. Afro-Ásia, 24, 2000.

sorte os sertanejos que conseguiram a alforria antes ou não foram vendidos para aquelas paragens.

O interessante que dois escravos que constam como alforriados no inventário de Florentino Mascarenhas, assim como Manoel, já estavam com idades avançadas, Joaquim com 50 anos mais ou menos e Marsal com 60 anos. Nos casos, as idades se configuravam como pré-requisitos para almejem a tão sonhada alforria, depois de uma vida toda de labuta no cativeiro. As alforrias coletivas sob condição ou gratuitas era uma estratégia de conter a insatisfação e evitar o abandono das propriedades.³²⁵ Poder-se-ia também alforriar escravos através do Fundo de Emancipação, mantido por taxas, rendas e títulos da dívida a este fim destinados e “pecúlio de contribuição” do próprio escravo.³²⁶

Na Região de Itaberaba não somente ocorreram liberdades individuais, como também liberdades coletivas, os escravos foram favorecidos com instrumentos públicos através do Fundo de Emancipação. Verifica-se isso numa circular de 1883, enviada do Palácio da Presidência da Província da Bahia para a Vila do Orobó:

remetendo-lhe o incluso quadro da quarta distribuição do fundo de emancipação, recorrendo a Vossa Excelência que, na qualidade de Presidente da respectiva Junta desse município, convoque a mesma Junta para sua reunião no dia 28 de fevereiro próximo futuro que lhe fica designado na forma do disposto Art. 3º. do Decreto número 6341 de 20 de setembro de 1876, afim de proceder aos respectivos trabalhos, classificando somente tantos escravos quanto possam ser libertados com a importância das quantias disponíveis, em conformidade do disposto Art. 2º. do citado Decreto. Tenho por muito recomendado a Vossa Excelência a fiel observância das disposições regulamentares, a qual incumbe imediatamente à mesma Junta, afim de não serem atropelados direitos reconhecidos por lei, nem preteridas as formalidades necessárias, de modo que a classificação seja fielmente feita, na ordem do Art. 27 do Regulamento que baixou com o Decreto número 5135 de 13 de novembro de 1872.³²⁷

A circular foi encaminhada, com uma tabela anexa, informando os municípios contemplados com as cotas da quarta distribuição do Fundo de Emancipação. Veja a tabela VIII. A circular atendia uma demanda de 15 de maio de 1880 e mais ordens em vigor do Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Os municípios que não foram beneficiados pela primeira, segunda e terceira distribuições, receberam os valores junto com a quarta cota.

³²⁵ FRAGA FILHO, Walter, op. cit., pp. 113-114.

³²⁶ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja...*, p. 292.

³²⁷ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Recebidas, cx. 905, circular, seção 2ª., nº. 691, (1883).

Tabela VIII
Cotas dos Núcleos Populacionais:
Quarta distribuição do Fundo de Emancipação (1883)

Nº.	Núcleo Populacional	Cotas	Nº.	Núcleo Populacional	Cotas
1	Salvador	23:827\$117	44	Bom Conselho	2:630\$475
2	Cachoeira	19:876\$957	45	Urubú	2:000\$507
3	Currallinho	4:432\$829	46	Itaparica	1:255\$681
4	Santo Amaro	21:124\$509	47	Camamú	1:214\$720
5	Vila de São Francisco	15:182\$234	48	Barcelos	1:114\$720
6	Santana do Catú	3:398\$592	49	Santo Antônio de Jesus	1:114\$720
7	Maragogipe	10:193\$859	50	Caravelas	1:089\$774
8	Nazaré	7:562\$305	51	Xique-Xique	828\$180
9	Santo Antônio de Jesus	3:078\$044	52	Vila Nova da Rainha	853\$764
10	Feira de Santana	9:143\$451	53	Campo Formoso	526\$113
11	Jacuípe	3:036\$364	54	Juazeiro	1:029\$938
12	Caetité	7:031\$476	55	Sento Sé	1:009\$563
13	Bom Jesus dos Meiras	3:823\$372	56	Barra do Rio Grande	1:165\$761
14	Purificação	3:065\$961	57	Maracás	1:165\$761
15	Serrinha	1:677\$871	58	Monte Santo	1:059\$722
16	Minas do Rio de Contas	4:062\$574	59	Alcobaça	1:049\$059
17	Bom Jesus do Rio de Contas	1:203\$774	60	Jaguaripe	1:02\$998
18	Abrantes	3:046\$856	61	Abadia	1:104\$154
19	Mata de São João	3:019\$343	62	Pombal	1:043\$776
20	Alagoinhas	6:004\$758	63	Tucano	1:042\$509
21	Lençóis	5:068\$474	64	Taperoá	1:432\$257
22	Monte Alto	3:043\$028	65	Nova Boipeba	791\$449
23	Riacho de Santana	1:095\$218	66	Carinhanha	732\$455
24	Itapicurú	4:094\$851	67	Capim Grosso	742\$761
25	Santo Antônio da Barra	4:012\$335	68	Barra do Rio de Contas	729\$184
26	Inhambupe	4:074\$697	69	Monte Alegre	618\$613
27	Brejo Grande	4:002\$389	70	Santa Rita do Rio Preto	604\$340
28	Entre Rios	3:853\$344	71	Campo Largo	604\$340
29	Macaúbas	3:090\$323	72	Santarém	509\$813
30	Camisão	3:017\$903	73	Vila de Santa Maria da Vitória	505\$590
31	Orobó	3:212\$576	74	Maraú	863\$562
32	Tapera	3:172\$964	75	Porto Seguro	521\$323
33	Conde	3:043\$307	76	Soure	406\$031
34	Valença	2:532\$962	77	Morro do Chapéu	235\$402
35	Jeremoabo	1:212\$774	78	Cairú	236\$101
36	Santa Isabel do Paraguaçu	2:588\$057	79	Belmonte	203\$901
37	Areia	2:046\$924	80	Canavieiras	197\$861
38	Jacobina	2:178\$119	81	Prado	197\$262

39	Pilão Arcado	2:129\$816	82	Olivença	105\$040
40	Viçosa	2:041\$827	83	Trancoso	36\$289
41	Porto Alegre	1:049\$813	84	Vila Verde	36\$280
42	Vitória	1:000\$928	85	Santa Cruz	30\$250
43	Poções	838\$864		Total:	466:193\$749

Fonte: Correspondências Recebidas, cx. 905, circular, seção 2ª., nº. 691, (1883).

Os únicos núcleos populacionais da região que receberam as cotas foram Camisão 3:017\$903 (três contos, dezessete mil e novecentos e três réis) e Orobó 3:212\$576 (três contos, duzentos e doze mil e quinhentos e setenta e seis réis). Por sua vez, os municípios que mais receberam as cotas na Província da Bahia foram Salvador 23:827\$117 (vinte e três contos, oitocentos e vinte e sete mil e cento e dezessete réis), Santo Amaro 21:124\$509 (vinte e um contos, cento e vinte quatro mil e quinhentos e nove réis) e Cachoeira 19:876\$957 (dezenove contos, oitocentos e setenta e seis mil e novecentos e cinquenta e sete réis), que tinham as maiores concentrações de escravos.

Há outra circular de 1886, do mesmo remetente, solicitando à Junta da Vila do Orobó que remeta ao Juiz de Órfãos, a classificação dos escravos beneficiados com à sétima cota do Fundo de Emancipação.³²⁸ Não há mais informações sobre outras cotas, nem se escravos mencionados nesta pesquisa usufruíram do Fundo de Emancipação. As pessoas pobres careciam de vínculos cotidianos, as suas condições os forçavam tecerem sociabilidades como se fosse uma forma de proteção contra as adversidades. Era fundamental após as liberdades, recorrerem as redes de amizade e aos parentes para conseguirem vagas no mercado de trabalho.

Nenhum ser humano gostava da condição de submissão oferecida pelo sistema escravista. Apesar de que alguns escravos preferiam a deferência aos seus senhores mesmo depois de alforriados, que ofereciam pelo menos as rações básicas diárias necessárias para a sobrevivência, do que arriscar a sorte em outros lugares, longe das localidades na qual tinha vínculos tanto com seus senhores, quanto com parentes e amigos. A crise econômica que se abateu na Província da Bahia nos finais da escravidão, não eliminou a presença de escravos no Alto Sertão da Bahia. Ainda que o tráfico inter e intraprovincial, as lutas pelas alforrias e, posteriormente, as migrações, tiveram tido perdas consideráveis no mapa da população local, não se pode aceitar a tese de um “esvaziamento da região”.³²⁹ Enquanto no mundo metropolitano ocorria a transformação do súdito em cidadão, no Alto Sertão, a fome induzia

³²⁸ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Recebidas, cx. 905, circular, seção 2ª., nº. 671, (1886).

³²⁹ PIRES, Maria de Fátima Novaes, op. cit., p. 185.

indivíduos a se venderem como escravos apenas pela mísera ração diária e vestimentas básicas.³³⁰ Desse modo, a pobreza extrema forçavam as permanências em suas regiões.

Porém, as resistências escravas estiveram presentes, aquela visão foi superada do escravo como massa de manobra. Numerosas revoltas e corporações escravas atemorizavam no Recôncavo Baiano, Salvador e seus arredores ao longo de todo o século XIX. Os senhores apostaram no endurecimento do controle escravo, mas essas medidas estimulavam mais resistências.³³¹ Tiveram muitas fugas, os escravos capturados eram severamente punidos. Em alguns conflitos violentos, ocorreram não somente as mortes de escravos, como também senhores foram ceifados pelas reações silenciosas ou explosivas dos cativos.³³² No Morro do Chapéu, não foram encontrados casos de violências físicas nas relações entre o casal Soares da Rocha e seus escravos, mas tinham recursos humanos suficientes para aplicá-las.³³³ Mesmo em meio aos conflitos violentos ou não, permaneceram em todos os setores uma grande dependência dos senhores com a mão de obra escrava. Na Região de Itaberaba não foram compulsados processos crimes que daria uma visibilidade desses conflitos.

O sistema escravista minava gradativamente depois da segunda metade do século XIX. O declínio ocorreu em virtude da extinção do tráfico Atlântico, do recrudescimento das revoltas escravas, dos movimentos abolicionistas e da legislação do Império.³³⁴ Uma missiva de 14 de maio de 1888 do Palácio da Presidência foi enviada para Vila do Orobó com as seguintes informações: em virtude do telegrama que hoje me enviou o Ministro de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, declarando que foi ontem sancionada a lei que na mesma data extinguiu a escravidão no Brasil, e recomendo-me providenciar para ser desde já executada, assim a comunicar a essa Comarca para que dê a referida lei a publicidade, a fim de ser conhecida pelos seus municípios.³³⁵ Assim, como outras regiões, Itaberaba foi informada da lei que aboliu a escravidão no Brasil.

Em Rio de Contas, a notícia da Lei Áurea chegou através dos líderes locais, que se mobilizaram no sentido de torná-la pública. Entusiasmos que pareceu tomar conta das autoridades do sertão, respaldada num sentimento que tomou várias partes do litoral do

³³⁰ NEVES, Erivaldo Fagundes, *Escravidão, pecuária e policultura...*, op. cit., p. 251.

³³¹ REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 77.

³³² FRAGA FILHO, Walter, op. cit., p. 63 e 80.

³³³ FERREIRA, Jackson André da Silva, op. cit., p. 14.

³³⁴ PIRES, Maria de Fátima Novaes, op. cit., p. 249.

³³⁵ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondências Recebidas, cx. 905, circular, seção 2ª., nº. 1558, (1879).

Brasil.³³⁶ A Câmara de Cachoeira somente recebeu na semana seguinte a comunicação oficial da Abolição. Mas, a notícia se espalhou rapidamente antes da notícia oficial, bastante festejada nas senzalas dos engenhos e das cidades da região, com ruidosos “sambas” durante toda a noite de 13 de maio 1888 e dos dias seguintes.

Nesses dias os ex-escravos se negaram a receber ração diária, a seguir para o trabalho no canavial e a trabalhar sem remuneração. Foi tão festejada a data que um militante abolicionista colocou o nome da filha Aurorina Maiotrze Bastos. Em outras localidades da província a festa da abolição também se prolongou por muitos dias.³³⁷ Não se tem informações quando a Região de Itaberaba recebeu a missiva oficial e o grau de satisfação com a notícia dos segmentos populares sertanejos.

³³⁶ PIRES, Maria de Fátima Novaes, op. cit., p. 249-250.

³³⁷ FRAGA FILHO, Walter, op. cit., p. 124-125.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação, ao partir da Região de Itaberaba, fez uma opção para estudar os Sertões da Bahia, pois parte da premissa que essa região nunca esteve isolada das outras. O desenvolvimento de algumas atividades econômicas como a produção de policulturas, a mineração e a pecuária ajudou na conexão do vasto território sertanejo com outras regiões desde o período colonial. Nesse sentido, o estudo é uma contribuição no contexto de expansão historiográfica baiana que tem eleito os sertões como objeto privilegiado de análise, concorrendo para descaracterizar estudos sobre os territórios sertanejos que os abordam apenas como complementares das economias litorâneas, como se não desenvolvessem atividades que atendessem às suas demandas. O importante que sempre houve comunicação dos Sertões da “Pedra que Brilha” com diversos territórios nacionais.

O século XIX é bastante estudado nas diversas partes do território nacional, sobretudo de meados do século até o ano de 1888, tendo como marcos históricos, o final do tráfico transatlântico de escravos e a Abolição da Escravatura. Apesar de não ser o objetivo central estudar a escravidão na região, era impossível não trazer à luz a reprodução do sistema escravista nessa localidade. A escravidão esteve presente em todas as atividades econômicas e não foi um fenômeno meramente litorâneo, onde havia as maiores concentrações de escravos.

O recuo no tempo para entender a origem da região de Itaberaba se fez importante para verificar as disputas pelas terras desde o período colonial e perdurou durante todo o século XIX. Apesar de ter sido caminho para as zonas mineradoras, os principais núcleos populacionais da região, João Amaro e Itaberaba, surgiram por causa das fazendas de gado, Araçás ou Andarahy de Baixo e São Simão. Outra famosa fazenda da região era a Santa Isabel, única compulsada nos inventários da família Mascarenhas a não ter mão de obra escrava, e simbólica por ter sido frequentada pelo poeta Castro Alves. Desse modo, as fazendas foram relevantes espaços não somente para produzirem subsistências e venderem o excedente, mas também como espaços de trocas culturais e de sociabilidades.

A Região de Itaberaba não teve somente conflitos entre os ocupadores brancos e indígenas, negros fugidos dos engenhos criaram quilombos na região, inclusive o do Orobó é o mais antigo que se tem notícias. Até o chefe dos emboabas, Manuel Nunes Viana, após ser

expulso das Minas Gerais, criou gado na região. Mas, como se viu ao longo deste estudo, quem sedentarizou na região foi a família Mascarenhas, desde que chegaram aos Sertões da “Pedra que Brilha”, criaram mecanismos de perpetuação no poder, sendo o sobrenome Mascarenhas, o mais repetido nas diferentes fontes, inclusive os principais donos da tríade sertaneja e outros bens.

Por ser um trabalho pioneiro que traz uma perspectiva inédita para a região, coloca em cena personagens de categorias subalternizadas como lavradores e vaqueiros, outrora esquecidos pelos pesquisadores preocupados apenas com documentos oficiais que evidenciava somente as elites locais, sobretudo, fazendeiros e coronéis. Além de lavradores, vaqueiros e outros grupos sociais do sexo masculino, mulheres e crianças (ambos os sexos), também podem ser estudados com a utilização de diferentes recursos metodológicos e aportes teóricos.

O importante é que os estudos sobre os Sertões da Bahia estão aparecendo com mais intensidades, há no APB, no APMI, no Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza e no Arquivo da Paróquia, além dos listados neste estudo, mais tipologias documentais a serem exploradas de diversas épocas. Para uma região banhada pelo Rio Paraguaçu, o principal rio genuinamente baiano, ainda há muitas histórias e encantos a serem descortinados e narrados. E que surjam mais estudos.

ANEXOS I

Quadro 1

Relação de inventariantes e inventariados (1852-1858)

Ano	Inventariante	Inventariado
1852	Ana Francisca da Conceição	Manoel Luiz de Almeida
1852	Joaquim Pereira da Conceição	Maria Delfina de Jesus
1854	Bernardina Rosa de Jesus	Antônio Pereira Mascarenhas
1856	Maria Maximiana da Fonseca	Feliciano Antunes da Costa
1858	Felix Fernandes Sena	Maria Francisca Sena

Fontes: inventários

Quadro 2

Relação de inventariantes e inventariados (1860-1869)

Ano	Inventariante	Inventariado
1860	José da Costa Lima	Josefa Teodora de Lima
1861	Maria de Jesus da Cunha	Antônio Pereira da Cunha
1861	Maria Francisca da Conceição	Manoel dos Reis Rocha
1861	Silvania Maria Florinda	Maximiano José Victoriano
1862	Maria Albina dos Santos	Maria Clara da Silva
1863	Jesuino Gonçalves dos Santos	Maria Carolina de Lima
1863	Joaquim dos Reis de Santana	Ana Clemência do Amor Divino
1863	Maria das Mercês do Espírito Santos	Joaquim Pedro Alexandrino
1863	Manoel Pedro dos Santos Filho	Juliana Maria de Jesus
1864	Clara Maria da Conceição	Manoel da Souza Silva
1864	José Pedro Costa	Paulina Maria de Jesus
1864	Manoel Pereira de Almeida	Matildes Teodora de Lima
1865	Felipe Fernandes Serra	Florentino Pereira Mascarenhas
1865	Maria Joaquina de Oliveira Fraga	Profinio de Oliveira Fraga
1867	Ana Joaquina de Jesus	Felipe Nery de Cerqueira
1869	Joaquim de Oliveira Fraga	Inácia Joaquina do Amor Divino
1869	Manoel Faustino de Oliveira	Maria Senhorinha da Conceição

Fontes: inventários

Quadro 3

Relação de Inventariantes e inventariados (1872-1879)

Ano	Inventariante	Inventariado
1872	Doralina Maria de Souza	Manoel Pedreira de Cerqueira
1872	Felipe Fernandes Sena	Maria Francisca da Conceição
1872	Florinda Maria de Jesus	José Machado de Oliveira
1873	Antônio Maria de Jesus	José Lourenço Pereira
1873	Antônio Venâncio de Sales	Tereza Maria de Jesus
1873	João Paulo Ferreira	Francisco Pereira
1873	Manoel Eugênio de Cintra	Ana Maria da Silva
1875	José Profinio Mascarenhas	Maria Leopoldina Encarnação
1876	Florentina Maria da Conceição	José Pedro Carlos
1876	Maria de Jesus Cunha	Antônio Pereira da Cunha
1877	Antônio Pereira de Azevedo	Estevão Pereira de Azevedo
1877	Amrito Bispo da Costa	Manoel Frutuoso da Costa
1877	Joaquim Manoel da Cunha	Eumana Maria das Virgens
1878	Antônio Cavaquinho de Bonfim	Angêla Victoriana
1878	Florentino Pinto dos Santos	Ana Joaquina
1878	José Pereira da Cunha	Maria Pereira de Jesus
1879	Ana Tibéria Sampaio das Neves	Bernardo José das Neves
1879	Alexandrina Maria de Jesus	Alexandre José Pereira
1879	Antônio Cavaquinho de Bonfim	Constância Merenciana do Sacramento
1879	Francisco Lopes de Sousa	José Gabriel de Carvalho
1879	Maria Justiniana dos Santos	João Pereira dos Santos
1879	Martinho Pereira dos Santos	Maria Dionísia dos Santos

Fontes: inventários

Quadro 4

Relação de inventariantes e inventariados (1880-1884)

Ano	Inventariante	Inventariado
1880	Antônio Pereira Mascarenhas	Maria de Figueiredo Mascarenhas
1880	Manoel Vicente de Souza	Francisca Xavier de Carvalho
1880	Marcolino de Queirós Pinto	Maria Francisca de Pereira
1880	Maria Doralina de Oliveira	Guilhermino Evangelista de Oliveira
1881	Alexandrina Barbosa de Jesus	Antônio Inácio da Silva
1881	Ana Joaquina de Lima	Francisco Gonçalves Pereira
1881	Felipe de Oliveira Santos	José de Oliveira Santos
1881	Felipe Fernandes Serra	Eugênio Fernandes Serra
1881	Francolino José de Oliveira	Rosa Evangelista de Oliveira
1881	José Teles do Nascimento	Ana Maria do Espírito Santo

1881	Lina Maria de Jesus	Francisco de Assis Belo
1881	Manoel Joaquim da Silva	Lauriana Maria de Jesus
1881	Maria Francisca de Lima	Florêncio de Souza e Silva
1882	Ana Francisca de Jesus	Felipe Nery da Silva
1882	Francisco Nunes de Souza	Maria Senhorinha de Jesus
1882	Manoel Antônio Teixeira	Ana Rosa de Jesus
1882	Rosalina Martiniana de Jesus	Manoel Conceição do Nascimento
1883	Antônio Borges de Araújo	Francisca Maria de Jesus
1883	Camila Rosa da Silva	Saturnino Ferreira da Silva Carneiro
1883	Isidoro Alexandrino de Queirós	Joaquim Pedro Alexandrino
1884	Caetano de Oliveira Fraga	Franklin de Meneses Fraga
1884	Carlota Maria de Jesus	Manoel Pereira da Silva
1884	Manoel Vicente Barbosa	Carolina Maria da Conceição
1884	Vitorino Archanjo da Silva	João Gomes da Mota

Fontes: inventários

ANEXOS II

Tabela I
Lista de cidadãos: primeiro quarteirão

Nº.	Nome	Idade	Estado civil	Profissão	Sabe Ler	Renda	Observação
1	Antonio de Souza Ribeiro	55 anos	casado	negociante	sim	500\$000	elegível
2	Antonio Marcellino de Figueiredo Mascarenhas	62 anos	casado	negociante	sim	400\$000	elegível
3	Antonio Bernardo dos Santos	54 anos	casado	negociante	sim	200\$000	elegível
4	Antonio Custódio da Silva	38 anos	casado	oficial	sim	300\$000	elegível
5	Antonio Fausto da Silva	40 anos	solteiro	lavrador	sim	200\$000	elegível
6	Bernardo José das Neves	46 anos	casado	negociante	sim	2:000\$000	elegível
7	Francisco Gomes	54 anos	solteiro	negociante	não	400\$000	elegível
8	Jeronymo José Baptista	67 anos	viúvo	pedreiro	sim	300\$000	elegível
9	José Gomes da Silva	34 anos	solteiro	lavrador	sim	200\$000	elegível
10	João Luis Barbosa	55 anos	casado	escrivão	sim	400\$000	elegível
11	João Antonio da Trindade	34 anos	casado	lavrador	sim	200\$000	elegível
12	Manoel Francisco dos Santos	30 anos	casado	lavrador	sim	200\$000	elegível
13	Manoel dos Santos Souza	34 anos	solteiro	sapateiro	não	200\$000	elegível
14	Marcollino Pereira Marques	42 anos	casado	negociante	sim	300\$000	elegível
15	Thomaz Ferreira da Silva	52 anos	casado	lavrador	sim	200\$000	elegível
16	Tiburcio Francolino Barbosa	25 anos	solteiro	negociante	sim	200\$000	elegível
17	José Joaquim de Lima	72 anos	casado	negociante	sim	300\$000	elegível

Fonte: Lista de Cidadãos (1878).

Tabela II
Lista de cidadãos: segundo quarteirão

Nº.	Nome	Idade	Estado civil	Profissão	Sabe Ler	Renda	Observação
18	Anselmo Ribeiro Lopes	27 anos	solteiro	escrivão	sim	400\$000	elegível
19	Aristides José das Neves	27 anos	solteiro	lavrador	sim	400\$000	elegível
20	Antonio Pereira da Costa	37 anos	casado	negociante	sim	400\$000	elegível
21	Antonio Olympio Mascarenhas	30 anos	casado	negociante	sim	600\$000	elegível
22	Antonio Possidonio de Salles	32 anos	casado	negociante	sim	500\$000	elegível
23	Alexandre de Figueiredo Mascarenhas	30 anos	casado	artista	sim	200\$000	elegível
24	Emiliano de Figueiredo Mascarenhas	25 anos	solteiro	artista	sim	200\$000	elegível
25	Francklin de Meneses Fraga	30 anos	casado	criador	sim	600\$000	elegível
26	Jeronymo José das Neves	54 anos	viúvo	negociante	sim	600\$000	elegível
27	José Pereira da Cunha	60 anos	casado	negociante	sim	600\$000	elegível
28	João Luis da Silva	50 anos	casado	artista	sim	300\$000	elegível
29	João Severio de Figueiredo	52 anos	casado	artista	sim	200\$000	elegível
30	Jeronymo Rocha Pires	28 anos	solteiro	emprego	sim	400\$000	elegível
31	José Baptista da Rocha	29 anos	casado	emprego	sim	400\$000	elegível

32	José Luis da Silva	25 anos	solteiro	artista	sim	200\$000	elegível
33	Liandro Daltro Soares	45 anos	viúvo	artista	sim	200\$000	elegível
34	Lioncio Custódio da Silva	38 anos	casado	emprego	sim	200\$000	elegível
35	Manoel Ferreira Pacheco	68 anos	solteiro	vigário	sim	2:000\$000	elegível
36	Manoel Francisco Gadelha	38 anos	casado	artista	sim	300\$000	elegível
37	Manoel Venancio de Macedo	36 anos	casado	artista	sim	300\$000	elegível
38	Pedro Marcellino Barbosa	27 anos	solteiro	artista	sim	400\$000	elegível
39	Roberto José dos Santos	40 anos	casado	artista	sim	200\$000	elegível
40	Sergio Ruiz de Souza	38 anos	solteiro	artista	sim	200\$000	elegível
41	Tertulino de Oliveira Fraga	26 anos	casado	artista	sim	600\$000	elegível

Fonte: Lista de Cidadãos (1878).

Tabela III

Lista de cidadãos: terceiro quarteirão

Nº.	Nome	Idade	Estado civil	Profissão	Sabe Ler	Renda	Observação
42	Antonio Alves Nogueira	35 anos	casado	artista	não	200\$000	elegível
43	Alexandre Pereira da Silva	35 anos	solteiro	artista	não	200\$000	elegível
44	Calisto José Ferreira	40 anos	casado	negociante	não	200\$000	elegível
45	Florentino Pereira Sardinha	36 anos	solteiro	artista	não	200\$000	elegível
46	Firmino Pereira Gomes	28 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
47	Firmino Borges de Oliveira	25 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
48	Lourenço José Barbosa	40 anos	casado	oleiro	não	200\$000	elegível
49	Lourenço José da Silva	25 anos	solteiro	artista	não	250\$000	elegível
50	Manoel Francisco	31 anos	casado	negociante	não	200\$000	elegível
51	Manoel Francisco do Espítito Santo	38 anos	casado	negociante	não	200\$000	elegível
52	Marcellino José da Silva	29 anos	casado	artista	não	250\$000	elegível
53	Manoel Sabino de Souza	43 anos	viúvo	lavrador	sim	200\$000	elegível
54	Manoel Polycarpo dos Anjos	65 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
55	Manoel da Silva dos Santos	39 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
56	Martiniano José da Silva	25 anos	solteiro	artista	não	200\$000	elegível
57	Joaquim da Silva Pereira	38 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
58	José Querino de Macedo	60 anos	solteiro	artista	não	200\$000	elegível
59	João Francisco da Silva	38 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
60	Severino Ferreira da Silva	50 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
61	Vicentino Pereira Lima	29 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível

Fonte: Lista de Cidadãos (1878).

Tabela IV
Lista de cidadãos: quarto quarteirão

Nº.	Nome	Idade	Estado civil	Profissão	Sabe Ler	Renda	Observação
62	Antonio Pedro de Lima	28 anos	casado	artista	não	200\$000	elegível
63	Bernardino José Firmino	40 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
64	José Candido do Nascimento	45 anos	casado	negociante	não	200\$000	elegível
65	José Avalino de Sant'Anna	41 anos	casado	negociante	não	200\$000	elegível
66	Isidorio Manoel Rocha	49 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
67	Marcos Cassiano Ferreira	55 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
68	Manoel Bento do Nascimento	32 anos	casado	negociante	não	200\$000	elegível
69	Marcolino Bento do Nascimento	25 anos	solteiro	negociante	não	200\$000	elegível
70	Manoel Athanazio Pereira	45 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
71	Manoel da Escalação	25 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
72	Manoel Galdino da Silva	55 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
73	Honorato Pereira Soriano	50 anos	casado	artista	não	200\$000	elegível
74	Pedro Pereira Borges	54 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
75	Roberto José da Silva	28 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
76	Thomaz José da Silva	25 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
77	Xavier Bento do Nascimento	30 anos	casado	negociante			
78	Felipe Bento dos Santos	28 anos	casado	negociante			

Fonte: Lista de Cidadãos (1878).

Tabela V
Lista de cidadãos: quinto quarteirão

Nº.	Nome	Idade	Estado civil	Profissão	Sabe Ler	Renda	Observação
79	Aristides José das Neves	27 anos	solteiro	lavrador	sim	400\$000	elegível
80	Amancio Ferreira	26 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
81	Benedito Gonçalves de Souza	25 anos	casado	criador	sim	200\$000	elegível
82	Carlos Antonio Cardoso	52 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
83	Eduardo de Senna Barauna	25 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
84	Estevão Antonio de Sant'Anna	26 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
85	Firmino Ruiz de Souza	26 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
86	Francisco Nunes de Souza	30 anos	casado	lavrador	não	300\$000	elegível
87	Felisberto José Nascimento	27 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
88	Francisco Pereira da Costa	32 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
89	Isidorio Gonçalves da Silva	50 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
90	Inocêncio José dos Santos	35 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
91	José Barbosa de Meneses	45 anos	casado	vaqueiro	sim	200\$000	elegível
92	José Nunes de Souza	45 anos	casado	lavrador	não	400\$000	elegível
93	Jeronymo Nunes de Souza	32 anos	casado	lavrador	não	400\$000	elegível
94	João Gonçalves dos Santos	45 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
95	José Joaquim de Sant'Anna	30 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
96	João José do Nascimento	30 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível

97	José Ferreira dos Santos	45 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
98	José Antonio de Sant'Anna	30 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
99	Joaquim José Vieira	70 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
100	José Gonçalves dos Santos	27 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
101	João Gragório dos Santos	36 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
102	José Joaquim do Nascimento	30 anos	viúvo	lavrador	não	200\$000	elegível
103	Joaquim Pereira de Almeida	40 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
104	João Baptista dos Santos	35 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
105	João Antonio Pereira	36 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
106	João Antonio dos Santos	32 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
107	José Bento Mocó	60 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
108	Manoel Antonio de Sant'Anna	70 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
109	Manoel Ruiz dos Santos	30 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
110	Manoel José do Nascimento	30 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
111	Manoel da Hora	35 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
112	Manoel José Baptista	26 anos	viúvo	lavrador	não	200\$000	elegível
113	Manoel João Ferreira	28 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
114	Manoel Luis de Macedo	60 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
115	Manoel José Maximiano	40 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
116	Manoel Albino	45 anos	viúvo	oleiro	não	200\$000	elegível
117	Marcelino Barbosa de Lima	35 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
118	Manoel José Severio	25 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
119	Manoel Ruiz Themoteo	40 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
120	Pedro Bispo Cardoso	26 anos	casado	lavrador	sim	200\$000	elegível
121	Pedro José Maximiano	25 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
122	Rogério José da Trindade	26 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
123	Romão Pereira	25 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
124	Syriaco Pereira dos Santos	30 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
125	Theodozio Antonio de Sant'Anna	25 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
126	Themoteo José dos Santos	30 anos	solteiro	official	não	200\$000	elegível
127	Vicente Pereira de Almeida	45 anos	casado	lavrador	sim	200\$000	elegível
128	Vicente Ferreira dos Santos	40 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
129	Feliciano Nunes de Souza	30 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
130	Lucio Nunes de Souza	26 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
131	Lino Nunes de Souza	25 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
132	Plácido José Soares	28 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível

Fonte: Lista de Cidadãos (1878).

Tabela VI
Lista de cidadãos: sexto quarteirão

Nº.	Nome	Idade	Estado civil	Profissão	Sabe Ler	Renda	Observação
133	Antonio Moreira dos Santos	34 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
134	Antonio Pereira da Silva	62 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
135	Aniceto Dias e Araujo	37 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
136	Angelo José Lourenço	37 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
137	Cyriaco Ferreira de Oliveira	34 anos	solteiro	lavrador	sim	600\$000	elegível
138	Clemente Moreira dos Santos	33 anos	casado	lavrador	sim	200\$000	elegível
139	Clemente Bispo Correia	22 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
140	Eduardo de Sena Barauna	28 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
141	Firmino Ruiz de Souza	27 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
142	Firmino Romão Pereira	27 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
143	Felisberto Moreira Ramos	42 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
144	Faustino Gonçalves de Oliveira	32 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
145	Firmino Januario dos Santos	25 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
146	Galdeno Carlos dos Santos	25 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
147	Hilarião Barbosa Lial	23 anos	casado	lavrador	sim	400\$000	elegível
148	João Julião de Oliveira	32 anos	casado	lavrador	sim	500\$000	elegível
149	João Baptista de Freitas	40 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
150	João Pereira da Silva	29 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
151	Justino Pereira da Silva	50 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
152	Joaquim Pereira da Silva	22 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
153	José Pereira da Silva	54 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
154	Jeronymo Emiliano de Oliveira	30 anos	casado	lavrador	não	400\$000	elegível
155	José Sampaio de Mello	34 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
156	José Mathias	34 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
157	João Francisco Cutia	26 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
158	José Amaro Lebre	35 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
159	José Maria de Nascimento	30 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
160	Juveniano José de Araujo Bastos	26 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
161	João José de Araujo	28 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
162	Lino Pereira de Cunha	32 anos	casado	lavrador	não	400\$000	elegível
163	Lazaro Eurero dos Santos	26 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
164	Manoel José da Roza	70 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
165	Manoel Domingos de Lima	46 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
166	Manoel Bento Pereira	37 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
167	Manoel Francisco Theofilo	32 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
168	Manoel Sampaio de Mello José	34 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
169	Manoel Joaquim de Sant'Anna	40 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
170	Manoel João Paulo	26 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
171	Marcolino Rosa de Lima	32 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
172	Maximiano Meneses Ramos	26 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
173	Pedro Camacho do Nascimento	33 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível

174	Pedro Carreira Ellias	37 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
175	Parito Januario dos Santos	32 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
176	Pio Antonio de Jesus	37 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
177	Roque da Silva	72 anos	viúvo	lavrador	não	200\$000	elegível
178	Sabino José Gomes	30 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
179	Theodozio Apostolo da Silva	26 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
180	Vicente Januario dos Santos	26 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível

Fonte: Lista de Cidadãos (1878).

Tabela VII
Lista de cidadãos: sétimo quarteirão

Nº.	Nome	Idade	Estado civil	Profissão	Sabe Ler	Renda	Observação
181	Antonio Francisco Ferreira	25 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
182	André Julião de Andrade	44 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
183	Atanazio Vicente da Silva	37 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
184	Alberto Nunes de Souza	40 anos	casado	lavrador	não	300\$000	elegível
185	Clementino Nogueira de Queiros	36 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
186	Estevão Martins	25 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
187	Estevão Moreira Cardoso	83 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
188	Gonçallo Ferreira do Nascimento	25 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
189	Gonçallo Joaquim Marques	30 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
190	Isidorio Alexandrino de Queiros	38 anos	casado	lavrador	não	400\$000	elegível
191	José Severino da Silva	43 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
192	João Baptista dos Santos	25 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
193	José Ruiz de Oliveira	60 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
194	José Aniceto de Aquino	26 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
195	João Maria Barbosa	34 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
196	José Lourenço Bispo	40 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
197	João Francisco dos Santos	30 anos	casado	emprego	sim	200\$000	elegível
198	João da Matta Ferreira	55 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
199	João Pereira da Silva	26 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
200	Manoel Querino de Souza	40 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
201	Manoel Augusto da Purificação	25 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
202	Manoel Pereira de Macedo	43 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
203	Manoel Augusto Pereira	34 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
204	João Evangelista da Silva	50 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
205	Manoel Clemente da Assunção	50 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
206	Marcolino Ferreira do Nascimento	28 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
207	Maciel Teles Ferreira do Nascimento	25 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
208	Pedro Ruiz de Freitas	36 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
209	Torquato Meste da Silva	30 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível
210	Tertuliano Francisco Marques	28 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
211	Victorino José de Almeida	50 anos	casado	lavrador	não	200\$000	elegível

212	Vicente Ferreira da Silva	39 anos	solteiro	lavrador	não	200\$000	elegível
213	Ruffinno Pereira Maciel	40 anos	solteiro	Lavrador	não	200\$000	elegível
214	Romão Vicente da Silva	25 anos	solteiro	Lavrador	não	200\$000	elegível

Fonte: Lista de Cidadãos (1878).

Tabela VIII

Lista de cidadãos: oitavo quarteirão

Nº.	Nome	Idade	Estado civil	Profissão	Sabe Ler	Renda	Observação
215	Antonio Marques dos Santos	50 anos	casado	lavrador	não		
216	Antonio Ferreira de Almeida	30 anos	casado	lavrador	sim		
217	Alexandre da Paixão Silva	25 anos	solteiro	lavrador	não		
218	Baldoino Pereira dos Santos	27 anos	solteiro	lavrador	sim		
219	Dionizio Bispo da Paz	25 anos	solteiro	lavrador	não		
220	Florentino Pereira dos Santos	50 anos	casado	lavrador	sim		
221	Feliano José da Hora	50 anos	casado	lavrador	não		
222	Faustino Ruiz dos Santos	26 anos	solteiro	lavrador	não		
223	FaustinoFrancisco dos Santos	35 anos	viúvo	lavrador	não		
224	Felipe da Paixão e Silva	28 anos	solteiro	lavrador	não		
225	Faustino Ramos	27 anos	solteiro	lavrador	não		
226	João Marcellino Souza	28 anos	casado	lavrador	não		
227	Joaquim Conceição da Silva	26 anos	solteiro	lavrador	não		
228	José Ricardo dos Santos	52 anos	casado	lavrador	não		
229	José João de Oliveira	28 anos	viúvo	lavrador	não		
230	José Antonio Pereira	40 anos	solteiro	lavrador	não		
231	João Ferreira de Oliveira	42 anos	viúvo	lavrador	sim		
232	João Baptista de Souza	32 anos	casado	lavrador	não		
233	José Machado de Oliveira	60 anos	casado	lavrador	não		
234	José da Rocha Pereira	50 anos	casado	lavrador	não		
235	Manoel João da Silva	48 anos	casado	lavrador	não		
236	Manoel Fortunato Madeira	27 anos	casado	lavrador	não		
237	Manoel Valerio dos Santos	29 anos	casado	lavrador	não		
238	Manoel Antonio Pereira	45 anos	casado	lavrador	não		
239	Manoel Paixão do Nascimento	25 anos	casado	lavrador	não		
240	Manoel Ruiz dos Santos	55 anos	viúvo	lavrador	não		
241	Manoel Borges	26 anos	solteiro	lavrador	não		
242	Pedro Candido Carreira	30 anos	casado	lavrador	não		
243	Pedro José da Rocha	25 anos	solteiro	lavrador	não		

Fonte: Lista de Cidadãos (1878).

FONTES

a) *Arquivo Público do Estado da Bahia (APB):*

Seção Colonial e Provincial, Correspondências Recebidas de Juízes de Orobó, maço 2519 (1849-1889).

Seção Colonial e Provincial, Registros Eclesiásticos de Terras, livro 4.792 (1854-1864).

b) *Arquivo Público Municipal de Itaberaba (APMI):*

Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Correspondência Expedidas e Recebidas, cx. 904-905, (1870-1890).

Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Lista de Cidadãos (1878).

Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Processos de Pagamentos, cx. 923, (1871-1890).

Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Registros Contábeis, cx. 927, (1878-1890).

Seção Judiciário, Livro de Batismos (1882).

Seção Judiciário, Livro de Nascimentos (1878).

Seção Judiciário. Livros de Notas do Tabelionato nº 2. Escrituras públicas de compra e venda de escravos. Série: cartas de liberdade (1853-1857).

Seção Judiciário. Livros de Notas do Tabelionato nº 3. Escrituras públicas de compra e venda de escravos. Série: cartas de liberdade (1857-1859).

Seção Judiciário. Livros de Notas do Tabelionato nº 5. Escrituras públicas de compra e venda de escravos. Série: cartas de liberdade (1867-1877).

Seção Judiciário. Livros de Notas do Tabelionato nº 7. Escrituras públicas de compra e venda de escravos. Série: cartas de liberdade (1867-1877).

Seção Judiciário. Livros de Notas do Tabelionato. Escrituras públicas de compra e venda de escravos. Série: cartas de liberdade (1881-1885).

Seção Judiciário. Livros de Notas do Tabelionato nº 2. Escrituras públicas de compra e venda de terras (1853-1857).

Seção Judiciário. Livros de Notas do Tabelionato nº 3. Escrituras públicas de compra e venda de terras (1857-1859).

Seção Judiciário. Livros de Notas do Tabelionato nº 5. Escrituras públicas de compra e venda de terras (1867-1877).

Seção Judiciário. Livros de Notas do Tabelionato nº 7. Escrituras públicas de compra e venda de terras (1867-1877).

Seção Judiciário. Livros de Notas do Tabelionato. Escrituras públicas de compra e venda de terras (1881-1885).

c) *Arquivo do Fórum Desembargador Hélio Lanza (AFDHL):*

Seção Judiciário. Série: Inventários (1850-1888).

BIBLIOGRAFIA

OBRAS DE REFERÊNCIA

ANTONIL, André João (Giovanni Antônio Andreoni). *Cultura e opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1982. 1 ed. 1711.

BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil (1871)*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1871, t. XXXXI, pp. 147-151, Lei Imperial 2.040, 28 set. 1871.

FREIRE, Felisbello. *Historia Territorial do Brazil*. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998. 1 ed. 1906.

PORTUGAL, Ordenações do Reino. *Ordenações Filipinas*. Reprodução fac-similar da edição de Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro: 1870. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenskian, liv., 2, adit., 1985.

SAMPAIO, Theodoro. *Os naturalistas viajantes e a etnografia indígena*. Salvador, Editora Progresso, 1955.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. (Ed. fac-similar da 2. ed. São Paulo: Typ. Antonio Louzada Antunes, 1853). Brasília: Senado Federal, 2007.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Escravos e libertos nas minas de Rio de Contas: Bahia, século XVIII*. 2012. (Doutorado) Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BRANDÃO, Marcos Sampaio. *Processos sócio-econômicos do espaço regional no século XIX e implicações sócio-espaciais na gênese da cidade de Itaberaba – Ba*. Dissertação (Mestrado), UFBA, 2007.

COSTA, João de Deus. *A política educacional no final do século XIX: a vila do Orobó no contexto da construção pública primária (1870-1888)*. Monografia – Colegiado de História do Departamento de Educação e Ciências, UNEB, Campus XIII, Itaberaba – Ba.

FERREIRA, Jackson André da Silva. *Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)*. 2012. (Doutorado) Universidade Federal da Bahia, Salvador.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil (séculos XVI, XVII e XVIII)*. Gráfica Siqueira, São Paulo – SP, 1 ed. 1953.

GUERREIRO, Cleia Dias. *“Pelos bons serviços que me tem prestado”*: uma leitura das alforrias em Vila do Orobó (1850-1888). Monografia – Colegiado de História do Departamento de Educação e Ciências, UNEB, Campus XIII, Itaberaba – Ba, 2012.

HENRIQUE, Juliana da Silva. *A Feira de Capuame: pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII)*. 2014. (Dissertação) Universidade de São Paulo, São Paulo.

RIBEIRO, Antônio Marcos de Almeida. *A conquista do Paraguaçu: o sertão, o tapuia Maracás e a Guerra Justa (1655-1674)*. Monografia – Colegiado de História do Departamento de Educação e Ciências, UNEB, Campus XIII, Itaberaba – BA, 2012.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do Sertão baiano: 1640-1750*. 2010. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo.

VASCONCELOS, Albertina Lima. *Ouro: conquistas, tensões, poder. Mineração e escravidão – Bahia do século XVIII*. 1997. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LIVROS E ARTIGOS

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: ed. Itatiaia, São Paulo, Publifolha, 2000, 1. ed. 1907.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Massagana, 1999.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas (Bahia): século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012.

ARAS, Lina Maria Brandão de. *Sertão em múltiplos sertões*. In: *Panorama Cultural da Bahia*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; Secretaria da Cultura. Salvador: SEI, 2012.

ARAÚJO, Emanuel. *Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais*. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *Revisão do Paraíso: 500 anos e continuamos os mesmos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

ARAÚJO, Delmar Alves. *Realidade imaginária e concretude representada: garimpando as trilhas do cotidiano*. In: ARAÚJO, Delmar Alves de; NEVES, Erivaldo Fagundes; SENNA, Ronaldo de Sales. *Bambúrrios e quimeras (olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura)*. UEFS, Feira de Santana, 2002.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

BENNASSAR, Bartolomé; MARIN, Richard. *História do Brasil: 1500 - 2000*. Lisboa: Editorial Teorema, 2000.

- BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo (1780-1860)*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. 2 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.
- CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de. *Pedra que Brilha*. 3 ed. EGBA, Salvador - BA, 2003.
- CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de. *Rio Grande*. Empresa Gráfica da Bahia, Itaberaba, Salvador, 2004.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DIAS, Walter José. *Itaberaba em foco*. Caderno histórico-cultural. Gráfica Joade, março, 2001.
- DONATO, Hernâni. *Brasil: 5 séculos*. São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, 2000.
- EPPLE, Angelika; MALERBA; Jurandir. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- FALCÓN, Gustavo. *A face hegemônica da Bahia*. In: *Panorama Cultural da Bahia*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; Secretaria da Cultura. Salvador: SEI, 2012.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- FREIRE, Luiz Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.
- GRAMSCI, Antonio, 1891-1937. *Cadernos do Cárcere*, volume 5 – Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade?: In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 7 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.
- LIMA, Nísia Verônica Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, RJ: IUPERJ: Revan, 1999.

MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. 4. Ed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, Brasília: INL, 1978.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MEDRADO, Joana. *Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no Sertão da Bahia*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2012.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de. *Construção identitária da Bahia*. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, v. 6, n. 1, p. 29-44, jan./abr., 2006.

MORENO, Ricardo; SILVA, Vanessa Magalhães da. *Ontem e Hoje: passado e presente dialogando com as águas do São Francisco*. In: *Panorama Cultural da Bahia*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; Secretaria da Cultura. Salvador: SEI, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Historia Regional e Local: fragmentação e recomposição da historia da modernidade*. Feira de Santana, Ba, Salvador, Ba, 2002.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII-XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Historia Região: Tópicos de História Regional*. Ponta de Lança: *História, Memória & Cultura [recurso eletrônico]*. São Cristóvão, v. 1, n. 2, p. 25-36, abr.-out. 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Perspectivas historiográficas baianas: esboço preliminar de recentes e tendências hodiernas da escrita da História da Bahia*: In: OLIVEIRA, A. M. C. dos; REIS, I. C. do (Org.). *História Regional e Local: discussões e práticas*. Salvador: Quarteto, 2010, p. 93-118.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sertão recôndito, polissêmico e controvertido*: In: KURY, Lorelai Brilhante. (Org.). *Sertões adentro: viagens nos catingais, século XVI ao XIX*. Estúdio: Andrea Jokobosson Editorial Ltda. Rio de Janeiro – RJ, 2012.

PEREIRA, Gonçalo de Athayde. *Memória histórica e descritiva do município dos Lençoes (Lavras Diamantinas)*: In: ARAÚJO, Delmar Alves de; NEVES, Erivaldo Fagundes; SENNA, Ronaldo de Sales. *Bambúrrios e quimeras (olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura)*. UEFS, Feira de Santana, 2002.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 2005.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima - BA (1860- 1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim de. *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade (1822-1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. 2. ed. rev. e ampl. (1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9. Ed. ampliada. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo (aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Nacional, 1956.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. Tradução Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Pedro Celestino da. *Notícias históricas e geográficas do município de Caetité*. *Revista do IGHB*. Bahia, n. 58, p. 93-294, 1932.

SLENES, Robert W. *Senhores e subalternos no Oeste Paulista*: In: ALENCASTRO, L. F.; NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil (Volume 2)*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOARES, Valter Guimarães. *Cartografia da Saudade: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja*. Salvador, Ba, Feira de Santana, Ba, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravort. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11 ed. ver. e ampl. São Paulo: EDUNESP; Salvador: EDUFBA, 2009.

VASCONCELOS, Cláudia Pereira. *Ser-tão Baiano: o lugar da sertanidade na configuração da identidade baiana*. Salvador: EDUFBA, 2011.

VIANNA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas baianos*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1935.